

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

CYNARA ALVES DE CAMPOS

**CONSTRUÇÃO MAS: MOTIVAÇÕES CONCEPTUAIS E PRODUTIVIDADE DE
USO**

GOIÁS 2021

CYNARA ALVES DE CAMPOS

**CONSTRUÇÃO MAS: MOTIVAÇÕES CONCEPTUAIS E PRODUTIVIDADE DE
USO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros (UEG/POSLLI).

GOIÁS 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

C198c Campos, Cynara Alves de.
Construção “mas” : motivações conceituais e produtividade de uso [manuscrito] / Cynara Alves de Campos. – Goiás, GO, 2021.
127f. il.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros.

Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2021.

1. Linguística - uso e discurso. 1.1. Gramática de construções. 1.2. Microconstrução “mas”. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 81'36(817.3)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

CYNARA ALVES DE CAMPOS
CONSTRUÇÃO MAS: MOTIVAÇÕES CONCEPTUAIS E PRODUTIVIDADE DE USO

Trabalho apresentado e aprovado em ____ de _____ de _____ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros
Universidade Estadual de Goiás - UEG - Câmpus Cora Coralina
Presidente

Profa. Dra. Vânia Cristina Casseb - Galvão
Universidade Federal de Goiás -UFG
Arguidor 1

Prof. Dr. Agameton Ramsés Justino
Universidade Estadual de Goiás – UEG/POSLLI - Câmpus Cora Coralina
Universidade Federal de Rondonópolis - UFR
Arguidor 2

Prof. Dr. Leosmar Aparecido da Silva
Universidade Federal de Goiás - UFG
Suplente 1

Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis
Universidade Estadual de Goiás - UEG
Suplente 2

Dedico este trabalho a todos que nunca se cansam de correr atrás de seus sonhos, em especial à minha mãe, Maria Aparecida (Cida), que, com sua fé inabalável e incansavelmente, deposita nas mãos do Senhor os sonhos compartilhados com seus filhos. Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, fonte de toda minha essência, por ter me permitido chegar até aqui.

À minha orientadora, Professora Dra. Déborah Magalhães de Barros, meus sinceros agradecimentos pela sua competência e clareza nas orientações dadas, e, sobretudo, pelo seu jeito doce e seguro ao conduzir-me nas escritas desta dissertação.

À Professora Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão pelas valiosas contribuições e direcionamentos feitos durante o exame de qualificação, e, sobretudo, por ter aceitado o convite de participação da banca de defesa, o que muito me orgulha. Meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Dr. Leosmar Aparecido da Silva pelas ricas contribuições e apontamentos durante o exame de qualificação, e, sobretudo, pela leitura cuidadosa desta dissertação por ocasião do exame de qualificação e por ter aceitado a compor, como membro suplente, a banca de defesa. Minha admiração de longa data e meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Dr. Agamenton Ramsés Justino, meus sinceros agradecimentos por, gentilmente, ter aceitado a compor, como membro suplente, a banca de qualificação e por ter aceitado a compor, como membro arguidor, a banca de defesa. Meus sinceros agradecimentos.

Ao professor Dr. Eleone Ferraz de Assis, quem, ainda na fase embrionária do projeto de pesquisa, gentilmente, incentivou-me a prosseguir com a sugestão de pesquisa sobre o item *mas* na perspectiva do Funcionalismo e da Gramática de Construções. Meus sinceros agradecimentos por ter aceitado a compor, como membro suplente, a banca de qualificação e a de defesa.

Aos Professores Drs. do POSLLI pelos caros e valiosos ensinamentos durante as disciplinas ministradas. Meus sinceros agradecimentos a todos.

À Coordenação do POSLLI, na pessoa da Professora Dra. Marília Vieira, a qual coordena com competência, maestria e dedicação o programa de mestrado. Meus sinceros agradecimentos.

À Secretaria do POSLLI, na pessoa da M.^a Michely Avelar, a qual com a gentileza costumeira atende a todos os mestrandos com competência e dedicação. Meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas de turma pelo compartilhamento de experiências, conhecimentos e momentos de descontração.

Aos colegas do Grupo de Estudos Funcionalistas – GEF da Universidade Estadual de Goiás - UEG/*Campus* Cora Coralina, em especial ao Me. Cleiton, quem, ainda com muitos trabalhos e cursando o doutorado, dispensou tempos caros para discussões sobre teorias de língua em uso e leitura desta dissertação.

À minha família, alicerce de meus projetos de vida, especialmente à minha mãe, Maria Aparecida (Cida), pelo apoio irrestrito, ao meu esposo Aurélio Gabriel, companheiro de todas as horas e ao meu filho, Gabriel Henrique, amor incondicional e razão de minhas conquistas. Gratidão sempre!

À SEDUCE, por ter me concedido Licença para Aprimoramento Profissional.

À todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Mas aqueles que esperam no Senhor renovam as suas forças. Voam alto como águias; correm e não ficam exaustos, andam e não se cansam.

(Isaías, 40:31).

CAMPOS, Cynara Alves de. Construção *mas*: Motivações conceituais e produtividade de uso. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – *Campus Cora Coralina*, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, Brasil, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo descrever e analisar a construção *mas* em uma perspectiva construcional em usos sincrônicos do Português Brasileiro (PB), com enfoque na variante falada em Goiás. Prototipicamente essa construção atende ao subesquema da contração, *Or. 1 mas Or. 2*, por fazer a conexão entre sentenças independentes sintaticamente e semanticamente dependentes numa relação de contração/oposição. O *corpus* analisado é constituído de dados do Projeto Fala Goiana (FG). Inicialmente realizamos a seleção e quantificação de *mas* em usos prototípicos como conjunção adversativa e em usos discursivos. Dentre estes, com foco de análise em usos de efeitos de sentido intensificador e suavizador. A partir deste recorte aventou-se a hipótese de que o *mas* é uma microconstrução reguladora de carga significativa textual atuando tanto no nível interoracional promovendo relações de coordenação, quanto no nível discursivo auxiliando na produção dos efeitos de sentido. Objetiva-se, de maneira geral, analisar o processo de construcionalização da construção *mas* no contexto discursivo em razão de afastar dos limites da cláusula e assumir a articulação de segmentos discursivos maiores. Essa pesquisa tem como pressuposto as teorias da Linguística Centrada no Uso (ou *Usage-based linguistics*), com enfoque na Gramática de Construções (GC). Na análise construcional nos baseamos em Bybee (2003, 2010, 2016), Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2013), além de Croft (2001), Croft e Cruse (2004), Langacker (1987), Fauconnier (1994, 1997), Hopper e Traugott (2003), Neves (1984, 1997, 2010, 2011, 2018 a,b,c), e outros. Os usos discursivos encontrados mostraram que a microconstrução passa por um processo de mudança construcional em decorrência de seu afastamento em graus da categoria prototípica.

Palavras-chave: Microconstrução *mas*. Discurso. Mudança.

CAMPOS, Cynara Alves de. Construction *but*: Conceptual motivations and productivity of use. 2021. Dissertation (Master in Language, Literature and Interculturality) - *Campus Cora Coralina*, State University of Goiás, Goiás, Brazil, 2021.

ABSTRACT

This research aims to analyze and describe the construction *but* in a constructional perspective in synchronic uses of Brazilian Portuguese (PB), with a focus on the variant spoken in Goiás. Prototypically this construction meets the counterjunction subsystem, *Or.1 but Or. 2*, for making the connection between independent sentences syntactically and semantically independent sentences in an opposition relationship. The analyzed corpus consists of data from the Fala Goiana Project (FG). Initially we performed the selection and quantification of the various uses of *but* in prototypical uses such as adversative conjunction and in discursive uses. Among these, focusing on analysis of uses of intensifying and smoothing effects. From this point of view, the hypothesis was raised that the *but* is a micro-construction that regulates a significant textual load acting both at the inter-organizational level promoting coordination relations, and at the discursive level, assisting in the production of the effects of meaning. In the analysis, we seek to understand to what extent and what conceptual motivations this construction is being recruited by the speakers of Goiás in these specific discursive uses. This research is based on the theories of Usage-based Linguistics (Usage-based linguistics), principles of classical Functionalism, Cognitive Linguistics and especially the Grammar of Constructions. In the construction analysis we used Bybee (2003, 2010, 2016), Goldberg (1995, 2006), Traugott and Trousdale (2013), in addition to Croft (2001), Croft and Cruse (2004), Langacker (1987), Fauconnier (1994, 1997), Hopper and Traugott (2003), Neves (1984, 1997, 2010, 2011, 2018 a,b,c) and others. The discursive uses found showed that microconstruction goes through a process of change due to its removal in degrees from the prototypical category.

Keywords: Microconstruction *but*. Speech. Change.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE FIGURAS.....PÁG.

Capítulo 1

Figura 1: Modelo da estrutura simbólica na Gramática de Construções Radical, de Croft, (2001)	26
Figura 2: “Trajetória de mudança construcional”, de Traugott (2008)	27
Figura 3: Relações Hierárquicas entre construções, conforme Traugott e Trousdale (2013)	29
Figura 4: Rede Conceitual de Traugott e Trousdale (2013), exemplificando a rede conceitual item industrializado.....	30
Figura 5: Representação da rede construcional, segundo Langacker (2008)	31
Figura 6: Representação da relação entre Gramática e Discurso, conforme Martelotta (2017)..	40
Figura 7: Representação da clássica categorização platônica.....	43
Figura 8: Representação da categorização wittgensteiniana.....	43
Figura 9 : Representação da categorização do agrupamento de protótipo.....	44
Figura 10 - Rede mínima (<i>minimal network</i>) da mesclagem conceptual de Fauconnier e Tunner (2002)	54

Capítulo 2

Figura 11: Representação do esquema [A conjunção - B], proposto por Pezatti e Longhin (2016)	80
--	----

Capítulo 4:

Figura 12: Rede de <i>mas</i> , segundo rede conceitual de Traugott e Trousdale 2013).....	98
Figura 13: Representação hierárquica de rede construcional de <i>mas</i> , segundo Traugott e Trousdale.....	114

LISTA DE ESQUEMAS

Capítulo 2

Esquema 1: <i>Continuum</i> de Hopper e Traugott (2003).....	73
--	----

LISTA DE QUADROS

Capítulo 2

Quadro 1 – Semântica argumentativa com base em Ducrot (1980).....	78
---	----

Capítulo 4

Quadro 2 – Ponderações resultantes da análise	113
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Fala Goiana - **FG**

Grupo de Estudos Funcionalista - **GEF**

Fala Goiana/ Universidade Estadual de Goiás – **FG/UFG**

Informante – **INF**

Documentador – **DOC**

Feminino - **F**

Masculino – **M**

Linguística Centrada no Uso - **LCU**

Linguística Funcional Centrada no Uso - **LFCU**

Gramática de Construções - **GC**

Português Brasileiro - **PB**

Linguística Cognitiva - **LC**

Opere citado, obra citada - *op.cit.*

Gramática Tradicional – **GT**

Parataxe - **PA**

Tradição Gramatical do Português - **TGP**

Sintagmas Nominais - **SNs**

Nomenclatura Gramatical Brasileira - **NGB**

Confira, confronte, compartia – *cf.*

Modelo Cognitivo Idealizado – **MCI**

Espaços mentais - **EM**

Oração 1 – *Or 1*

Oração 2- *Or 2*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	20
FUNDAMENTOS TEÓRICOS: TEORIAS BASEADAS NO USO	20
<i>1.1 Mudança Linguística</i>	21
<i>1.2 Gramática de Construções</i>	24
1.2.1 Relações entre domínios hierárquicos e de herança	31
<i>1.2.2 Mudanças Construcionais e Construcionalização</i>	33
<i>1.2.3 Propriedades de uma Construção: esquematicidade, produtividade e composicionalidade</i>	34
1.2.3.1 Esquematicidade	34
1.2.3.2 Produtividade	36
1.2.3.3 Composicionalidade	36
<i>1.3 Integração das dimensões sociais e cognitivas na análise de estruturas linguísticas:</i> <i>Linguística Cognitiva e Funcionalismo Clássico</i>	38
<i>1.3.1 Concepções funcionalistas e processos cognitivos de domínio geral</i>	40
<i>1.3.1.2 Categorização e Prototipicidade</i>	41
<i>1.3.1.3 Iconicidade</i>	45
<i>1.3.1.4 Informatividade</i>	46
<i>1.3.1.5 Memória rica</i>	49
<i>1.3.1.6 Associação transmodal</i>	49
1.4 Teoria dos espaços mentais: domínios conceptuais e projeções entre domínios	50
CAPÍTULO 2	56
A MICROCONSTRUÇÃO MAS E A FORMAÇÃO DOS ENUNCIADOS COMPLEXOS	56
2.1 A construção <i>mas</i> na perspectiva da Gramática Tradicional (GT)	57
2.2 Incursão histórica sobre a formação de <i>mas</i> no Português Brasileiro (PB)	60
2.3 Reflexões sobre o <i>mas</i> além da dicotomia	62
2.4 A construção <i>mas</i> em contextos de interação	66
2.5 Parataxe: Domínio Conceptual	71
2.6 Contrajunção	76
CAPÍTULO 3	82
METODOLOGIA DE PESQUISA	82
3.1 Escolha do corpus FG/UFG e bases metodológicas de análise: qualitativa com suporte quantitativo	82
CAPÍTULO 4	88
ANÁLISE DOS DADOS	88
4.1 A construção <i>mas</i> e sua funcionalidade nos domínios discursivos	90

4.1.1 Os domínios da Parataxe (PA) e da Contrajunção e a rede hierárquica da construção <i>mas</i>	94
4.2 A produtividade de <i>mas</i> em níveis e sentidos distintos	99
4.2.1 A funcionalidade de <i>mas</i> nos diferentes níveis da língua.....	101
4.2.1.1 A construção <i>mas</i> em nível interoracional	102
4.2.1.2 USOS INOVADORES: INTENSIFICADOR E SUA VIZADOR.....	105
<i>4.2.1.2.1 – Usos de efeitos de sentido Intensificador e Suavizador</i>	<i>107</i>
4.3 – Representação da rede construcional de <i>mas</i>	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa que se dedica descrever e analisar em uma perspectiva construcional os usos de *mas* no Português Brasileiro (PB), na modalidade falada, com enfoque especial na variante da fala goiana (FG), em Goiás, devidamente sistematizada em banco de dados pelo grupo de estudos funcionalistas da Universidade Federal de Goiás (UFG), aqui denominada *corpus* FG/UFG.

A partir de pressupostos de teorias da língua em uso, abrigados na Linguística Centrada no Uso (LCU), especialmente a Gramática de Construções (GC), o *mas* é assumido nesta pesquisa como uma construção.

Em linhas de investigação, a construção *mas* é descrita a partir de sua funcionalidade em usos prototípicos (adversativos) e não prototípicos (discursivos). Dentre estes, especificamente, quando auxilia o falante em suas construções discursivas na produção de variados efeitos de sentido, dentre os quais, dos efeitos intensificador e suavizador, tendo-se como hipótese guia que: o *mas* é uma microconstrução reguladora de carga significativa textual atuante tanto no nível interoracional promovendo relações de coordenação, quanto no nível discursivo auxiliando na construção dos efeitos de sentido.

Objetiva-se, de maneira geral, analisar o processo de construcionalização da construção *mas* no contexto discursivo em razão de afastar dos limites da cláusula e assumir a articulação de segmentos discursivos. Para isso, os objetivos se desdobraram em:

- 1 – Analisar o processo de construcionalização dessa construção como articulador de porções discursivas maiores, operando, nesse nível, diversos efeitos de sentido, dentre os quais o suavizador e o intensificador;
- 2 - Especificar o papel semântico desempenhado por essa construção como antecipador de carga pressuposta;
- 3 - Verificar quais motivações conceituais levaram essa construção a assumir usos que se afastam em gradiência do sentido adversativo prototípico;
- 4 - Descrever a rede construcional da construção *mas*, verificando sua funcionalidade e produtividade.

Os estudos linguísticos que concebem a língua em uso consideram-na emergente de elementos sociais e históricos mobilizados via cognição. Isso significa que a gramática, assim como a língua, é uma regularidade dinâmica e fluida e, por isso, está em constante processo de

mudança. Nesse contexto, a Gramática de Construções (GC), amplo modelo teórico de análise de língua em uso, considera a língua como uma construção formada pelo pareamento entre forma e função e trabalha com o conceito de construção como unidade básica da gramática (GOLDBERG 1995, 2006, TRAUOGOTT e TROUSDALE, 2013).

Nesse alinhamento, tomando como referência a Gramática de Construções de Goldberg (1995; 2006), Croft (2001), Traugott e Trousdale (2013), bem como outros pressupostos que admitem que a língua se fundamenta em processos cognitivos como em Bybee (2010; 2016), esta pesquisa concebe o fenômeno linguístico sob análise como construção, que é um pareamento simbólico e convencional de forma e função. (cf. Croft, 2001; Goldberg, 2006).

As construções são interligadas umas às outras por vários elos ou links, formando uma rede. Traugott e Trousdale (2013) postulam que a rede se organiza de maneira hierárquica em três níveis de construções, das mais genéricas para as mais específicas: Esquema, Subesquema e Microconstrução. Já os Constructos são as ocorrências empíricas dessa Microconstrução e, portanto, específicas e concretas.

Nesse sentido, a construção *mas* é representada com base na hierarquia da rede de construção proposta por Traugott e Trousdale (2013), sendo o nível mais alto e abstrato constituído pelo Macroesquema da Parataxe (PA): [*Or1 + Or2*]; no qual são instanciados o Esquema da Coordenação: [*Or 1 Conj. Or2*], o Subesquema da Contrajunção [*Or 1 mas Or2*] e a Microconstrução [*Mas (X)*]. Neste esquema, o *Slot* a ser preenchendo representa a vaguidade de representações de estados de coisas e eventos do mundo que emergem durante a interação verbal.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), o esquema de nível mais alto é sempre parcialmente esquemático e abstrato e o Subesquema e a Microconstrução, menos concretos, permitindo a criação de novos usos linguísticos. Apenas os constructos são concretos e podem ser especificados.

Goldberg (2006) defende que as construções variam em níveis de complexidade e abstração. Dessa forma, a proposta de Traugott e Trousdale (2013) sobre a hierarquia da organização da rede permite observar e situar os diferentes níveis da construção *mas* em usos prototípicos e não prototípicos, sua relação com o macroesquema de origem, como também os vários efeitos de sentido que opera no discurso, dentre os quais, o suavizador e intensificador, (-) gramatical e (+) discursivo.

Parte-se do raciocínio de que, segundo os parâmetros construcionais de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006) e também em Traugott e Trousdale (2013), a língua é uma construção formada pelo pareamento forma-sentido dentro de uma rede representada por nós e *links* entre

os nós, e cada novo nó que se forma no interior dessa rede leva à sua reorganização. Em consequência, há uma flexibilização categorial fazendo que a fronteira entre uma categoria e outra seja tênue, possibilitando que fenômenos gramaticais recebam tratamento escalar e contínuo. Usos como em (1), (2) e (3) do *corpus* eleito demonstram a fluidez e a indiscretude entre as fronteiras categoriais da língua, de forma que um único item linguístico possa assumir variados usos:

(1) Inf. tipo assim... igual assim eu tinha uma amiga assim que tudo que ela pedia pra mim eu fazia... eu fazia num era pra puxa o saco dela... porque eu gostava dela... no dia que ela falou assim... eu não quero que ninguém puxe meu saco assim... eu me senti ofendida... pensei... será que ela tá achando que eu tô puxando o saco dela... mas eu sinto muito ... de pensá aquilo que a pessoa num tá pensando... aí eu cortei minha amizade com ela... () minha amizade acabou com ela... **hoje ela pede... mas eu não faço** com tanta felicidade que eu fazia pra ela... mas eu sentia vontade de fazer... (FG/UFG – F 36, destaques não originais).

Em (1), a relação entre os verbos **pedir** e **fazer** não estabelece sentido contrajuntivo em si. A contradição existe porque há elementos implícitos: *ela pede para fazer algo, mas eu não faço*. Discursivamente a construção *mas* traz em si uma carga pressuposta, atuando na antecipação de feitos de sentido. No nível do predicado, o sentido opositor está representado pelo advérbio de negação **não**, o qual está relacionado ao verbo fazer da *Or. 2*. Percebe-se que o sentido contrajuntor nas relações discursivas vai além do nível do sintagma e independe de estrutura linguística representativa de oposição como, no caso, os verbos “pedir” e “fazer”. O *mas* tem a função de indicar a força argumentativa dos enunciados e a direção do sentido para o qual apontam.

(2) [...] cê num sabe o TANTO qu/ele correu no mei do mato pra saí lá em casa que se ele tivesse passado pro trierim ele chegava mais rápido ((risos)) Doc. ((risos)) Inf. **De medo de assombração... mais lá era assombrado mesmo...** qué dizê é até hoje [...]. (FG/UFG – F 48, destaques não originais).

Em (2), o uso da construção *mas* parece assumir a função de progressão do discurso, como um parêntese informacional inclusivo e que, ao mesmo tempo, imprime ao discurso carga intensificadora. A contrajunção/oposição recai em uma possível dúvida ou incredulidade do interlocutor e essa percepção é inferida de experiências vividas, da pragmática dos participantes da interação verbal (locutor e interlocutor) e encontra-se fora dos explícitos discursivos. O sentido contrajuntivo/opositor está implícito e a construção *mas* auxilia o locutor a dar intensidade à informação proferida. Assim, atuando fora da cláusula, essa construção não estabelece relação binária sintática e pode auxiliar na produção da nuance intensificadora. Semanticamente, há um maior afastamento gradual de seu sentido adversativo (prototípico) e o advérbio “mesmo” exerce a função predicativa de reforço/ênfase.

(3) num tem o que recramá de nenhum **as vezes a gente tem tribulações mesmo entre família entre irmão mais a tribulação que teve qu/eu lembro foi só uma...** foi com meu irmão mais novo... (FG/UFG – F 33, destaques não originais).

Em (3), assim como em (2), a quebra de expectativa é estabelecida discursivamente, fora dos explícitos da cláusula. O sentido opositor/contrajuntivo opera extratextualmente e a construção *mas* auxilia o locutor na produção do efeito de sentido suavizador. Semanticamente, a locução adverbial focalizadora “só uma” traz ao discurso a ideia de restrição do que fora enunciado no primeiro segmento discursivo, atenuando assim o conteúdo da informação.

Percebe-se nestes excertos (1), (2) e (3), a existência de uma extensão semântica por elos de herança em que todos os usos guardam, independente do grau de afastamento, traços do sentido de base contrajuntor (prototípico).

No Português Brasileiro (PB), conforme a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), o *mas* é uma conjunção coordenativa prototípica. Entretanto, de acordo com linguistas contemporâneos, especialmente os alinhados à vertente funcionalista da linguagem e que ancoram suas análises de língua em uso nas bases teóricas da GC, qualquer palavra, desde as monomorfêmicas até os padrões sintáticos mais complexos, são passíveis de serem analisados e interpretados diante dos complexos processos de mudança na língua, os quais envolvem fatores linguísticos e extralinguísticos.

Está havendo, então, mudança na escolha da construção *mas* pelos usuários da língua, indicando uma mudança no sentido. É o que diz o princípio da não-sinonímia assentado na assertiva de que: se uma construção é sintaticamente distinta de outra (s), também deve ser semântica ou pragmaticamente distinta. [GOLDBERG, 1995, p. 67, tradução de nossa responsabilidade].

Esta pesquisa é essencialmente qualitativa, mas recorre aos dados quantitativos para atestar a frequência de uso de *mas*, elementos significativos para atestar a produtividade de uma construção e o seu nível de implementação. A produtividade de uma construção para Traugott e Trousdale (2013) é gradiente, pertence a esquemas parciais e refere-se às extensibilidades e ao grau em que são restringidas.

Parte-se da premissa de que os diversos usos discursivos da construção *mas* assumem vários efeitos de sentido na rede construcional como construções integradas de forma e modos de significação semântico-pragmática. Significa que, dentro da rede, a construção *mas* discursiva herda traços da construção central prototípica adversativa, como exemplificado em (1), (2) e (3). Nestes, construções do tipo “*hoje ela pede ... mas eu não faço*”; “*mais lá era assombrado mesmo*” e “*mais a tribulação que teve qu/eu lembro foi só uma*”, mostram a

gradiência estabelecida em relação ao sentido prototípico contrajuntivo/opositor. Neste usos, o falante nega, em maior ou menor grau, visões opostas das que estão sendo pragmaticamente proferidas. Como nas construções, ao se intensificar “*mais lá era assombrado mesmo*”, e ao suavizar “*mais a tribulação que teve qu/eu lembro foi só uma*” é porque o falante mobiliza experiências guardadas em sua memória, e que integram o sentido contrajuntivo/opositor prototípico, quais sejam: a de negar a possibilidade de o interlocutor não partilhar a mesma crença (assombração) e a da existência de muitos contextos ou situações opostas às atribulações. São, pois, redes de significações motivadas pragmaticamente, em que novas construções com diversas nuances de sentido descendem do sentido de base contrajuntivo/opositor. Nessa perspectiva, orientamos esta pesquisa buscando responder aos seguintes questionamentos:

1 – Em que medida a Gramática de Construções (GC) contribui para uma análise e descrição mais completa da construção *mas*?

2 – A construção *mas* está a serviço de quais domínios discursivos?

3 – Como são as redes hierárquicas em que a microconstrução *mas* atua?

4 – Considerando que a construção *mas* já traz uma carga pressuposta, como atua nos níveis textual e discursivo?

5 – Nos sentidos intensificador e suavizador, quais seriam os sentidos mais prototípicos e mais inovadores que emergem no uso da microconstrução *mas*?

6 – Por que a construção *mas* discursivamente vincula uma informação pressuposta?

7 - Com se configura a rede de construção da microconstrução *mas*?

Com o intuito de atingir os objetivos propostos e responder aos questionamentos, esta dissertação está organizada em seis partes, sendo esta introdução a primeira delas.

O capítulo 1 traz os fundamentos sobre as teorias baseadas no uso, com abordagens sobre: Mudança linguística; Gramática de Construções, como amplo modelo de análise de língua baseada no uso e as representações de redes construcionais segundo Croft (2001), Traugott (2008), Langacker (2008) e Traugott e Trousdale (2013); teoria sobre domínios conceptuais com destaque nas relações entre domínios hierárquicos e a importância da noção de herança, segundo Goldberg (1995) e Traugott e Trousdale (2013); teorias sobre mudanças construcionais e construcionalização e, para a compreensão de um processo de mudança construcional, as três propriedades fundamentais de uma construção discutidas por Traugott e Trousdale (2013) e Bybbee (2010, 2016): produtividade, esquematicidade e composicionalidade; a integração das dimensões sociais e cognitivas na análise de estruturas linguísticas: Linguística Cognitiva e Funcionalismo clássico; os processos cognitivos de domínio geral como a categorização, a prototipicidade, a iconicidade, a informatividade, a memória enriquecida e a

associação transmodal. Aborda ainda a teoria sobre espaços mentais: domínios conceituais e projeção entre domínios, segundo as bases teóricas de Fauconnier (1985, 1994, 1997).

O capítulo 2, de um modo geral, tem o escopo de demonstrar que as normas da tradição gramatical¹ não dão conta de desvelar os variados efeitos de sentido emergidos pela construção *mas* no uso, reclamando, nas análises de estruturas linguísticas os pressupostos da GC. Assim, intitula-se: “A microconstrução *mas* e a formação dos enunciados complexos”, e é dividido em 6 (seis) seções, as quais trazem discussões sobre a construção *mas* nos níveis interoracional e textual – discursivo. A seção 2.1 trata da construção *mas* na perspectiva da Gramática Tradicional (GT) quanto à dicotomia coordenação *versus* subordinação e a insuficiência desta divisão no tratamento dispensado às análises de língua em uso. A seção 2.2 traz uma breve incursão histórica sobre a formação de *mas* no Português Brasileiro (PB), assim como, discussões sobre a motivação conceptual de seu processo de gramaticalização no PB. A seção 2.3 faz algumas reflexões sobre o *mas* para além da dicotomia coordenação *versus* subordinação, sob a perspectiva funcional com foco na GC, ameaçando o ponto de vista dicotômico da tradição gramatical. A seção 2.4 trata do *mas* em contextos de interação com mostra de sua atuação para além dos limites da cláusula sendo concebido como uma construção, e, como tal, se vincula a outras e pertence a domínios conceituais do texto e do discurso. As Seções 2.5 e 2.6 tratam dos domínios da PA e da Contrajunção, respectivamente.

O capítulo 3 apresenta a metodologia adotada de natureza essencialmente qualitativa e com suporte quantitativo demonstrando o quão produtiva é essa construção no *corpus* FG/UFG.

O capítulo 4 apresenta a análise da construção *mas* no *corpus* eleito, com recorte para os usos discursivos, em consonância às teorias de aporte de língua em uso, sobretudo, a GC e segundo os parâmetros construcionais propostos por Croft (2001), Goldberg (1995, 2006) e Traugott e Trousdale (2013).

E, finalizando, a sexta parte com as considerações finais atreladas aos resultados da análise da construção *mas* no discurso com a produção de variados efeitos de sentido, dentre os quais com destaque para o intensificador e o suavizador. Buscou-se, com a integração das bases teóricas de língua em uso respostas aos questionamentos de pesquisa e a confirmação da hipótese aventada.

¹¹ Referimos com tradição gramatical todos os estudos assentados na Gramática Tradicional.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: TEORIAS BASEADAS NO USO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos que darão suporte à análise. Todos eles concebem a língua em uso e, portanto, em constante processo de mudança. Isso justifica a discussão inicial sobre mudança linguística, visto que a temática permeará todas as perspectivas teóricas apresentadas.

De início, expuseram-se algumas considerações de cunho epistemológico sobre a origem da língua, em que vários ramos da ciência como a Antropologia, a Linguística, as Ciências Cognitivas e outros convergem, considerando o binômio língua e cultura como estatutos indissociáveis. Nesse contexto de fronteiras indefinidas entre língua e cultura, a pragmática integrada aos fatores estruturais e semântico-discursivos coopera em grande escala para a mudança na língua.

A par dessa complexidade que envolve a mudança na língua, apresentam-se as bases teóricas do amplo modelo de análise da língua em uso, a Gramática de Construções (GC), a qual concebe a língua organizada em construções e considera que quaisquer unidades linguísticas, desde as monomorfêmicas até os padrões sintáticos mais complexos, são compostas pelo pareamento forma (expressão) e sentido (função), cuja correlação entre as duas interfaces é estabelecida pelo contexto (GOLDBERG, 1995, 2006; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

Na sequência, apresentam-se as diversas representações de redes construcionais segundo Croft (2001), Traugott (2008), Langacker (1982, 1987, 2008), Traugott e Trousdale (2013) e demais vertentes teóricas de cunho funcionalista como a *Usage – based linguistics*, de origem norte americana e usualmente traduzida em “Linguística Centrada no Uso” – (LCU) e da Linguística Funcional Centrada no uso – (LFCU), vertente brasileira da teoria; e as teorias sobre relações entre domínios hierárquicos e herança. Para a compreensão de um processo de mudança construcional, pontuam-se as três propriedades fundamentais de uma construção discutida por Traugott e Trousdale (2013) e Bybbe (2010, 2016): produtividade, esquematicidade e composicionalidade.

Ademais, são necessários para a análise o entendimento sobre a integração entre as dimensões sociais e cognitivas com a emergência da *Usage – based linguistics*, os processos cognitivos de domínio geral e alguns princípios funcionalistas e pressupostos semânticos abrigados na teoria sobre espaços mentais: domínios conceituais e projeção entre domínios.

Os autores afiliados às teorias de orientação funcionalista e que embasam o presente capítulo são Bagno e Casseb-Galvão (2017), Barros (2016, 2017), Bybee (2003, 2010, 2015, 2016), Croft (2001, 2005), Furtado da Cunha (2013), Goldberg (1995, 2006), Langacker (2008), Martelotta (1996, 2011, 2017), Neves (2014, 2017, 2018), Oliveira (2015), Pezatti (2009), Traugott (2008), Traugott e Trousdale (2013), entre outros.

1.1 Mudança Linguística

A linguagem é a mais avançada forma de comunicação que separa os demais animais dos *Homo sapiens*. Durante o processo evolutivo humano, em atendimento às necessidades comunicativas cada vez mais emergentes, o homem passou a usar códigos linguísticos dotados de sentidos para interagirem uns com os outros por meio da linguagem verbal humana. Estudiosos de vários ramos da ciência como a Antropologia, Linguística, Ciências Cognitivas, Paleoneurologia, Arqueologia, e outros, consideram a língua como produto e também parte da cultura. Dentre estes, Laraia (2001), Bazerman (2015) e Everett (2019) concebem o binômio língua - cultura como estatutos indissociáveis, como se um se alimentasse do outro.

Permeando esse contexto de fronteiras indefinidas entre língua e cultura, mudanças culturais se refletem em mudanças na língua. Novas experiências são vivenciadas pelos falantes, os quais, por meio de processos cognitivos de domínio geral como a categorização, a prototipicidade, a memória enriquecida, a informatividade, a associação transmodal e demais mecanismos de construção de sentidos, a partir de dados contextuais (experiências individuais, sociais e culturais) e habilidades físico-linguísticas, criam-se novos modos de perceberem e conceptualizarem as coisas e os eventos do mundo na relação com seus pares, ou seja, no uso linguístico.

Para Everett (2019), a linguagem não se limita a uma forma de comunicação animal, ela é “uma forma avançada de expressão cultural baseada nas habilidades únicas da cognição humana.” (2019, p. 385). Laraia (2001, p. 28), ao tratar da relação linguagem e cultura também afirma a intersecção entre ambas: “[...] a comunicação é um processo cultural. Mais

explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.”

Bazerman (2015, p. 25), ao referir-se à natureza e origem da linguagem, coloca em destaque a sua relação semântica com o mundo face a outrem, no seu ajustamento em uso real, na interação social, pois “o debate sobre a natureza e a origem da linguagem e das capacidades humanas associadas, a formação de uma relação semântica com o mundo em torno de alguém ocorre claramente na interação. ”

Nesse viés, ao se adaptar às mudanças culturais, às novas pressões de uso e às emergências comunicativas, a língua está sujeita a mudanças no uso. Logo, de natureza fluida, é passível tanto ao desaparecimento quanto ao surgimento de formas linguísticas, além de alterações nos seus significados/funções, como o que se defende nesta dissertação em relação a *mas*, pois para Martelotta (1996), a “pressão de informatividade” surge quando, em determinados contextos, a partir de um processo de inferência conversacional, certo elemento assume outro novo valor, determinando, assim, o *locus* da mudança linguística.

Para Bybee (2003), a língua é um sistema adaptativo complexo, cuja estrutura é fluida e se vale, ao mesmo tempo, de padrões mais ou menos regulares e de outros em permanente emergência, à mercê de necessidades cognitivas e/ou intercomunicativas. Bagno e Casseb-Galvão (2017) ponderam que a língua é considerada patrimônio dos povos e marca identitária de cada um dos membros de uma sociedade. Os indivíduos alteram-na conforme suas necessidades comunicativas, e a comunidade científica reconhece que as línguas têm um forte componente social e, por isso, mudam.

No contexto sócio-histórico e cultural, saber *como* e *por que* as línguas mudam passou a ser o objeto de estudos linguísticos, especialmente os do recente modelo teórico denominado *Usage-based linguistics* ou Linguística Centrada no Uso – (LCU), e a Gramática de Construções (GC), os quais preveem regularidades sistêmicas e reconhecem que as mudanças construcionais ocorrem em micropassos, constatações decorrentes de análise sincrônica. Entretanto, a compreensão da natureza e dos processos de correlação a essas mudanças se dá a partir de estudos diacrônicos e/ou pancrônicos.

Nesse caminho, esta pesquisa trata da compreensão desse modo de interação das pessoas por meio da língua, tendo como recorte a descrição e a análise da construção *mas* no Português Brasileiro (PB), variante falada em Goiás, a qual, assumida aqui como uma construção, está sendo utilizada pelos falantes goianos, para além da função prototípica adversativa, com outras nuances de outros sentidos, dentre as quais a de intensificar ou a de suavizar a informação proferida na relação discursiva, atuando, extrassentencialmente, como um elemento mais

textual-discursivo que gramatical. É no contexto pragmático que o falante mobiliza outras informações além daquelas dispostas na superfície e no significado da sentença. No exercício linguístico-cognitivo, ao lançar mão de estratégias de caráter pragmático, o falante torna o contrato comunicativo instável. Os eventos não estão por si mesmos em oposição no mundo, uma vez que é o falante que os coloca nessa relação. Nesse sentido, o fato gerador que possibilita à construção *mas* assumir diversos usos é o pragmático, eis que envolve um cenário comunicativo mais amplo, agregando tanto a informação pragmática do falante, quanto a do ouvinte no momento da interação verbal. A depender das variáveis linguísticas e discursivo-pragmáticas, ora assume posição fixa dentro da sentença, coordenando palavras, sintagmas, frases e porções textuais maiores, ora assume posição fora dessa relação sintagmática, na organização das relações discursivas adquirindo, neste nível, uma certa mobilidade sintático-semântica.

Parte-se do princípio de que é para satisfazer as necessidades comunicativas que a língua é usada e de que a estrutura gramatical é dependente da situação interativa e moldada pelo uso – a gramática da língua emerge do uso. Para Bagno:

[...] a gramática da língua se forma a partir dos usos que os falantes fazem dos recursos verbais que estão à sua disposição no sistema. [...] Gramática e discurso estão em íntima conexão, e um já traz dentro de si os germes ou as sementes do outro. (BAGNO, 2012, p.170).

Decorre que, quanto mais frequente é o uso da construção *mas*, mais produtiva ela é, e, conseqüentemente, mais sujeita a assumir novos usos no discurso. A gramática da língua é, pois, moldada no/ pelo uso que dela fazem os falantes. É em torno dessa perspectiva que Barros (2017) esclarece sobre a gramática da língua e sua vinculação ao uso e ao discurso:

A gramática, então, diz respeito à maneira natural pela qual a língua se organiza não a um conjunto de normas e regras que prescrevem como ela deveria ser organizada. Equivale ao próprio conhecimento dos falantes sobre a organização e uso linguísticos; ao controle sobre como se deve ou se pode agir no/com o sistema linguístico para construir os significados na língua. A vinculação da gramática ao uso e ao discurso implica admitir que também fazem parte do processo de linguagem duas dimensões básicas da formação humana e, em função disso, elas são constitutivas da gramática, a saber: *i*) a interação social; e *ii*) a cognição. (BARROS, 2017, p. 99).

Para Langacker (1982), a estrutura conceptual é a que diz respeito à cognição não - linguística e é universal, e a estrutura semântica refere-se ao sistema linguístico e varia de uma língua para outra, estabelecendo, assim, o pressuposto de que a estrutura semântica consiste em estrutura conceptual convencionalizada.

A mudança linguística em Bybee (2015) está fundada em processos cognitivos e fatos inerentes ao uso da língua. A autora, ao discutir o porquê de haver mudanças nas línguas, explica que a convencionalização faz que os traços da língua se mantenham por diferentes gerações de usuários. E, ao responder à pergunta a respeito do que faz a língua mudar, afirma que as palavras e as construções da língua mudam ao circularem por nossas mentes e corpos e passarem de um falante para outro a partir do uso.

Para Martelotta (2011), a mudança é um fator inerente às línguas naturais e não ocorre de modo aleatório: os homens evoluem e mudam as concepções que estabelecem acerca do mundo em que vivem. Consequentemente, o mundo acaba mudando com eles. Aponta alguns aspectos importantes a essa mudança: *i*) a mudança basicamente se dá com o desenvolvimento de novos usos a partir de elementos já disponíveis aos falantes, ou com o surgimento de novos padrões morfossintáticos que se estendem de padrões já existentes, e; *ii*) a regularidade da mudança tem a ver com os mecanismos cognitivos e sociointerativos que estão na sua base.

Portanto, tem-se como inevitável e natural a mudança na língua porquanto é no contexto de interação, no uso linguístico que experiências individuais, sociais, culturais e linguísticas se interconectam a mecanismos cognitivos, a fim de que o homem atenda às suas necessidades comunicativas, as quais emergem e evoluem nos moldes de como percebem e conceptualizam as coisas e os eventos no mundo.

1.2 Gramática de Construções

O modelo teórico de análise da língua sob o viés construcionista - Gramática de Construção (GC) - é resultado de estudos realizados em Berkeley nos anos de 1970 a 1980, por George Lakoff (décadas de 1970 e 1980), Paul Kay e Charles Fillmore (década de 1980) e Ronald Langacker (décadas 1970 e 1980). Esses três projetos construcionistas deram o *input* à constituição do modelo teórico da GC, para incluir nas análises de estruturas linguísticas a semântica cognitiva. Charles Fillmore e Paul Kay, alinhados à corrente formalista da linguagem, não incorporaram, a princípio, os processos associados à cognição geral e excluíram os efeitos do uso sobre a representação subjacente. George Lakoff, à época, considerou os processos associados à cognição geral, mas também deixou de lado os efeitos do uso sobre a representação subjacente. Em trabalhos posteriores, Lakoff (década de 1990) e também Goldberg (década de 2000), passaram a incluir os efeitos do uso em suas abordagens

linguísticas. Já Ronald Langacker, desde o princípio, desenvolveu pensamento independente sobre esse novo modelo teórico de análise de estruturas linguísticas postulando, em seus estudos, tanto a incorporação de processos cognitivos gerais, quanto os efeitos dos usos sobre a representação subjacente. Dentro de cada perspectiva, projetos lakoff-goldbergianas e kayfillmoreanos tiveram seus trabalhos desenvolvidos em torno de idiomatismos sintáticos, enquanto os langackerianos, em torno de diferenças sutis associadas às imagens mentais.

Dito isso e considerando que é no momento da interação verbal (do uso) que há o acionamento dos processos cognitivos de domínio geral permeáveis, licenciando a elaboração de construções interligadas pela forma e pelo sentido numa rede construcional, é que se pode afirmar que, na gramática da língua, há tanto padrões rígidos quanto flexíveis, ratificando o princípio da não distinção rígida entre o léxico e a sintaxe, a semântica e a pragmática. As necessidades discursivas se impõem, agregando dentro dos limites do que é instável, novas construções gramaticais. Assim, a relação forma - sentido rege-se pelo princípio do *continuum* entre léxico e sintaxe, em que a mudança linguística ocorre dentro das construções, que variam de tamanho e complexidade (GOLDBERG, 1995, 2006; TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013).

Nesse caminho, Traugott e Trousdale (2013) assinalam que todas as abordagens construcionais veem a gramática como uma estrutura “holística”: nenhum nível da gramática é autônomo e não existe núcleo. Semântica, morfossintaxe, fonologia e pragmática trabalham interconectadas em uma construção.

A forma como as construções da língua é organizada para o atendimento da função mais básica da linguagem, que é a comunicação, faz com que os falantes realizem projeções cognitivas na língua, estabelecendo novos usos para um mesmo item linguístico e, de consequência, impacta a formação gramatical subjacente, a sintaxe. Recorrendo-se aos postulados da GC, mais especificamente ao Princípio da *Não-Sinonímia*, adotado por Goldberg (1995), o qual estabelece que se uma construção é sintaticamente distinta de outra (s), também deve ser semântica ou pragmaticamente diferente. Assim, todo pareamento entre forma e sentido é uma construção moldada e regulada por padrões de uso.

Para Goldberg (2006), a gramática de uma língua emerge da necessidade comunicativa do indivíduo e no uso que ele confere à língua, sendo que, ao se deparar com novas instâncias por um processo de neoanálise, categorização/generalização e depois por frequência e convencionalização, têm-se novas formas de representar essas instâncias com base em formas já existentes.

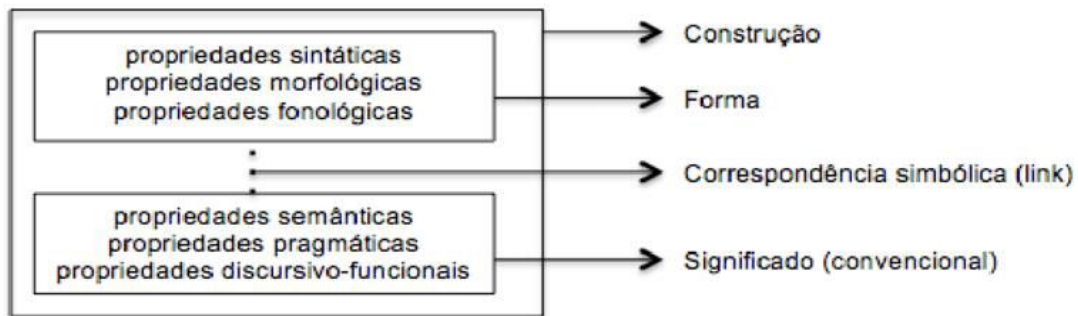
Em Langacker (1987), como também em Croft (2005) e Traugott e Trousdale (2013), construções são “unidades simbólicas convencionais”; convencionais por serem

compartilhadas entre um grupo de falantes; simbólicas porque são signos, tipicamente associações compartilhadas entre forma e sentido e são unidades pelo fato de algum aspecto do signo ser tão idiossincrático ou tão frequente que o signo é interligado como um pareamento de forma - sentido na mente do usuário da língua.

Dessa forma, a gramática é, por natureza, simbólica e representacional do próprio conhecimento dos falantes sobre organização e uso linguístico, portanto, diz respeito à própria organização natural da língua, ou seja, do/no uso que dela é feito em situações reais de interação. Nas palavras de Tomasello (2003), existe uma estreita relação entre a estrutura das línguas e o uso que é feito pelos falantes em contextos reais de comunicação.

Croft (2001, p.18), com base na Gramática de Construção Radical, traça um modelo de estrutura simbólica de uma construção esquemática, em que a construção é estabelecida entre duas dimensões, forma e significado, abrangendo propriedades morfossintáticas e fonológicas e; semântico-pragmáticas e discursivo-funcionais, as quais devem ser consideradas no contexto comunicativo.

Figura 1 - Modelo da estrutura simbólica na Gramática de Construções Radical, de Croft, (2001):



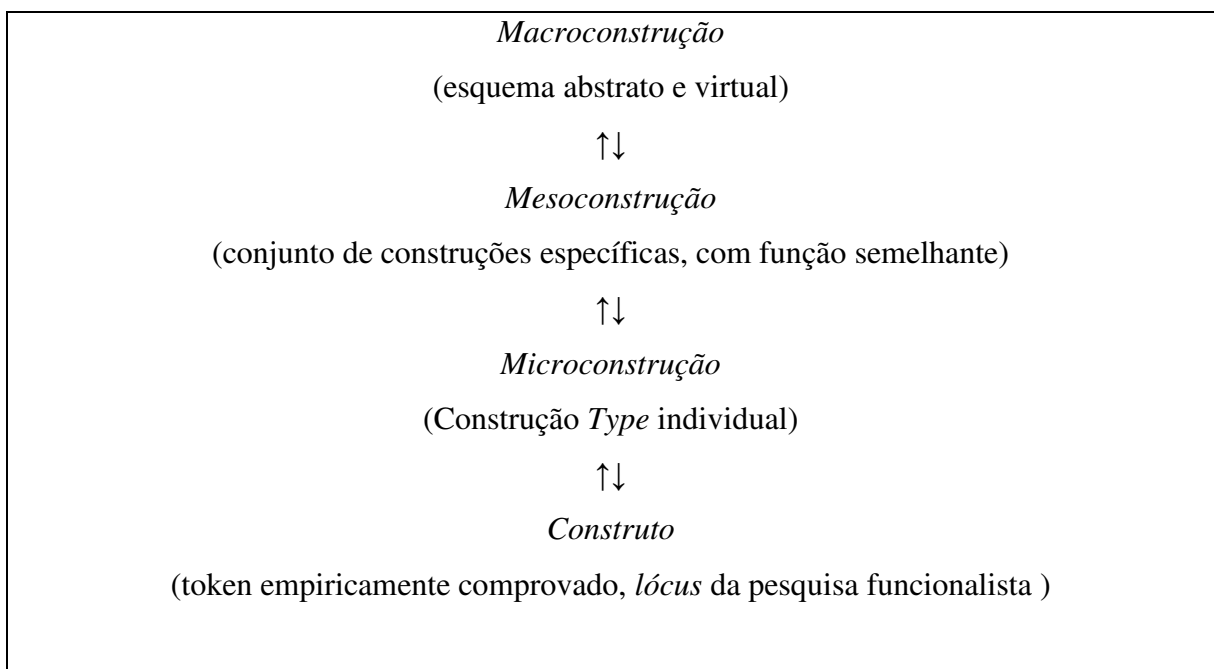
Fonte: Croft (2001, p. 18).

Segundo a Figura 1, representacional simbólica da Gramática de Construção Radical de Croft (2001), a construção é uma ligação entre forma e significado, sem sobreposições, de maneira que a forma se une ao significado e os traços morfossintáticos, fonológicos, semântico-pragmáticos e discursivo-funcionais se diluem, não havendo fronteiras definidas para cada propriedade individualmente. A proposta de estrutura construcional simbólica de Croft (2001) ressalta a importância atribuída tanto ao contexto interno e estrutural, quanto ao contexto circunstancial.

Oliveira (2015, p. 24 apud BARROS, 2016, p. 70) pronuncia a esse respeito, esclarecendo que o contexto deve ser “[...] considerado em dupla e correlacionada dimensão – contexto de forma (fonética, morfologia e sintaxe) e contexto de sentido (semântica, pragmática e discurso).” Barros (2016) acrescenta que, para Croft (2001), as duas dimensões motivam os usos linguísticos e são motivadas por eles. Portanto, essas dimensões são relevantes para que se possa entender uma construção instanciada durante um uso efetivo da língua.

Traugott (2008) apresenta uma proposta de gramaticalização de construções que se inicia com neoanálise e analogia, ou seja, deixa de observar os fenômenos no nível do item ou da cláusula e alarga a perspectiva de análise para os níveis semânticos, pragmáticos e discursivos, apresentando a partir daí a relevância do contexto discursivo. (OLIVEIRA, 2015). Traugott (2008) apresenta a “Trajetória de mudança construcional”, conforme se demonstra:

Figura 2 - “Trajetória de mudança construcional”, de Traugott (2008):



Fonte: Traugott (2008, p. 235).

Na Figura 2, Traugott (2008) traça a trajetória da mudança para além dos contornos da cláusula e pontua: é no construto que ocorre a inovação, que pode se tornar uma mudança e se fixar na língua como uma macroconstrução. As setas direcionadas ascendentemente demonstram: a partir do Construto, pode-se chegar a uma macroconstrução que é um esquema abstrato e virtual. Já as setas direcionadas descendentemente denotam a inclusão dos processos

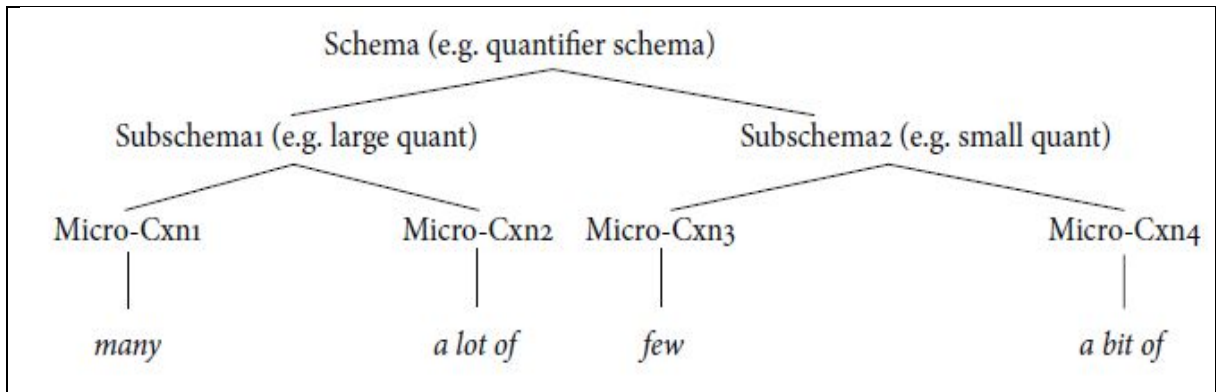
de neoanálise e analogia a partir do esquema abstrato e virtual superior, o qual, pela sua abstração, pode proporcionar a criação de novos usos linguísticos.

O modelo de rede de Traugott e Trousdale (2013, p. 17) segue a mesma ordem da rede de Traugott (2008) e mostra a relação hierárquica entre as construções a partir da classe dos quantificadores. Nesse modelo, para qualquer conjunto de esquemas na hierarquia construcional, o nível mais alto será sempre um esquema (parcial); apenas as microconstruções podem ser substantivas e fonologicamente especificadas, já que subesquemas e esquemas são instâncias menos concretas. Em geral, as microconstruções são associadas a *types* de uma construção mais abstrata.

Nessa mesma perspectiva, Traugott e Trousdale (2013) apresentam a rede construcional dos quantificadores, conforme Figura 3, demonstrando que, no nível mais alto (esquemas), há a inclusão de todos os tipos de quantificadores, sejam eles indicadores de grande, pequena ou média quantidade, ou binominais e monomorfêmicos. No nível médio, o dos subesquemas, as distinções são feitas entre grande, pequeno e intermediário; no nível mais baixo, estão os vários tipos de microconstruções. Assim, os esquemas pertencem ao nível mais alto da abstração da rede construcional e licenciam os subesquemas, que se enquadram em um nível intermediário e arrolam microconstruções (*tokens*).

Em consequência das microconstruções situarem-se em um nível mais baixo, elas, por sua vez, seriam menos esquemáticas e mais substantivas, pois não teriam *slots* a serem preenchidos. Aqui, a consequência da produção e do processamento é a de que o construto é o *locus* da inovação individual e da convencionalização subsequente (adoção por uma comunidade de falantes). Mudanças construcionais começam quando novas associações entre constructos e construções emergem com o tempo, ou seja, quando a replicação de símbolos leva a categorizações provisórias que não estavam disponíveis aos usuários da língua antes e podem, portanto, serem chamadas de “novas”.

Figura 3 – Relações Hierárquicas entre construções, conforme Traugott e Trousdale (2013):

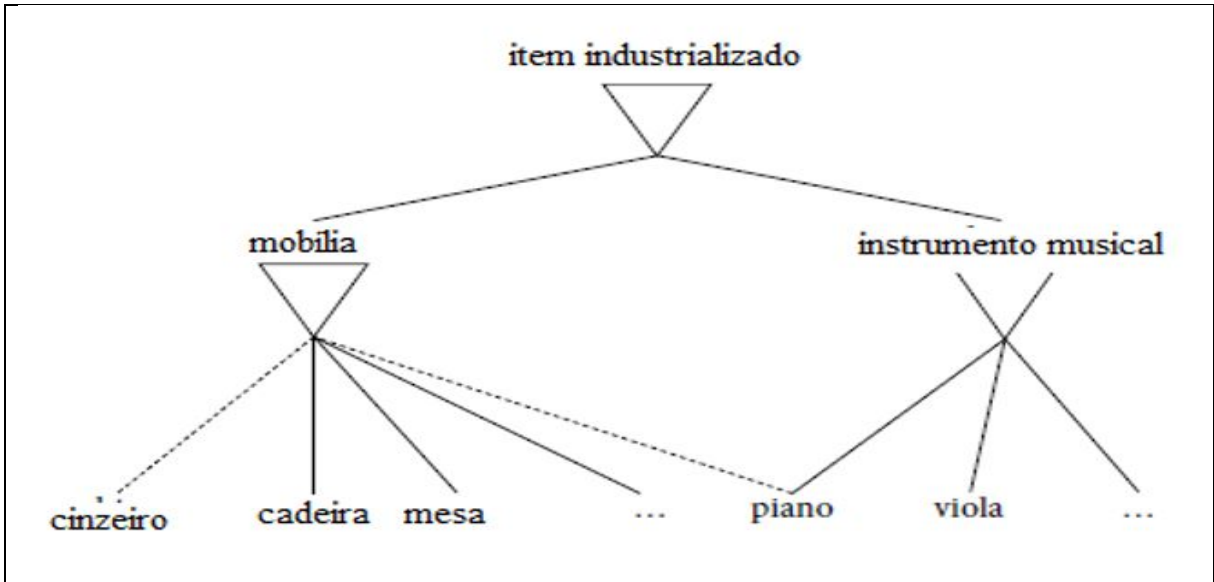


Fonte: Traugott e Trousdale (2013, p. 17).

Nessa figura há a representação hierárquica disposta em três níveis: esquemas, subesquemas e microconstruções, os quais se explicam pelos graus de generalidade e abstração entre eles.

Barros (2016, p. 80) acrescenta que, em Traugott e Trousdale (2013), além dos estágios hierárquicos e das dimensões de construções, considera-se ainda outra modalidade de abordagem da língua a partir de construções organizadas hierarquicamente em uma rede possibilitando uma visualização da língua de maneira ainda mais holística. Conclui, considerando que essa proposta confere métodos para que o olhar do analista se desloque do item para todo o entorno construcional, haja vista que os processos de mudança não ocorrem de modo isolado, mas sim em todo o entorno linguístico. Essa rede conceitual é representada por Itens Industrializados, Figura 4, na qual, Traugott e Trousdale (2013) apresentam, além da relação holística entre seus constituintes, os seus nós constitutivos. Trata-se de uma rede conceitual organizada a partir da semântica e do léxico, demonstra a interdependência desses componentes, partindo de um significado central (básico) que combina com outros mais abstratos (periféricos).

Figura 4 – Rede Conceitual de Traugott e Trousdale (2013), exemplificando a rede conceitual de itens industrializados:

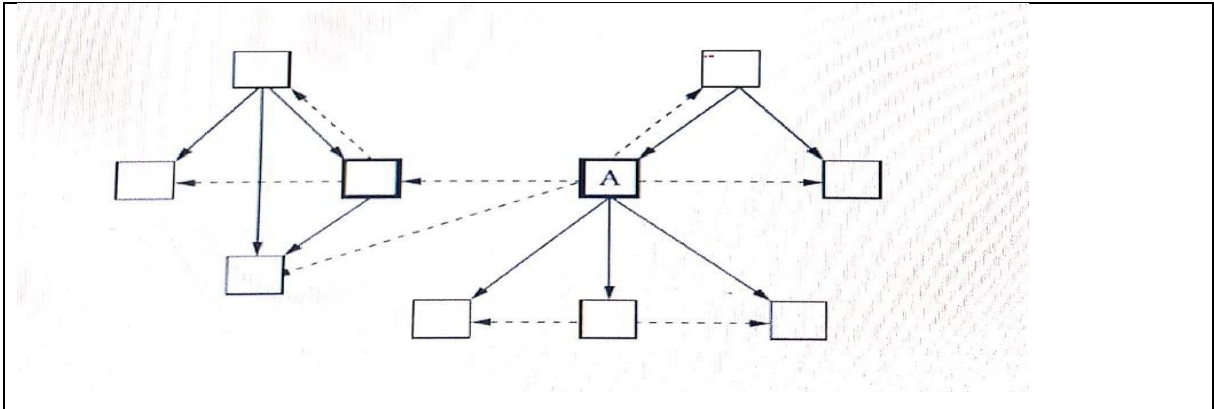


Fonte: Traugott e Trousdale (2013, p. 17).

Nessa relação, Figura 4, é apresentado o item industrializado com alto grau de esquematicidade e abstração, de onde podem ser instanciadas várias outras construções menos esquemáticas e mais específicas como cadeira, mesa, cinzeiro, piano e viola. Importa dizer que, para fazer essa relação conceitual, o processo cognitivo do falante é acionado, haja vista que possui conhecimento sobre o nível abstrato, geral e esquemático e, a partir deste, elaboram-se construções mais específicas. Assim, conforme Goldberg (2006) explica, a criatividade de um usuário se dá em função do seu conhecimento sobre esquemas abstratos, a partir dos quais novas instanciações são moldadas no uso linguístico. Nesse processo, a analogia, por exemplo, auxilia o falante em suas associações e novas elaborações.

Sob o ponto de vista de rede construcional proposta por Langacker (2008), a rede é composta por nós que retratam os esquemas, os subesquemas e as microconstruções numa hierarquia construcional. Na rede langackeriana, as construções com algum grau de abstração se interligam por meio de *links*, de forma que, cada novo nó que surge na rede leva à reconfiguração da mesma, com novas relações e conexões entre as construções. A rede construcional langackeriana (2008), ilustrada na Figura 5, é composta por nós que retratam os esquemas, os subesquemas e as microconstruções numa hierarquia construcional.

Figura 5 – Representação da rede construcional, segundo Langacker (2008):



Fonte: Langacker (2008, p. 226).

Importa ressaltar que, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), embora a figura (5), representativa da rede langackeriana esteja apresentada de forma bidimensional, deve ser compreendida como uma estrutura multidimensional, considerada em termos de redes neurais. As relações nas redes são permeadas por elementos hierárquicos e de herança, como consta na próxima seção.

1.2.1 Relações entre domínios hierárquicos e de herança

Com base na representação de rede hierárquica proposta por Traugott e Trousdale (2013), apresentada na Figura 3, as generalizações ou esquemas se estabelecem num *continuum* e na direção do mais abstrato ao mais concreto. É nesse *continuum* que padrões concretos instanciam padrões mais abstratos em níveis cada vez mais esquemáticos.

Nessa relação construcional, ganha importância a noção de herança, porquanto é esta que traça as características transmitidas pelas construções em uma rede. Hilpert (2014 apud FERNANDES, 2019, p. 58) postula que há diferentes tipos de *links* de herança na construção, os quais são estabelecidos em uma ordem em que “[...] as características da forma e do significado são herdadas em sentido descendente, de níveis mais altos e esquemáticos para níveis mais baixos e mais concretos.”

Pressupondo que níveis mais concretos herdam traços de níveis mais abstratos e considerando que a gramática de uma língua é uma rede de construções e que as construções não são listas aleatórias, a Gramática de Construção tem por tarefa definir o tipo de relação que dá conta dessa rede, à medida que desvela os processos de significação, trata todas as unidades linguísticas, em todos os níveis, como construções integradas de forma e modos de significação

semântico-pragmática. Nessa direção, os *links* que se formam na rede são estabelecidos pelo compartilhamento de propriedades forma - sentido entre eles.

O conceito de herança com base em Goldberg (1995) é como uma herança *by default*. São redes que se organizam radialmente, como famílias de construções, em torno de uma construção central básica, da qual a herança se irradia. Tal modelo de herança tem inspiração lakoffiana (1987) e espelha claramente os postulados da Linguística Cognitiva acerca dos processos de conceptualização e categorização em que os conceitos de prototipia e de categoria radial ocupam papel central. Nesses termos, Goldberg (1995) define quatro tipos de herança: **i) Herança por polissemia; ii) Herança por subparte; iii) Herança por instanciação, e; iv) Herança por metáfora.**

i) Herança por polissemia, quando uma construção é uma extensão semântica da construção-mãe. Nesse caso, enquanto a sintaxe se mantém, a semântica se altera. Um exemplo de *link* polissêmico pode ser verificado entre a construção bitransitiva [Suj V Obj1 Obj2] e com a semântica da construção [X cause Y to receive Z]. Neste exemplo, há conservação da estrutura sintática entre as construções e diferença semântica entre sentido base (prototípico) e suas extensões;

ii) Herança por subparte, quando uma construção é uma subparte da construção-mãe. O *link* de subpartes correlaciona construções que mostram similaridades parciais em suas respectivas formas ou significados. *Links* de subpartes estabelecem uma relação entre uma construção e uma construção maior que exista independentemente e da qual essa possa fazer parte. Conforme Goldberg (1995), os *links* de subpartes correlacionam construções que exibem sobreposições formais ou semânticas, mas que não permitem a classificação de uma construção com uma instância da outra;

iii) Herança por instanciação, quando a construção herdeira é um caso da construção -mãe. Os *links* entre instâncias interligam construções de maneira hierárquica, vinculando *types* de construções com instâncias particulares desses *types*;

iv) Herança por metáfora, quando a construção herdeira é uma extensão metafórica da construção-mãe. A extensão metafórica é concebida como elos de natureza semântica e ligam um sentido básico de uma construção com um sentido estendido. O aspecto principal da extensão metafórica se refere ao fato de que os dois sentidos conectados exprimem o domínio de origem e o domínio de destino de uma metáfora conceptual.

Com base em Goldberg (1995), Hilpert (2014) e Fernandes (2019), adotamos, nesta pesquisa, o posicionamento de que os diversos usos discursivos da construção *mas* assumem vários efeitos de sentido na rede construcional como construções integradas de forma e modos

de significação semântico-pragmática. Isso significa que, dentro da rede, essa construção herda traços da construção central prototípica adversativa, ou seja, ainda que a contrajunção/oposição não esteja representada nos explícitos da expressão verbal, está representada nos implícitos discursivos. Pode-se dizer que discursivamente, essa construção afasta-se “radialmente” dos traços da construção central prototípica e mantém com esta elos de herança. À guisa de exemplificação, construções discursivas como: “*Mas* que água boa!” e “Estudei muito, *mas* MUIto mesmo”, embora em ambas, a construção *mas* se distancie do sentido prototípico adversativo, via cognição, o falante nega visões opostas das que estão sendo pragmaticamente proferidas. Noutras palavras, ao se afirmar de forma intensificadora “Estudei muito, *mas* MUIto mesmo” ou mesmo afirmar com suavidade “Mas que água boa!”, é porque o falante reconhece experiências estocadas em sua memória que se ligam, nessas relações, ao sentido contrajuntivo prototípico de: “estudar pouco” e a da existência de “água básica ou ruim”. São, pois, redes de significações motivadas pragmaticamente em que novas construções descendem do sentido de base central e abstrato – contrajuntivo/opositor. As novas construções podem surgir a partir de mudanças na forma ou no sentido ou em ambas, como se explicará em 1.2.2.

1.2.2 Mudanças Construcionais e Construcionalização

Traugott e Trousdale (2013), ao tratarem da mudança, usando o modelo da Gramática de Construção, postulam a existência de dois tipos de mudanças que envolvem as construções: *i*) mudanças construcionais que afetam subcomponentes de uma construção, ou seja, mudanças apenas na forma ou apenas no sentido e não implicam uma construcionalização e; *ii*) construcionalização, mudança em que novas combinações de signos são criadas a partir de pequenos passos de neanálises de forma e função. Esses autores esclarecem que construcionalização é, portanto, a criação de (combinação de) uma nova forma e um novo sentido. Ela forma novos tipos de nós que possuem nova sintaxe ou morfologia e novo sentido codificado no sistema linguístico de uma população de falantes. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos e é, portanto, gradual. Novas microconstruções podem, da mesma forma, serem criadas gradualmente, mas elas também podem ser instantâneas. Microconstruções criadas gradualmente tendem a ser procedurais/gramaticais, e microconstruções criadas instantaneamente tendem a ser de conteúdo/lexical. Esclarecem que a construcionalização envolve a neanálise da forma

morfossintática e do sentido semântico/pragmático; discurso e mudanças fonológicas podem, também, ser implicadas em várias etapas.

Para Traugott e Trousdale (2013), também há mudanças que resultam em construções parcialmente de conteúdo e parcialmente procedurais e denominam-nas de construções “intermediárias” ou “híbridas”. Um subtipo da construção de predicado complexa, como em *give someone a kicking* (dar um chute em alguém, em tradução literal, expressão idiomática que significa “dar uma ‘mãozinha’/uma ajuda a alguém), é parcialmente bitransitiva, parcialmente interativa e, portanto, parcialmente gramatical/procedural, mas é, também, parcialmente de conteúdo/lexical, porque também pode referir-se a uma agressão. (TROUSDALE, 2008).

Para a compreensão de um processo de mudança construcional, faz-se necessário ainda investigar as três propriedades fundamentais discutidas por Traugott e Trousdale (2013) e Bybbe (2010, 2016): produtividade, esquematicidade e composicionalidade. Nessa perspectiva, as análises dos usos compreendem a questão da frequência, o nível de esquematicidade das construções e o grau de transparência/opacidade entre forma e significado no nível da construção.

1.2.3 *Propriedades de uma Construção: esquematicidade, produtividade e composicionalidade*

A construção é caracterizada por um conjunto de três propriedades, quais sejam: esquematicidade, composicionalidade e produtividade. Trata-se de propriedades que se definem, em si mesmas, pela gradiência, o que nos leva a admitir a existência de construções menos ou mais esquemáticas, menos ou mais composicionais, menos ou mais produtivas (GOLDBERG, 1995; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013).

1.2.3.1 **Esquematicidade**

Sob a perspectiva de Traugott e Trousdale (2013), a esquematicidade é uma propriedade de categorização que, crucialmente, envolve abstração; esquemas linguísticos são abstratos, grupos de construções generalizados semanticamente, sejam eles procedurais ou de conteúdo.

Eles são abstrações, ao longo dos cenários de construções, percebidas pelos usuários da língua, proximamente relacionadas umas às outras no sistema construcional.

Traugott e Trousdale (2013), assim como Langacker (2009), afirmam que os graus de esquematicidade dizem respeito aos níveis de generalização ou de especificação, e a até que ponto as partes do sistema são ricas em detalhes. Esquemas linguísticos são instanciados por subesquemas e, nos níveis mais baixos, por microconstruções. Subesquemas podem ser desenvolvidos ou perdidos ao longo do tempo. Desenvolvimento e perda envolvem mudanças construcionais antes e depois da construcionalização.

Traugott e Trousdale (2013) pontuam que a esquematicidade é gradiente em duas maneiras: *i)* A primeira é um fator de “mais ou menos”, em que a boa formação é uma questão de convenção e, algumas vezes, a sanção é apenas parcial. Nesse mesmo sentido, Langacker (1987, p. 69) afirma que “uma quantidade considerável de não convencionalidade é tolerada (e frequentemente esperada) como um aspecto normal do uso da língua”; *ii)* A segunda maneira ocorre nos termos das distinções hierárquicas que podem ser feitas. Um nível hierarquicamente intermediário ou subesquema reflete, ao menos parcialmente, o fato de que os usuários da língua parecem ser sensíveis tanto aos padrões generalizados quanto às informações específicas.

Níveis construcionais para a descrição e a análise da mudança construcional como esquemas, subesquemas e microconstruções, não são distinções absolutas e, ao longo do tempo, as relações entre elas podem mudar. As microconstruções são instanciadas no uso por “construtores” que são, empiricamente, símbolos de certificação, instâncias de uso em uma determinada ocasião, pronunciados por um determinado falante (ou escritos por um determinado escritor) com um determinado propósito comunicativo. Traugott e Trousdale (2013, p. 14) afirmam que “esquemas também são frequentemente discutidos “[...] em termos de lacuna e da forma como as estruturas simbólicas podem ser agrupadas dentro deles”. Assim, uma construção pode consistir apenas de lacunas abstratas como o esquema bitransitivo [SUI V OBJ₁ OBJ₂] ou pode conter lacunas e posições preenchidas. Os níveis hierárquicos – esquema, subesquema, microconstrução – na visão de Traugott e Trousdale (2013), não são representações mentais; “[...] são subpartes do subsistema linguístico que o linguista escolhe para discussão e análise”. (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p.14, tradução nossa).

Furtado da Cunha, Silva e Bispo (2016) ponderam que a esquematicidade refere-se ao fato de a construção servir como um modelo abstrato/ virtual que captura a generalidade de padrões de uso. E exemplificam, atrelados à perspectiva de Traugott e Trousdale (2013), que as construções podem ser totalmente não especificadas (ou abertas), como o esquema oracional transitivo SN1 V SN2; parcialmente especificadas, como se pode ver na sequência *dar* SN;

totalmente especificadas (ou idiossincráticas), tal como a expressão *enfiar o pé na jaca*. Assim, quanto mais alta for a esquematicidade, maior é a possibilidade de instanciar subesquemas; destes as microconstruções e, sucessivamente, construtos.

1.2.3.2 Produtividade

Quanto à produtividade, Traugott e Trousdale (2013) afirmam ser um termo que tem sido utilizado de diferentes formas. Na visão dos autores, a produtividade de uma construção é gradiente, pertence a esquemas (parciais) e se refere tanto às suas “extensibilidades”, ao ponto em que sancionam outras construções menos esquemáticas (subesquemas ou microconstruções), e quanto ao ponto em que são restringidas, ou seja, quanto ao grau em que os esquemas são limitados. Pontuam que muitos trabalhos sobre produtividade se referem à frequência, citando os de Bybee (2010) que, relevantemente, fez a distinção em “frequência do tipo” ou *type* (o número de expressões diferentes que um determinado padrão possui) de “frequência do símbolo” ou *token* (o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto). Pontuam ainda que a frequência *type* pode ser associada ao fenômeno referido em Himmelmann (2004) como expansão da classe hospedeira. Assim, frequência *type* e expansão da classe hospedeira correlacionam-se ao conceito de produtividade, uma vez que se referem ao gradativo aumento de categorias que se agregam à rede de uma dada construção matriz, sendo configuradas novas relações semânticas e sintáticas não previstas na relação prototípica formação dessa construção.

Os falantes utilizam instâncias da nova construção cada vez mais. Aqui, rotinização e automatização são resultantes do uso frequente e da repetição. É importante reconhecer que não há recorte de tempo previsível para a interação da produtividade e da improdutividade. A produtividade pode ter vida curta, enquanto alguns padrões improdutivos podem persistir por longos períodos de tempo.

1.2.3.3 Composicionalidade

Traugott e Trousdale (2013) explicam que a composicionalidade se refere ao grau de transparência da relação entre forma e sentido da construção. Uma construção é mais

composicional quando o significado das partes é recuperado no significado do todo e menos composicional quando não é possível esse processo de recuperação das partes pelo todo. A composicionalidade é normalmente pensada tanto nos termos da semântica (o significado das partes e do todo), quanto nos termos das propriedades combinatórias do componente sintático, ou seja, da sintaxe:

A sintaxe é composicional porque constrói mais expressões complexas de boa-formação recursivamente, nas bases das expressões menores, enquanto a semântica é composicional porque constrói os sentidos das expressões maiores nas bases dos sentidos das expressões menores (ultimamente, palavras ou morfemas)”. (HINZEN; WERNING e MACHERY 2012, p. 3 apud TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 19-20).

Esses autores pontuam que, sob a perspectiva construcional, a composicionalidade é melhor pensada nos termos da compatibilidade e da incompatibilidade entre os aspectos da forma e os aspectos do sentido. Se uma construção é semanticamente composicional, então, o falante produziu uma sequência convencional sintática, e o ouvinte entende o sentido de cada item individualmente e será capaz de decodificar o sentido do todo. Se não é composicional, haverá incompatibilidade entre o sentido dos elementos individuais e o sentido do todo. A proposta de Traugott e Trousdale (2013) reside no sentido de que a língua não é inteiramente composicional, mas possui composicionalidade no sentido de que a estrutura composicional de uma sentença irá, frequentemente, fornecer dicas sobre o sentido do todo.

Nesta perspectiva teórica, considerar-se-á a construção *mas* nos contextos de uso do falar goiano, em que das produtivas ocorrências e/ou recorrências no discurso, emerge a possibilidade de encontrá-la assumindo efeitos de sentido diversos dos prototípicos. Nesse processo, os falantes, por meio de acionamentos mentais de alternativas já registradas cognitivamente em suas mentes e / ou no processamento de novas experiências, utilizam a construção *mas* em contextos comunicativos com diversas nuances de sentido, dentre as quais, intensificando a informação que o falante julga mais importante ou saliente ou ainda suavizando o discurso. Por isso, reconhecer a integração entre as dimensões básicas da linguagem, a interação e a cognição, colabora com uma melhor descrição do fenômeno sob análise.

1.3 Integração das dimensões sociais e cognitivas na análise de estruturas linguísticas: Linguística Cognitiva e Funcionalismo Clássico

A linguística cognitiva surge a partir da década de 1970 e considera o comportamento linguístico como reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito aos princípios da categorização, à organização conceptual, aos aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana nos contextos de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais. As categorias linguísticas são baseadas na experiência do indivíduo com o mundo e não advindas de significados prontos. (LANGACKER, 1986).

Nessa perspectiva teórica, a mente é vista como parte integrada do corpo. É por meio do movimento do corpo que a mente recebe as respostas externas e passa a agir por meio de projeções metafóricas e metonímicas em função do uso. E é esse processo dinâmico que permite que a comunicação seja moldada e modificada. (LANGACKER, 1986). Para esse autor, a linguagem é guiada por processos cognitivos gerais, e a língua é constituída de unidades fonológicas, simbólicas e semânticas. Dessa forma, os níveis de conhecimento e desenvolvimento cultural não podem ser realizados destituídos da linguagem. As representações são construídas discursivamente e reguladas por estruturas mentais e perceptivas dos falantes. As estruturas mentais, por sua vez, são reguladas por representações discursivo-pragmáticas.

Portanto, nas análises de estruturas linguísticas, atém-se à interdependência entre os componentes sintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos, haja vista que a pragmática orienta a semântica que, por sua vez, orienta a sintaxe (relação de mútua dependência).

Essa corrente teórica ganhou ênfase a partir da década de 1980, com George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore, dentre outros, os quais, embora adeptos do gerativismo, passaram a analisar as relações entre sintaxe e semântica como componentes interdependentes, de forma que o tratamento dado à estrutura gramatical não seja dissociado do significado.

Para Martelotta (2017), do ponto de vista da linguística cognitivo-funcional, o escopo da gramática cognitivo-funcional abrange tanto as estruturas linguísticas quanto toda situação comunicativa, nestes termos:

[...] podemos afirmar que, em linhas gerais, a gramática cognitivo-funcional alarga o escopo dos estudos para além dos fenômenos estruturais e que, portanto, seu ponto de vista é distinto. Esse tipo de gramática analisa a estrutura gramatical, assim como as gramáticas estrutural e gerativa, mas também analisa a situação de comunicação

inteira: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo. (MARTELOTTA, 2017, p. 63).

Sob essa concepção, a base para as análises cognitivo-funcional continua sendo a estrutura gramatical, mas acrescenta-se o propósito do evento-fala para compreender o contexto discursivo que envolve uma série de situações e de elementos. A situação de uso é o fenômeno do qual se parte para que se analise a situação comunicativa.

Para dar conta da análise de estruturas linguísticas para além dos elementos morfossintáticos e fonológicos, incorporou-se, com o advento da linguística cognitiva, a semântica cognitiva aos pressupostos teóricos do Funcionalismo Clássico, o que resultou na possibilidade de análise de estruturas linguísticas simultâneas, fato que até então não era possível por meio dos modelos de base formalista – o estruturalista e o gerativista. Analisava-se a língua e sua estrutura com base na semântica formal ou clássica embasando-se em teorias matemáticas e racionais aristotélicas.

Para Martelotta (2011, p. 56): “[...] aspectos de ordem cognitiva só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural”.

Na relação entre gramática e cognição, a gramática é entendida como um conjunto de regularidades sobre como organizar os enunciados e se estrutura a partir da capacidade humana de perceber e conceptualizar o mundo. A língua é concebida da mesma maneira que o mundo é percebido e organizado na mente humana. Na língua, isso se reflete na forma integrada como os níveis de análise linguística são considerados: a sintaxe, a semântica e a pragmática são inter-relacionadas e interdependentes. A distinção entre léxico e gramática não é rígida e ocorre em um *continuum*.

Martelotta (2017), referindo-se à relação entre discurso e gramática, faz uso do termo “simbiose” para descrever a interdependência entre ambos:

[...] assim, temos entre discurso e gramática uma espécie de relação de simbiose: o discurso precisa dos padrões da gramática para se processar, mas a gramática se alimenta do discurso, renovando-se para se adaptar às novas situações de interação”. (MARTELOTTA, 2017, p. 63).

Figura 6 – Representação da relação entre Gramática e Discurso, conforme Martelotta (2017).



Fonte: Martelotta (2017, p. 63).

Nesse mecanismo de vantagens recíprocas entre discurso e gramática, faz-se necessário destacar os papéis do falante e do ouvinte na interação verbal e suas habilidades de compartilhar informações, o modo como essas informações são processadas – capacidade de transferir dados de determinados domínios da experiência para outros, por meio da cognição. É pela capacidade cognitiva que o ser humano capta os dados advindos das suas experiências no mundo, compreende-os e os armazena na memória; pela mesma capacidade, esses dados são organizados e acessados quando necessário; eles são correlacionados com outros dados ou outras experiências. Essas relações não ocorrem unicamente porque o ser humano possui um aparato biológico/mental para isso. O aparato biológico funciona como um *input* que necessita ser estimulado por fatores socioculturais. (MARTELOTTA, 2017).

A integração entre princípios cognitivistas e pressupostos do Funcionalismo clássico, possibilitou a análise de estruturas linguísticas de modo a desvelar tanto as questões estruturais, quanto as semânticas e discursivo-pragmáticas da língua em uso. Em todo contexto de harmonia dessas duas vertentes teóricas, são relevantes algumas concepções funcionalistas e os processos cognitivos de domínio geral.

1.3.1 Concepções funcionalistas e processos cognitivos de domínio geral

Na esteira de Langacker (1986), o qual considera a linguagem guiada por processos cognitivos gerais e, considerando que a língua é constituída de unidades fonológicas, simbólicas e semânticas, o componente cognitivo-perceptivo da gramática envolve processos de domínio geral, como as habilidades de que as pessoas são dotadas e se manifestam em atividades linguísticas e extralinguísticas. Interessam mais aos objetivos desta pesquisa os processos como

a Categorização, a Prototipicidade, a Iconicidade, a Informatividade, a Memória Rica e a Associação Transmodal.

1.3.1.2 Categorização e Prototipicidade

A **Categorização** é um processo cognitivo de domínio geral de associações e agrupamentos significativos relacionados à similaridade ou à identidade entre membros de uma classe. São categorizadas as coisas e os eventos do mundo como classes de objetos, animais, plantas, lugares, pessoas, acontecimentos, que fazem parte das experiências de vida dos falantes. Em termos linguísticos, a categorização diz respeito à capacidade do usuário, a partir da sua experiência no mundo, para organizar, conforme semelhanças, grupos de nomes, de sintagmas e de outros elementos da língua, envolvendo rótulos linguísticos e significados que estão representados e armazenados na memória. (FURTADO DA CUNHA, *et al* 2013).

A categorização é uma atividade cognitiva básica no ser humano; envolve a nossa capacidade de associação e de memória. A separação nas diferentes categorias é realizada a partir das percepções acerca dos elementos categorizáveis e de como ocorre a interação entre os elementos em contextos específicos. A categorização impacta a representação dos membros em termos de classe a que pertencem, haja vista que quanto mais esses elementos possuem traços da categoria central, mais são tomados como exemplares.

Lakoff e Johnson (2002, p. 265) esclarecem que “[...] algumas de nossas categorias surgem diretamente de nossa experiência, devido à forma de nossos corpos e à natureza de nossas interações com as outras pessoas e com o ambiente físico e social”.

Nesse alinhamento teórico, Martelotta (2011) pondera que a habilidade de categorização envolve não só a associação de características, que por sua vez depende da memória, mas também aspectos cognitivos, linguísticos e socioculturais. Para esse autor, “[...] embora haja, por exemplo, árvores de todos os tipos, formas e tamanhos, criamos a categoria *árvore*, que, a despeito de diferenças individuais de seus representantes, apresenta alguns atributos comuns que nos permitem identificá-los como representantes da categoria *árvore*.” (MARTELOTTA, 2011, p. 68, destaques originais).

Na constituição linguística, o processo de categorização também se dá pela separação por afinidades. No léxico, as palavras são agrupadas a partir daquilo que elas podem nomear ou conceituar ou ainda pelo seu desempenho funcional. As que são utilizadas para nomear

formam o grande grupo dos nomes ou substantivos. Aquelas que servem para qualificar estão no agrupamento dos adjetivos. As que se referem às ações integram o conjunto dos verbos e assim sucessivamente. O mecanismo de agrupar e nomear as entidades do mundo, como ocorre em um sistema linguístico, não representa uma relação direta entre a linguagem e o mundo, ao contrário, ele é mediado pela capacidade cognitiva da espécie humana.

Desse modo, a organização linguística é um reflexo da capacidade cognitiva de perceber e organizar o mundo e não apenas um reflexo do mundo.

Martelotta (2011) agrega que as representações cognitivas referentes a modelos culturais também podem influenciar a estrutura categorial e, dessa forma, os protótipos não constituem necessariamente representações abstratas que surgem de instâncias específicas de um determinado conceito e exemplifica que pássaros típicos do ponto de vista dos americanos não são para os do ponto de vista dos chineses.

Nesse mecanismo de combinação articulatória da língua, o qual envolve fatores linguísticos e não linguísticos, os falantes não combinam os elementos fonemas e morfemas para formação de palavras ou vocábulos do modo que querem, já que a língua apresenta restrições quanto a esse mecanismo, que existem em todos os níveis gramaticais e em todos os elementos linguísticos, a exemplo da (im) possibilidade de pluralização dos vocábulos substantivos “concomitância” e “pato” apresentado por Furtado da Cunha *et al* (2013).

Bybee (2010, p. 7) considera categorização como:

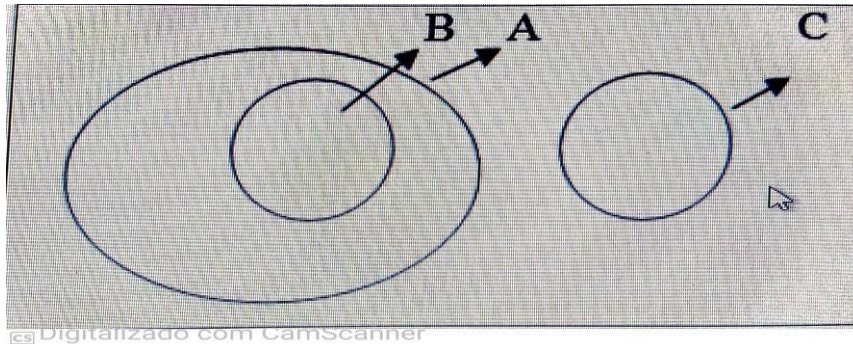
[...] semelhança ou a identidade de harmonização que ocorre quando as palavras, frases e seus componentes são reconhecidos e correspondidos às representações armazenadas. As categorias resultantes são a base do sistema linguístico, suas unidades de som, morfemas, palavras, frases ou construções.” (BYBEE, 2010, p. 7).

Segundo Oliveira (2017), na LFCU, a categorização é prototípica e baseia-se num conjunto de traços que podem estar mais ou menos presentes nos membros da categoria. Conclui que existem membros mais prototípicos que portam a maioria dos traços da classe, e outros menos prototípicos que se situam em posição marginal, ocupando espaço de intersecção categorial. Com base nesse raciocínio, tem-se que os limites entre as categorias são fluidas, possibilitando que um mesmo item linguístico estabeleça elos com categorias distintas.

Givón (1989), ao tratar da categorização e dos protótipos, destaca três modelos de categorização: o clássico, o de Wittgenstein e o dos protótipos. No modelo clássico, que remonta a Platão e Aristóteles, as categorias são discretas e absolutas, e isso significa que, para ser membro de uma categoria, é preciso que determinado elemento tenha propriedades

necessárias e suficientes para defini-lo como pertencente a tal categoria. As propostas linguísticas orientadas por esse modelo são aquelas vinculadas à semântica estruturalista ou clássica, as quais se apoiam em um sistema de traços para a classificação da estrutura semântica dos itens lexicais.

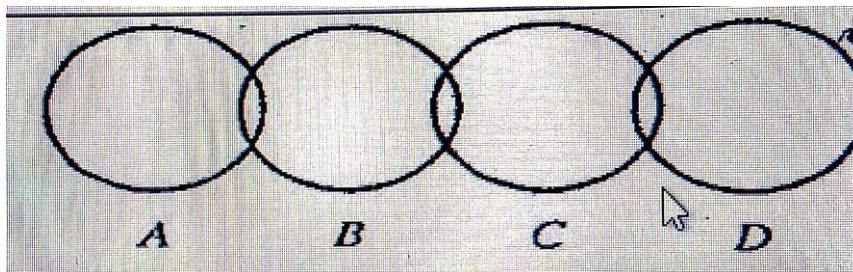
Figura 7 - Representação da clássica categorização platônica:



Fonte: Givón (1989, p. 36).

No modelo de categorização proposto por Wittgenstein, há a concepção de que as categorias não são discretas, tampouco absolutas, mas relativas e contingentes, o que situa os elementos ou propriedades dessas categorias numa relação de dependência. Nesse sentido, Givón (1989, p. 37) concebe que a categorização acontece em um *continuum*.

Figura 8 – Representação da categorização wittgensteiniana:

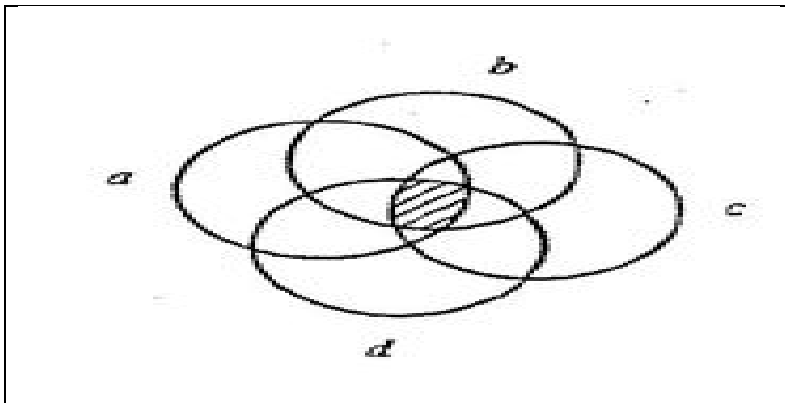


Fonte: Givón (1989, p. 37).

Givón (1989) reconhece a importância dos modelos clássico e wittgensteiniano para a categorização, ao afirmar que “[...] ambas as abordagens de categorização apresentam importantes aspectos da formação de uma categoria na cognição, na língua e no

comportamento.” (GIVÓN, 1989, p. 38). Não obstante, Givón admite a necessidade de criação de um terceiro modelo categorial, o dos protótipos. Para Givón (1989) o modelo dos protótipos, é aquele em que os membros de uma categoria fazem parte de um *continuum*, posto que são concebidos em termos de graus e relacionam-se entre si por meio de semelhança de família. Nos termos de Givón (1989, p. 39), “[...] a semântica de protótipo reconhece espaço categorial não discreto, tanto dentro como entre as categorias”. Nesse espaço, segundo Barros (2016), é onde ocorre a interseção de diversas características “típicas” e “normativas” e a não discretude diz respeito à gradualidade dessas características. O elemento que reúne o maior número dessas características é considerado protótipo.

Figura 9 – Representação da categorização do agrupamento de protótipo:



Fonte: Givón (1989, p. 39).

Com base na esquematização da Figura 9, pode-se dizer que a categoria prototípica é a que possui os traços centrais da categoria, mas com variáveis e fronteiras difusas. Na categoria “pássaro”, por exemplo, o membro central, que reúne todas as propriedades definidoras do modelo prototípico de pássaro como ter bico, penas, duas pernas e poder voar, a exemplo do pardal, ao passo que, o pinguim e o avestruz, são exemplos menos centrais ou periféricos, por possuírem menos características do membro central prototípico, uma vez que ambos não podem voar.

Barros (2016), ao tratar do diferencial da categoria prototípica, registra que:

[...] o diferencial da teoria dos protótipos é que para ela um elemento não se limita a possuir as características de uma única categoria, implicando fluidez categorial. Logo, as categorias apresentam uma divisão imprecisa, seus limites são tênues. A categoria vizinha, de algum modo, apresenta alguma característica semelhante, uma vez que compartilham de uma zona de interseção. (Barros, 2016, p. 45).

Silva (2012), ao parear teoricamente os três modelos categoriais, conclui que as diferenças entre o modelo clássico, o de Wittgenstein e o dos protótipos dizem respeito ao fato de que, no modelo clássico, a distribuição categorial é absoluta, com cada membro em sua categoria definida; no modelo de Wittgenstein, a distribuição é uniforme (‘igualmente membros de uma metacategoria singular’); e no modelo dos protótipos, a distribuição é flexível, dadas as variáveis contextuais. Dessa maneira, na constituição linguística nada é absoluto: os fenômenos da língua se mostram em graus, em *continuum*, o que faz com que o limite entre uma e outra categoria seja tênue, fluido.

1.3.1.3 Iconicidade

Furtado da Cunha *et al.* (2013, p. 22), referindo-se ao princípio da **iconicidade**, dizem que língua é “[...] organizada nos mesmos moldes que a conceitualização humana do mundo”. A estrutura de uma construção gramatical, de alguma maneira, é reflexo da estrutura do conceito que ela expressa, como por exemplo, a estrutura prototípica SVO.

Neves (2007, p. 23), referindo-se à iconicidade diz que “[...] a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou complexidade de natureza conceptual”. Portanto, reconhecer a iconicidade significa admitir a relação das partes da estrutura linguística e das partes da estrutura da significação.

Para Croft e Cruse (2004), a estrutura da experiência é a motivação tanto da estrutura da língua, quanto da estrutura da linguagem, na medida em que as duas se correspondem e se combinam, respectivamente.

Hopper e Traugott (1993, 2003, p. 27) pontuam que iconicidade refere-se à “[...] propriedade de similaridade entre um item e outro.” O que denota, de algum modo, que a estrutura linguística reflete a função a que serve.

Para Givón (2001, p. 35), “a iconicidade da gramática não é absoluta, mas apresenta graus”. Para esse autor, a crença no absolutismo icônico é considerada idealista e defende quatro subprincípios básicos da Iconicidade: **quantidade, proximidade, ordenação linear e perspectiva**. Furtado da Cunha *et al.* (2013), inspirados em Givón (1984, 2001), ao tratarem desses quatro subprincípios, ponderam que o **Subprincípio da Quantidade** se refere à quantidade de informação, haja vista que quanto maior a quantidade de informação, maior é a quantidade de forma (estrutura) para conceituá-la, como a marca plural em que a palavra é

codificada com um morfema a mais (+ informação = + estrutura). Noutras palavras, a complexidade da expressão é resultado da complexidade do pensamento. O **Subprincípio da Proximidade** pode ser explicado pelo grau de aderência morfossintática quando estes são integrados no plano cognitivo como, por exemplo, a contiguidade estrutural entre os morfemas de um vocábulo. Segundo Givón (2001), esse subprincípio prevê que os conteúdos mais próximos cognitivamente são mantidos em proximidade espaço-temporal. O **Subprincípio da Ordenação Linear** possui dois aspectos basilares: a informação mais tópica tem de vir em primeiro lugar, e a ordem das orações no discurso obedece à sequência temporal, isto é, os vocábulos tendem a ser ordenados conforme a ordem da temporalidade que os fatos ocorrem na realidade extralinguística. E o **Subprincípio da Perspectiva** refere-se a diferentes maneiras como um evento do mundo pode ser visto, implicando diferentes codificações linguísticas para descrevê-lo.

Para Langacker (2013), a perspectiva é o arranjo da visualização de uma cena, ou seja, o aspecto mais evidente de que é o ponto de vista assumido, por exemplo, são diferentes as perspectivas de construção de uma sentença afirmativa, de uma interrogativa, haja vista que estão envolvidas, para cada uma, questões subjetivas e abstratas não presentes na descrição de um evento real do mundo.

1.3.1.4 Informatividade

A **Informatividade** refere-se ao conteúdo da informação compartilhado pelos interlocutores em um momento de interação verbal. A organização do conteúdo é também orientada pelas expectativas do falante em relação ao seu ouvinte. Numa interação verbal, o grau de informatividade diz respeito ao modo como os elementos da língua podem ser apresentados distintamente em diferentes situações. A estrutura da língua é motivada pelo valor informacional, tendo em vista que o elemento que constitui o tópico ou o assunto sobre o qual se está falando é colocado no início da frase, o que não o será quando, na maioria das vezes, um elemento constituir uma informação conhecida em um determinado contexto comunicativo. Para Givón (1990), trata-se de um subprincípio icônico da relação entre ordem sequencial e topicalidade, processando uma conexão entre o tipo da informação e a ordenação que ele assume na frase.

Simon Dik (1978, p.1, 1989 a, p. 3 apud NEVES, 1997, p. 19-20) apresenta esquema de um modelo de interação verbal que equaciona a consideração funcionalista do papel da expressão linguística dentro da comunicação de interação verbal, e nesta, em qualquer de seu estágio, o falante e o destinatário tem informação pragmática.

Equação de interação verbal no molde dikiano:

[...] a expressão linguística é função:

- a) da intenção do falante;
- b) da informação pragmática do falante;
- c) da antecipação que ele faz da interpretação do destinatário.

E a interpretação do destinatário é função:

- a) da expressão linguística;
- b) da informação pragmática do destinatário;
- c) da sua conjetura sobre a intenção comunicativa que o falante tenha tido. (DIK 1978, p.1, 1989 a, p. 3 apud NEVES, 1997, p. 20).

Nessa equação, infere-se que o falante elabora sua informação tendo como ponto de partida informações pragmáticas pressupostas sobre o interlocutor, e este, por sua vez, reconstrói a informação recebida conforme seus conhecimentos pragmáticos.

Nas palavras de Neves (2018 c, p. 41): “[...] é a avaliação feita pelo falante sobre a informação pragmática de seu parceiro, e não a informação em si, que determina o modo pelo qual o falante organiza pragmaticamente suas expressões.” Essa autora acrescenta que, na formulação de Dik (1989 a, p. 3; 1997 a, p. 3 apud NEVES, 1997, p. 21; 2018c, p. 41) há uma forma de atividade cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois participantes para atingir seus objetivos, e estruturada, porque é governada por regras, normas e convenções. Há dois tipos de sistemas de regras: as que governam a constituição das expressões linguísticas – semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas – e as que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões linguísticas são usadas – pragmáticas.

Quanto à pragmática, Neves (2018 a, p. 42) complementa que:

[...] o fato de haver, em qualquer uma das pontas, desconhecimento ou má avaliação da informação pragmática que o interlocutor que está na outra ponta tem. Isso ocasiona prejuízo não apenas na recuperação do sentido da mensagem, mas, mais ainda, na recuperação do propósito que moveu a fala. (NEVES, 2018 a, p. 42).

Nesse sentido, temos que a pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico deve permear todo o entorno comunicativo, a interação verbal, o uso. Caso contrário, se alguém em uma das pontas da interação não se conectar à pragmática daquele que está na outra ponta e vice-versa, não se cumpre a função primeira da linguagem, a comunicação,

ou, nas palavras de Neves (2018a, p. 42), há o prejuízo na “recuperação do propósito que moveu a fala”, ou noutros termos em Neves (2018 b, p. 41):

Pode ocorrer que a avaliação do falante não esteja completamente correta, isto é, que ela não corresponda plenamente à real estrutura da informação pragmática do destinatário, e isso pode causar algum problema no processo de comunicação.

Nesse alinhamento teórico, Furtado da Cunha *et al* (2013, p. 26 apud BARROS, 2016, p. 52) ponderam:

[...] o locutor não apenas procura dosar o conteúdo informacional em função do que supõe que seu parceiro já conhece ou não, mas também se esforça em monitorar/orientar o ponto de vista deste, visando a atingir determinado (s) objetivo (s). Para isso, conta tanto com o aparato linguístico (léxico-gramatical), em suas múltiplas possibilidades de organização e codificação textual (GIVÓN, 2001), quanto com recursos extralinguísticos (gestos, expressões, dados do contexto interacional). (FURTADO DA CUNHA *et al* 2013, p. 26 apud BARROS, 2016, p. 52).

Segundo Barros (2016), tanto a ordem dos elementos de uma oração quanto a sua codificação, são dependentes da avaliação feita pelo locutor sobre o estado de ativação do conhecimento na mente do interlocutor.

Neves (2018b, p. 37-38) pondera que a gramática funcional de Dik constitui uma teoria dos componentes integrados: [...] uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática [...]. Assim, organiza a estrutura do predicado com a intervenção de três tipos de funções: i) semânticas: Agente, meta, Receptor, etc.; (ii) sintáticas: Sujeito e Objeto; (iii) pragmáticas: Tema, Tópico e Foco, etc.

Para Neves (2018b, p. 44), Tópico e Foco são duas noções pragmáticas mais centrais na gramática funcional, sendo Tópico o constituinte acerca do qual se faz a oração e Foco o que carrega a informação mais saliente, ambos concebidos como internos à gramática, dentro do componente pragmático. E tece explicações com o seguinte exemplo:

em uma oração como *O médico fez o atestado*, entende-se que *fazer* é um predicado (verbo), e *o médico* e *o atestado* são argumentos que tem não apenas funções semânticas (Agente e Objeto, respectivamente), e funções sintáticas (sujeito e objeto direto, respectivamente), mas, ainda, funções pragmáticas (Tópico e Foco), determináveis apenas no interior de frases enunciadas, nos lugares onde (considerada a enunciação) pode-se verificar qual o termo em torno de qual o falante organizou a frase – isto é, o Tópico – e qual o termo que carrega a informação mais saliente – isto é, o Foco. (NEVES, 2018b, p. 44, destaques originais).

Assim, a escolha por uma sentença ou outra é feita conforme o nível discursivo. É este que define, portanto, qual expressão é a mais adequada ao atendimento das necessidades

comunicativas em uma determinada situação. A informatividade dos constituintes Tópico e Foco é variável porque estes constituintes estão intimamente ligados com as situações contextuais em que são usados.

1.3.1.5 Memória rica

Oliveira (2017) refere-se à memorização enriquecida como processo cognitivo de estocagem mental de detalhes da experiência com a língua. Com isso, a memória abarca tanto detalhes fonéticos de palavras e sintagmas, sentidos e inferência associados aos enunciados quanto experiências de contextos de uso. Trata-se de meio de recepção e de produção socialmente experienciados. E acrescenta que, via memorização enriquecida, é possível lidar com enunciados numa dada interação, proporcionando maior monitoramento da atividade comunicativa, como também não se trata de uma atividade mecânica e improdutiva de codificação e decodificação linguística. Exige-se, pois, um acionamento dessa estocagem de experiências na memória do falante com vistas ao atendimento do ato comunicativo. Assim, as experiências estocadas na memória adquirem significação porque são intimamente associadas com os contextos específicos de uso.

O processo de memorização enriquecida é aprimorado tendo em vista as novas experiências de coisas e eventos do mundo, as quais são conceptualizadas e estocadas na memória do falante, tornando-os mais competentes e eficientes, capazes de compreender, interpretar, fazer inferências, associações, antecipações e dar conta de outras habilidades comunicativas, conforme o contexto pragmático-discursivo. Contudo, se não fosse essa capacidade de inferências e de associações, a memória seria insuficiente para armazenar tantas informações isoladas para abarcar as múltiplas necessidades de comunicação.

1.3.1.6 Associação transmodal

A associação transmodal é uma habilidade cognitiva que decorre da associação de experiências co-ocorrentes. Oliveira (2017, p. 27) esclarece que por meio da associação transmodal, as pessoas são capazes de estabelecer conexões constantes entre suas experiências no trato social, e exemplifica, citando os estudos sobre a semântica de *frame*, desenvolvidos por Fillmore (1968): “[...] o conjunto de elementos que formam o léxico e a gramática das

línguas está organizado e estocado em nossa experiência sob forma de conhecimento integrado e emoldurado por cenas vividas e fixadas, em outras palavras, por *frames*”. Pela semântica de *frames*, a compreensão semântica de uma palavra ou sintagma, por exemplo, só se alcança por meio de todo o conhecimento vivencial que diz respeito a esses termos.

Ferrari (2018, p. 50) pontua que: “[...] O termo *frame* designa um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência.” Para Fillmore, argumenta a autora, o significado das palavras é subordinado a *frames*. Vários são os exemplos de *frames* descritos por Fillmore como em: i) *Frame* de Evento Comercial, que envolve relações entre papéis participantes como vendedor, comprador, mercadoria e valor, e; ii) *Frame* de Calendário Cíclico, definido a partir de fenômenos naturais (sucessão dia e noite) e convenções culturais (semana de sete dias, divisão entre dias de trabalho e dias de descanso).

Dessa forma, com base em *frames*, o falante utiliza no momento da interação verbal (*frame* da conversação, por exemplo) um mesmo termo linguístico (procedural ou de conteúdo) com significados distintos, uma vez que este termo está associado a diferentes *frames* como na expressão “controle de imagem” que pode se referir aos *frames* de medicina e de política. O significado das palavras e expressões é, em parte, uma função do *frame* que lhes dá sustentação. (FERRARI, 2018, p. 52-53). A construção *mas*, nesse sentido, assume na interação verbal guiada pela pragmática, outros efeitos de sentido.

A associação transmodal, portanto, diz respeito à capacidade de associação cognitiva ou habilidade cognitiva do falante durante o uso da língua e que o permite estabelecer o *link* ou associação entre a forma e o significado. Segundo Bybee (2010), enxergar a construção como um mapeamento entre forma e significado permite expressar um sentido geral que vai além do significado das palavras ou morfemas que a compõem. Para essa autora, no uso linguístico, uma palavra geralmente sofre mudança semântica estabelecendo-se uma tensão entre a necessidade de as palavras apresentarem estabilidade em seus significados e a tendência de adaptar palavras existentes em usos novos.

1.4 Teoria dos espaços mentais: domínios conceptuais e projeções entre domínios

A Teoria dos Espaços Mentais (*Mental Spaces*), instituída por Gilles Fauconnier (1985,1994, 1997), refere-se a um modelo de análise que tem por objeto os fenômenos de

linguagem natural alinhada a uma perspectiva cognitiva. Para esse autor, Espaços Mentais são ativações estabelecidas no cérebro, são construções mentais complexas produzidas por pequenos conjuntos de memória de trabalho, enquanto pensamos e falamos, e, nesse exercício linguístico-cognitivo, há uma conexão entre esses espaços mentais.

Para Neves (2018b), a Teoria dos Espaços Mentais concebida por Fauconnier (1985,1994, 1997) traz as expressões linguísticas, no uso, como a face acessível das operações cognitivas. E explana a teoria fauconnierana com as seguintes ponderações:

A Teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1985,1994, 1997) entende que as expressões linguísticas são, na comunicação, a face acessível das operações cognitivas, por via dos processos mentais a que o uso linguístico se liga: a partir de uma experiência ativam-se, no evento linguístico, esquemas e padrões imagéticos que estão na mente dos falantes; é assim que a integração conceptual se processa a partir de *frames* e domínios, que são organizadores dos diferentes espaços mentais. (NEVES, 2018 b , p. 127).

Fauconnier (1994,1997), como sustentação da hipótese sociocognitiva da linguagem natural, concebe que as complexas construções cognitivas incluem os Domínios e Projeção entre domínios conceptuais, bem como de um princípio derivado da aplicação deste, a noção de mesclagem/*blending*.

Miranda (1999), na esteira dos postulados de Fauconnier acerca da teoria dos Espaços Mentais, explana que o envolver do discurso suscita um jogo de complexas construções cognitivas, as quais incluem os domínios, considerados por esse autor como conjuntos de conhecimentos estruturados na mente dos falantes e podem ser de duas naturezas: Domínios Estáveis e Domínios Locais. Domínios Estáveis e não estáticos correspondem a estruturas de memória pessoal e social (esquemas e *frames*) de conhecimentos prévios que estruturam internamente os Domínios Locais (Espaços Mentais) e podem ser elaborados ou alterados nas construções em processo.

Igualmente apoiado nos ensinamentos fauconnieranos, esses Domínios Estáveis, segundo Salomão (1988), podem ser considerados de três naturezas: **Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), Molduras Comunicativas e Esquemas Genéricos.**

Lakoff (1987 apud SILVA, 2012) propôs um tipo especial de categoria que caracteriza os sistemas semânticos humanos: o **Modelo Cognitivo Idealizado (MCI)**. Silva (2012) pontua que MCIs podem ser entendidos como categorias mais ou menos simplificadas do mundo e utilizados para categorizar rapidamente o que está no entorno dos seres humanos e que frequentemente contém conhecimento cultural. Pode-se dizer, neste sentido, que MCIs são os

conhecimentos cotidianos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis. São esquemas conceptuais.

As Molduras Comunicativas são os *frames* de interação, nos termos postos por Tannem & Wallat (1987, p. 59). São os conhecimentos que permitem a identificação do que está sendo posto em movimento na interação, são os eventos operativos configurados no evento. No evento, incluem-se identidades, papéis sociais, agenda do encontro, alinhamento para a identificação desse movimento.

Os **Esquemas Genéricos** são os esquemas conceptuais configurados de forma mais abstrata. Neste sentido, Salomão (1999, p. 30 apud MIRANDA, 1999, p. 85) denomina o que são Esquemas Genéricos nos seguintes termos: “Boa parte de minhas interpretações dependerá do acesso a expectativas bastante desencarnadas e por isso muito mais flexíveis em suas aplicações: a este tipo de estrutura chamaremos esquemas genéricos.”

Domínios Locais são os efetivos Espaços Mentais (EM), em que são realizados os processamentos cognitivos, portanto, domínios dinâmicos que operam quando estamos pensando, falando e, por isso, “diferentes e novos a cada semiose”. Não há como prever e quantificar os possíveis e variados Espaços Mentais que podem ser criados a cada momento, posto que somente a criatividade humana é capaz de fazê-lo. Externamente, são ligados uns aos outros por conectores: marcas linguísticas e contextuais (construtores de espaços mentais), e, internamente, são estruturados por domínios estáveis. Os construtores de Espaços Mentais em nível gramatical apresentam formas variadas, como: os vários tipos de sintagmas (nominais, preposicionais, adverbiais etc.), conectivos, sentenças, marcas temporais e modais nos verbos, como também as marcas não linguísticas, fazem parte do conjunto dos Construtores de Espaços Mentais e fazem as organizações dos Domínios Estáveis (MCI, Molduras Comunicativas e Esquemas Genéricos). Introduzem a diferença entre os Espaços Mentais, criando, dentre outros possíveis, espaços de crença, imagens, hipótese, escala, tempo, drama, lugar, modelo cultural. (MIRANDA, 1999, p. 86).

Nesse contexto, a **Projeção entre domínios conceptuais** assume um papel central na cognição humana, porque possui a função de construir e ligar domínios. Salomão (1998) considera a Projeção entre domínios conceptuais princípio nuclear da cognição humana, haja vista ser nela que se operam produção, fracionamento da informação, transferência e processamento do sentido.

Fauconnier (1997, p. 9-13) apresenta três classes de projeções: **i) Projeções de domínios conceptuais estruturados (MCIs); ii) Projeções de função pragmática; iii) Projeções de esquema.**

As **Projeções de domínios conceptuais estruturados (MCIs)** são as que projetam parte de um domínio em outro, como por exemplo, as metáforas e analogias. A ideia central nos termos de Fauconnier (1997) é de que, para falar ou pensar sobre certos domínios (domínios-alvo), valemo-nos da estrutura de outro domínio (domínio-fonte) e do correspondente vocabulário.

Quanto às **Projeções de funções pragmáticas**, segundo Fauconnier (1997), refere-se a sinédoques e metonímias como dois domínios relevantes, estabelecidos localmente; tipicamente correspondem a duas categorias de objetos projetados em outro por uma função pragmática.

As **Projeções de esquema** operam quando um esquema geral (abstrato) é usado para estruturar uma situação no contexto. A construção *mas* em contextos de uso auxilia na produção de variados efeitos de sentido, dentre os quais, o de suavizar e o de intensificar o que está sendo enunciado. O evento linguístico é ativado por processos mentais. Nos termos de Neves (2018c), a integração conceptual é processada a partir de *frames* e domínios organizadores dos diferentes espaços mentais. As construções gramaticais e lexicais evocam esquemas gerais e abstratos, podendo ser verificadas no processo de mesclagem.

Mesclagem ou *blending*, na concepção de Fauconnier (1997, p. 89 - 90), trata-se de um processo cognitivo que opera sobre dois espaços mentais (*inputs* 1 e 2) para obter um terceiro espaço – o domínio mescla. Nos termos de Salomão (1999), a mesclagem se define de forma menos restrita, operando sobre múltiplos domínios estáveis (MCIs, Molduras Comunicativas e Esquemas Genéricos) ou locais (Espaços Mentais). Salienta-se que o domínio mescla incorpora estruturas parciais dos domínios – fonte e tem uma estrutura emergente própria. A mesclagem dos *inputs* satisfaz às seguintes condições: **1. Projeção entre domínios; 2 Espaço genérico; 3 -Mescla; 4) Estrutura emergente.**

As mesclagens conceptuais, neste sentido, erigem de projeções de esquemas que operam quando um esquema geral e abstrato, é usado para estruturar uma situação de fala no espaço discursivo.

Silva (2012) conceitua a integração, mesclagem ou *blending*, como a atividade mental de associar dois conceitos que têm propriedades partilhadas ou semelhantes e exemplifica citando a possibilidade de integração das palavras lexicais estrada e serpente, dadas as propriedades que partilham entre si para poder enunciar sentenças do tipo: a estrada serpenteia pelas colinas. Nesse sentido, as construções gramaticais e lexicais evocam tais esquemas e passam por quatro etapas ou condições.

Etapa 1: Projeções entre domínios - As características dos *inputs* 1 e 2 são catalogadas, lado a lado, para fins de mapeamento. Com esse mapeamento ocorre uma projeção parcial de contrapartes entre os domínios-fonte (EM, MCI, Moldura Comunicativa);

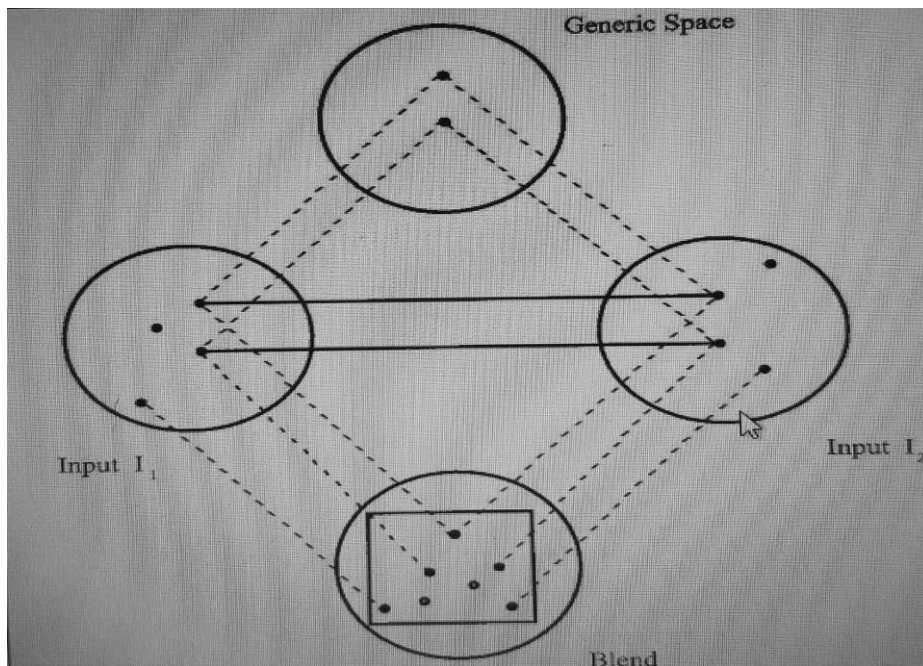
Etapa 2: Espaço Genérico – O pareamento das características listadas entre os domínios fonte dá origem a um espaço genérico que reflete as estruturas e organizações comuns e, usualmente, mais abstratas dos dois (ou mais) *inputs*.

Etapa 3: Mescla – Os *inputs* (1 e 2) são parcialmente projetados em um terceiro espaço, o domínio mescla. Neste espaço, o domínio mescla apresenta os *frames* mesclados mais os que não foram pareados.

Etapa 4: Estrutura Emergente – No domínio mescla, em que os elementos são mesclados, a estrutura nova surge com significação diferente daquela vista nos inputs 1 e 2, não como a soma dos seus significados, mas algo novo que tem significado com base na e por causa da mescla. O domínio mescla possui estrutura emergente própria, inexistente nos *inputs*.

Fauconnier e Tunner (2002) traçam a rede mínima (*minimal network*) da mesclagem conceptual que consiste em verificar identidades entre conceitos e, por meio da imaginação, realizar a integração entre eles. A figura 11, a seguir, mostra como é realizada a mescla:

Figura 10: Rede mínima (*minimal network*) de mesclagem conceptual de Fauconnier e Tunner



Fonte: Fauconnier e Tunner (2002, p. 46).

Nesse viés, as considerações teóricas acerca de Espaços Mentais, Domínios e Projeção entre Domínios Conceptuais contribuem para o desenvolvimento desta pesquisa de análise da construção *mas*, haja vista que os falantes goianos estão recrutando-a na construção de seus atos comunicativos como uma construção gramatical de carga significativa que auxilia na produção de vários efeitos de sentido, dentre os quais, o suavizador e o intensificador.

CAPÍTULO 2

A MICROCONSTRUÇÃO *MAS* E A FORMAÇÃO DOS ENUNCIADOS COMPLEXOS

Este capítulo, dividido em 6 (seis) seções, destina-se a discutir a construção *mas* nos níveis interoracional e textual – discursivo, enfocando estudos já existentes bem como encaminhando o debate para a perspectiva adotada nesta pesquisa, a Gramática de Construções.

No nível interoracional, a construção *mas* promove conexões entre orações reconhecidas pela tradição gramatical como coordenação e, nos níveis textual – discursivo, atua na articulação de enunciados produzindo diversos efeitos de sentido. Limitar, pois, a construção *mas* como elemento conector de orações é desconsiderar a enorme produtividade e poder de funcionalidade desse elemento em domínios linguísticos maiores. Parte-se assim, na primeira seção, da dimensão da Gramática Tradicional (GT), exatamente para dimensionar a insuficiência dessa proposta acerca da construção *mas*, que é vista como elemento fundamental para a dicotomia coordenação *versus* subordinação. Na sequência, seção 2.2, constam algumas incursões históricas e discussões acerca das motivações conceituais de seu processo de gramaticalização como conjunção coordenada adversativa no Português Brasileiro (PB), sugestionando que os processos conceituais de sua gramaticalização conduzem a uma visão para além da puramente de coordenação (coesiva). A seção 2.3 discute a construção *mas* sob a perspectiva funcional com foco na Gramática de Construções (GC), desconstruindo a dicotomia coordenação *versus* subordinação, especialmente, quando se discute essa construção em usos discursivos - dentro de um *continuum*. Dessa forma, tomando-se como princípio que as relações de sentido emergem de diferentes usos discursivos, torna-se indispensável a inclusão da noção de gradiência (BYBEE, 2010) às análises, haja vista que a categorização rígida vai de encontro à fluidez da língua.

A construção *mas* emerge em um domínio maior, abstrato e esquemático, a Parataxe (PA), que é um eixo de organização textual-discursiva em que as relações de coordenação são relativizadas pela menor integração sintática e baixa dependência semântica. É neste viés que se justifica também a articulação produzida pela construção *mas* na interação verbal de forma mais livre, fazendo que essa construção atue nos níveis textual-discursivo com variados efeitos

de sentido. Nesse alinhamento teórico, a Seção 2.4 trata de *mas* em contextos de interação com mostra de sua atuação para além dos limites da cláusula sendo concebido como uma construção e como tal se vincula a outras e pertence a domínios conceptuais do texto e do discurso. As Seções 2.5 e 2.6 tratam dos domínios da PA e da Contrajunção, respectivamente.

2.1 A construção *mas* na perspectiva da Gramática Tradicional (GT)

Gramáticos como Dias (1933), Oiticica (1940), Almeida (1952), Melo (1970), Cunha e Cintra (1985), Sacconi (1990), Rocha Lima (1994), Cegalla (1994), Luft (2002), Bechara (2015), entre outros da perspectiva da gramática tradicional, convergem o posicionamento de que as conjunções adversativas apresentam ideia de contraste. Dentre estes, Oiticica (1940), Almeida (1952) e Rocha Lima (1994) concebem a conjunção *mas* como típica adversativa ou adversativa por excelência ou com maior força. Ao passo que, Melo (1970), Garcia (1992) e Bechara (2015) não fazem essa restrição e incluem, juntamente com o *mas*, outras conjunções consideradas adversativas, a saber: *porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto e senão*. Portanto, distintas noções acerca de *mas* são assinaladas por esses gramáticos. Vejamos:

Dias (1933) apresenta o *mas* com várias funções:

(i) serve de ordinário para designar o que contrapõe ao que se disse precedentemente ou o restringe”; (ii) “quando se contrapõe a um membro negativo, (...) reforça-se com o advérbio *sim*”; (iii) “pode omitir-se, quando a *anthesis* já se acha suficientemente demonstrada por outro modo. (DIAS, 1933, p. 256-257)

Para Oiticica (1940, p. 61), as conjunções adversativas “justapõem pensamentos contrários” e destaca o *mas* como adversativa típica. Na concepção de Almeida (1952), *mas* tem mais força que *porém*. Melo (1970) diz que *mas*, juntamente com *porém, contudo, todavia, entretanto e no entanto*, exprime contraste ou compensação. Para Cunha e Cintra (1985, p. 566), as adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma ideia de contraste”. Em Sacconi (1990, p. 267-268), encontra-se a noção de que as adversativas “exprimem essencialmente ressalva de pensamentos e podem indicar ideia de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste”. Rocha Lima (1994, p. 185) pontua que as adversativas “relacionam pensamentos contrastantes” e destaca o *mas* como adversativa por excelência. Garcia (1992, p. 16-19) considera *mas, porém, contudo, todavia, no entanto e entretanto* como marcadores de oposição, “às vezes com um matiz semântico de restrição ou ressalva”. As concepções de *mas* têm ainda, em gramáticos como Cegalla (1994,

p. 267), a noção de “oposição, contraste, ressalva, compensação”. Luft (2002, p. 189) pondera que as adversativas “denotam contraste, compensação”. Para Bechara (2015, p. 339), as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas” e acrescenta que as adversativas, por excelência, são *mas*, *porém* e *senão*, sendo que *mas* e *porém* acentuam oposição, e *senão* marca incompatibilidade.

No contraponto da visão tradicional, em especial, a de Melo (1970), a de Garcia (1992) e a de Bechara (2015), Bagno (2012, p. 891), filiado à uma perspectiva mais sociointeracionista da gramática, ao tratar da conjunção adversativa, destaca o *mas* como a “verdadeira conjunção adversativa” e complementa que as formas *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto* são advérbios. Infere-se da confluência entre as visões tradicionais e contemporâneas, resguardadas as diferenças, que elas se complementam. Nas palavras de Bagno (2012),

embora a TGP [Tradição Gramatical do Português] continue a dizer que entre as conjunções adversativas se incluem as formas *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*, os estudos contemporâneos rejeitam essa classificação e incluem esses itens, como fizemos, na classe dos **advérbios**. Assim procedem, por exemplo, Perini (1996:45), Bechara (1999:322), Neves (2001:241), Azeredo (2008:306) e Castilho (2010:354). Ao contrário do **mas**, esses itens, por serem advérbios, admitem uma ampla mobilidade no interior da sentença. [...] A verdadeira conjunção adversativa é **mas** [...]. (BAGNO, 2012, p. 891, destaques originais e inclusão colchetada não original).

No modelo da tradição, o *mas* integra o rol dos elementos conjuncionais adversativos dentro do conjunto dos coordenadores, cuja função é operar a ligação entre elementos e orações de mesmo estatuto sintático, sem relação de dependência e apresentando ideia de contraste e/ou oposição. Essa classificação foi chancelada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual normativamente prescreveu a dicotomia coordenação *versus* subordinação na Segunda Parte, destinada à Morfologia, letra D, inciso IX, assim preceituando:

[...] IX – Conjunção 1) Classificação das conjunções: **coordenativas** (aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas) e **subordinativas** (integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas). (BRASIL, 1959).

Bechara (2015, p. 494-495), quanto ao ponto de vista sintático, considera coordenação e subordinação como sinônimas de parataxe (independência) e hipotaxe (dependência), respectivamente. E, ao tratar do parâmetro (in) dependência sintática na definição coordenação *versus* subordinação observa que em exemplos do tipo: “Mário lê muitos livros e aprende pouco”, trata-se de oração coordenada no nível da oração e subordinada no nível do texto, nestes termos:

Do ponto de vista sintático [...] estamos diante de orações independentes [...]. É partindo do nosso saber sobre as coisas do mundo e dos significados dos lexemas utilizados que interpretamos a segunda oração como contrário do que estávamos esperando pelo falo de Mário ler muitos livros. [...] essa interpretação adicional não tira da 2ª oração o caráter de *coordenada aditiva* nem permite que se classifique o e diferente de uma conjunção aditiva. É o texto, com suas unidades léxicas, e não a gramática, que manifesta o sentido adversativo que claramente expressa a 2ª oração em face do conteúdo que se enunciou na 1ª. São assim, unidades textuais, o que vale dizer, são unidades que manifestam funções sintagmáticas no nível do texto. Trata-se de exemplo de coordenação no nível da oração e subordinação no nível do texto. (BECHARA, 2015, p. 494-495, destaques originais).

Em que pese o intuito unificador objetivado pela NGB e dos posicionamentos dos gramáticos filiados à GT, nas palavras de Rosário e Barros (2018), há muita divergência entre os gramáticos normativos quanto à determinação de coordenação e de subordinação, como também, sobre o tipo de (in) dependência adotado: se sintático, semântico ou ambos. (ROSÁRIO e BARROS, 2018, p. 365).

Nesse sentido, Azeredo (2013, p. 53 *apud* ROSÁRIO e BARROS, 2018, p. 365) comenta que

Como muitas distinções feitas a propósito dos fatos da língua [...] subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas como unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta classificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido. (AZEREDO, 2013, *apud* ROSÁRIO e BARROS, 2018, p. 365).

Neves (2010), pondera que a dicotomia entre coordenação e subordinação se complica quando se depara com orações subordinadas que são coordenadas entre si, nestes termos:

O simples acréscimo, em uma mesma linha de considerações, das categorias justaposição e correlação nada mais faria do que introduzir ainda maior complicação, pelo maior conflito de critérios. Ora: i) justaposição e correlação são categorias estabelecidas segundo o modo de conexão, a primeira por ausência de marcas, e a segunda por duplicidade e implicação de marcas; ii) subordinação é uma categoria estabelecida em termos de dependência (segundo a própria natureza do elemento, portanto, e é nesse sentido que a tradição tem oposto coordenação a subordinação), mas essa dicotomia se complica quando orações subordinadas são coordenadas entre si, ficando questionada a presunção de independente para uma oração coordenada, embora não fique impedida essa presunção, dada a noção de independência relativa. A questão se complica mais ainda quando se vê que, enquanto no primeiro recorte fica desconsiderada a categoria das orações que têm marca de conexão não correlativa (digamos, as sindéticas), no segundo recorte deixam de ser colocadas no mesmo nível de categorização as orações subordinantes, as chamadas principais. Estas entram apenas como contraponto, como correlato automático das subordinadas. (NEVES, 2010, p. 135).

A par das considerações feitas, entretanto, quando a construção *mas* está a serviço do texto e do discurso se presta a produzir variados efeitos de sentido e, no jogo textual-discursivo, há o envolvimento estrutural, semântico e pragmático-discursivo. Dessa forma, o corte rígido coordenação *versus* subordinação é insuficiente quando se trata de análise de língua em uso.

2.2 Incursão histórica sobre a formação de *mas* no Português Brasileiro (PB)

Remontando às origens de *mas*, Castilho (2019), Rocha (2006) e Silva (2004), dentre outros autores, afirmam que *mas* deriva de *magis*, advérbio latino cujo valor semântico de base estabelecia comparações de quantidade e de qualidade, identificando-se ainda valores secundários de inclusão de indivíduos num conjunto. Ele perpassou o cenário histórico com mudanças em sua estrutura e sentido por meio do processo de gramaticalização, empreendendo a trajetória de advérbio latino, *magis*, para o PB como conjunção coordenada adversativa (prototípica), *mas*.

Em estudos sobre a motivação conceptual da gramaticalização de *mas*, Ernout e Meillet (1932,1967) asseguram ter ocorrido a motivação metonímica, explicando que, já no latim falado, *magis* se construía ao lado de *sed* (conjunção adversativa latina), tomando desse o valor adversativo e que, a princípio, o conjunto “*sed magis*” servia para “indicar uma ação que se completa de preferência a outra”. Noutra perspectiva, Maurer Jr. (1959) adverte sobre a impossibilidade de co-ocorrência de *magis* e *sed*, em razão desta partícula ter inexistido no latim vulgar. (MAURER JR., 1959, p. 168 apud CASTILHO, 2019, p. 351).

Nunes (1975 apud SILVA, 2010, p.15) quanto à relação *magis* e *sed* no latim vulgar afirma que

a língua portuguesa dispensou várias formas latinas, dando preferência ao item *magis*, que, desde o latim vulgar, já vinha sendo usado preferencialmente em detrimento de outras. *Magis*, no latim vulgar, era usado juntamente com a conjunção adversativa *sed*, dando ideia de “antes, preferência”. Com o passar do tempo, *magis* assimilou, por meio de processo metonímico, o sentido adversativo de *sed* e passou a ser empregada sozinha, constituindo a conjunção adversativa prototípica *mais* da fase arcaica e *mas* da fase atual.

Para Castilho (2019), o valor adversativo desenvolveu-se por metonímia por aparecer em várias ocorrências ao lado da partícula *não*. Esse posicionamento também é defendido por Pezatti e Longhin ao tratarem da relação de adversidade, pois,

[...] *magis* passou a ser usado em dupla com a conjunção adversativa *sed* (“mas”) e acabou por substituí-la em latim falado [...] a conjunção adversativa *mas* é produto de transformações metonímicas que fizeram com que seu antepassado *magis* perdesse suas propriedades de advérbio de inclusão e assumisse as propriedades de conjunção adversativa. O valor contrajuntivo parece ter derivado em contextos de negação, em que *mas* coocorria com a partícula negativa. (PEZATTI e LONGHIN, 2016, p. 53, destaques originais).

Rocha (2006), em estudos realizados na busca da motivação conceptual do processo de gramaticalização de conjunções adversativas em português, apresenta perspectivas de motivações tanto metonímicas, quanto metafóricas. Na perspectiva da motivação metonímica, esta autora traz as mesmas considerações perfilhadas por Ernout e Meillet (1932,1967), Castilho (2019) e Pezatti e Longhin (2016). No ponto de vista de motivações metafóricas, toma como base os postulados teóricos de Sweetser (1991) e Neves (1984), respectivamente, quando ligam segmentos que guardam entre si, uma relação de ‘choque’, e; se entende que o traço da diferença só pode ser apreendido pela comparação, de consequência, faz sentido afirmar que o traço da desigualdade ‘se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*. (ROCHA, 2006, p. 87-88). Assim, no caminho dessas autoras, Rocha (2006), apresenta dois prováveis argumentos à motivação metafórica:

[...] se *mas* se gramaticaliza a partir de uma suposta influência metonímica de *sed* sobre *magis*, então se supõe que o sentido do item nesse contexto é anterior a todos os outros sentidos que o item venha a apresentar. Da mesma forma, se se acredita que a influência metonímica tenha sido ocasionada por palavras negativas, então, por consequência também se acredita que o sentido originário de *mas* seja o de contraste opositivo. (ROCHA, 2006, p. 87).

Considerando as breves incursões feitas acerca de *mas* percebe-se que desde a sua origem é um elemento linguístico que, no uso, vem deixando marcas de sua multifuncionalidade sinalizando que esta seja, talvez, a força motriz de sua gramaticalização no PB. Os estudos de Rocha (2006) apresentam as motivações metonímicas e metafóricas, sem contudo, preferir uma à outra, o que nos sugere a considerar que as conceptualizações motivadoras do processo de gramaticalização atrela-se ao *continuum* de sua atuação no uso.

Nesse sentido, orientações teóricas de língua em uso propõem desconstruir abordagens puramente formais com a inserção de noções de gradiência ou *continuum* nas análises da construção *mas* no uso linguístico. É o que se tratará em (2.3).

2.3 Reflexões sobre o *mas* além da dicotomia

Castilho (2019), ao tratar da classe de palavras “conjunções”, relaciona-a às sentenças complexas, entendidas como duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma mesma unidade sintática, estruturada conforme os parâmetros de coordenação ou independência, subordinação ou dependência e correlação ou interdependência. Esclarece que sentenças complexas coordenadas são aquelas em que uma se coordena à outra por meio de nexos conjuncionais, sem relação de dependência, de forma que não há que se falar em oração principal e acessória, dado que são ordenadas lado a lado, ou seja, de forma paratática.

Em termos sintagmáticos, Halliday e Hasan (1976 apud NEVES, 2018c, p. 223), ao se referirem à conjunção, esclarecem que

[...] conjunção (ou junção) é processo textual (coesivo): é uma relação semântica (difícil de definir em termos claros) pela qual se especifica a conexão que existe entre o que vem depois e o que vem antes em um enunciado[...] conexão que abrange os mais diversos tipos de estruturação de superfície. [...] classificam quatro tipos de conjunção/junção: **aditiva** (incluindo a alternativa), **adversativa**, **causal** (incluindo razão, propósito, consequência, resultado, etc.) e **temporal**. (NEVES, 2018c, p. 223, destaques não originais).

Segundo Neves (2018 a, p. 830, destaques originais), “A CONJUNÇÃO COORDENATIVA *mas* marca uma relação semântica de desigualdade entre dois segmentos COORDENADOS, e por essa característica, não há recursividade na construção com *mas*: a construção fica sempre restrita a apenas um par de segmentos.”

Silva (2004, p. 362), ao fazer estudo detalhado sobre o conector *mas* no discurso oral, pontuou que Perini (2001, p. 145), ao descrever o *mas*, considerou-o parcialmente coordenador por não possuir todas as propriedades inerentes à função de coordenação, ranqueando as conjunções *e* e *ou* como integrantes do primeiro grupo dos coordenadores e o *mas* integrando, nessa ordem, o terceiro membro desse grupo. Silva (2004), citando Perini (2001), assinala que, para este autor, o *mas* não coordena qualquer número de membros, mas somente dois membros, como também só coordena adjetivos ou verbos, não coordenando Sintagmas Nominais (SNs).

Corroborando Perini (2001), Neves (2011) acrescenta a possibilidade de *mas* coordenar também Sintagmas Nominais (SNs). E complementa que “há muitas restrições à coordenação com *MAS*. Dois sintagmas nominais, por exemplo, só podem ser coordenados por *MAS* se um deles estiver negado ou minimizado, como em ‘**não o menino mas a mãe**’.” (NEVES, 2011, p. 755-756, destaques não originais).

Como se observa, o *mas* é considerado a essência da relação de coordenação definida por Dik (1997, p. 189, apud PENHAVEL, 2009, p. 264) como

[...] uma construção que consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, conectados no mesmo nível de estrutura por meio de mecanismos de ligação. [...] salienta que um dos aspectos mais importantes da coordenação é que os membros coordenados apresentem *equivalência funcional*, isto é, devem ter as mesmas funções sintática, semântica e pragmática ou mesma força ilocucionária e mesmo grau de comprometimento do falante com a verdade do conteúdo proposicional”. (destaques originais).

Para Castilho (2019, p.351-353), “as coordenadas adversativas ou contrajuntivas são ligadas pela conjunção *mas*. O que é dito no segundo termo contraria as expectativas geradas no primeiro [...]”. E, ao analisar as propriedades semântico-sintáticas de *mas*, pontua que a caminhada de *magis* pode ser refeita, observando-se seus usos conversacionais, podendo encontrá-lo tanto em *i) mas inclusivo, em sentenças afirmativas; ii) mas contrajuntivo, em sentenças negativas, e; iii) mas contrajuntivo em sentenças formalmente afirmativas*, mas com um valor implícito de negação de expectativas, como, respectivamente em

- *a gente vive de motorista o dia inteiro, mas o dia inteiro*
 - *agora caminha por ... talvez não por caminho direto mas por caminhos indiretos*
 - *tem Itauçu ... que é uma cidadezinha lá...que inclusive oferece hospedagem...mas me disseram que é uma miséria* (CASTILHO, 2019, p. 353-354).

Castilho (2019, p. 353-354), em relação à oração de caráter inclusivo/aditivo – uso acima –, considera que o *mas* preserva o seu sentido de base de inclusão, somando sintagmas e o segmento por ele introduzido, não se contrapõe ao conteúdo do segmento anterior. Informa que a repetição “o dia inteiro” é resultado do princípio sociocognitivo de reativação provocando um efeito de ênfase e completa que, na contrajunção, o valor argumentativo do segundo segmento é maior que o primeiro, o que não ocorre nesse exemplo, por serem idênticos. Pontua ainda que, em razão de *mas* na língua falada oferecer interessantes perspectivas sobre a gramaticalização, estágios mais gramaticalizados convivem com estágios menos gramaticalizados. (CASTILHO, 2019, p. 351-353).

Pezatti e Longhin (2016), ao se referirem a esse mesmo exemplo e outros que consideram não contrajuntivos, mas inclusivos e enfáticos, ponderam que

mas apresenta um valor enfático que, combinado a recursos característicos da língua falada, tais como repetições, alongamentos e entoação intensiva, produz efeitos estilísticos sem, contudo, estabelecer qualquer relação de contraposição entre os membros envolvidos. Assim, a relação semântica conjuga inclusão e ênfase. (PEZATTI e LONGHIN, 2016, p. 65).

Pezatti e Longhin (2016) e Castilho (2019), portanto, comungam da perspectiva de não se considerar a existência de relação de contraposição quando o *mas* conjuga valores inclusivo e enfático. Pezatti e Longhin (2016) acrescentam ainda que usos inclusivos e enfáticos de *mas* correspondem, ao mesmo tempo, ao ***mas* como marcador de inclusão e como marcador conversacional**, cuja ênfase é inferida pela combinação de vários recursos de efeitos estilísticos (repetições, entoações, etc.), como se pode observar também em outro exemplo citado pelas autoras: “[...] de quem tivemos apoio? De ninguém ... *mas* DE NINGUÉM MESMO ... [DID SP 161]”. (PEZATTI e LONGHIN 2016, p. 65, destaques originais).

Lima (2009), em estudo intitulado “Os valores textuais e interativos do conectivo *mas*”, trata de “*mas* marcador de foco”, e diz corresponder a um tipo “intrigante” de uso porque, de forma distinta dos demais usos em que o conector guarda de alguma forma o sentido básico de contrajunção, neste uso relaciona-se a ocorrências em que o elemento parece assumir um aspecto de intensificador, guardando uma espécie de memória do advérbio latino *magis*, a exemplo de: “é realmente é :: ele diz que encontra mais di/... MUIta dificuldade *mas* MUIta mesmo ...(...) (D2-SP-360;382). (LIMA, 2009, p. 320). Segundo esse autor, trata-se de um tipo de ocorrência que já fora mencionado por Castilho (1997) ao detectar para esse uso um valor semântico ainda inclusivo, aliado à característica relevante do segmento introduzido por *mas* não se contrapor de forma alguma ao conteúdo do segmento anterior.

Lima (2009), inspirado na gramática funcional de Dik (1989), apresenta uma explicação para esse fenômeno - ***mas* marcador de foco**- nos seguintes termos:

alguns elementos podem projetar determinadas funções pragmáticas, entendendo, por esse conceito, as funções que especificam o *status* informacional dos constituintes, em relação ao amplo contexto comunicativo em que são usadas. No caso específico de *mas*, trata-se [...] de um elemento que opera aquilo que Dik denomina atribuição de função de foco. Isso porque, conforme prevê o autor para esses casos, **o elemento está introduzindo a informação que o falante julga mais importante e saliente, e, por isso mesmo, enfatizada**. No contexto das categorias apresentadas por Dik, esses usos de *mas* se enquadram perfeitamente na classe dos “marcadores especiais de foco”, **trata-se das partículas que marcam e destacam o constituinte focal em relação a toda a parte restante da oração**. (LIMA, 2009, p.321, destaques não originais).

Dando seguimento à natureza discursiva acerca do uso do *mas*, Castilho (2019, p. 352-353) elenca as seguintes propriedades: ***i) Mas* como marcador discursivo; *ii) Mas* como conectivo textual e ; *iii) Mas* como operador argumentativo**.

Como **Marcador Discursivo**, o *mas* situa-se em lugar relevante da transição, no início da interrupção da fala do locutor anterior, organizando uma unidade de transição de turno.

Nessa função, verbaliza, por parte do interlocutor, sua percepção do complemento da atividade verbal e da conseqüente necessidade de gerar novas atividades em continuação do turno, como também para asseverar em continuidade do turno, como no exemplo: “ c) L1 – a televisão está promovendo Flávio Cavalcante. L2 – *mas mas só pode promover mesmo.* (D2 REC 5)”. (CASTILHO, 2019, p. 352, destaques originais).

Como **Conectivo Textual**, o *mas* atua unindo unidades discursivas. Nesse sentido, é um marcador discursivo com a função de conectivo textual, como em:

[...] vi ... não só que se fazia muita coisa boa e também muita coisa ruim... [...] mas vi também todas as possibilidades ...que aquele veículo ensinava e que estavam ali laTENtes para serem aproveitados. (D2 SP 333). (CASTILHO, 2019, p. 352, destaques originais).

Ducrot/Vogt (1978) e Neves (1984 apud CASTILHO, 2019, p. 352), ao tratarem de *mas* como **operador argumentativo**, asseveram que, neste novo uso, *mas* altera o eixo da argumentação, haja vista que opõem-se argumentos enunciados de perspectivas diferentes que orientam para conclusões contrárias, como em: *Trabalhou pouco, mas trabalhou um pouco.* Neste novo uso, Dias de Moraes (1987, p. 15), também referenciado por Castilho (*op. cit.*), corrobora que “*mas* acrescenta ao valor sintático de coordenador, isto é, de bloqueador da oposição do segundo segmento ao primeiro, o traço sêmico de *desigualdade*”.

Ancoradas na fluidez da língua, as construções linguísticas estão em constante processo de mudança. Nada é absoluto ou acabado: é *continuum*. Assim é o *mas* que, como qualquer construção linguística recorrente no discurso, está sempre em movimento para atender às necessidades comunicativas dos atores da interação verbal. E para essa finalidade há o envolvimento de fatores estruturais e discursivo-pragmáticos, de forma que as construções são processadas na mente dos falantes e ouvintes conforme seus propósitos comunicativos e suas experiências linguísticas e socioculturais. É nessa direção que Neves (2018 a), em estudos sobre o *mas*, pondera que seu valor não pode ser reduzido ao contraste entre uma afirmação e uma negação.

Considera-se que a relação entre a estrutura linguística e os sentidos desse arranjo estrutural é marcada por funções pragmáticas que, nas palavras de Dik (1989, p. 264), especificam o estatuto informacional dos constituintes em relação ao cenário comunicativo mais amplo em que são usados. A pragmática, portanto, como afirmado por Neves (2018c, p. 44) “[...] não é uma simples perspectiva que se acrescenta à sintaxe e à semântica dos enunciados, ela é um componente integrado na gramática”.

Assim, considerar o *mas* assumindo puramente funções coesivas em nível interoracional é desconsiderar seu poder de atuação em níveis textual-discursivo (usos). É o que se tratará na seção seguinte (seção 2.4).

2.4 A construção *mas* em contextos de interação

Esta seção objetiva refletir sobre como o *mas* atua além dos limites preestabelecidos entre orações e, por isso, precisa ser analisado e descrito por perspectivas teóricas que concebam a língua de maneira mais ampla e com fortes motivações conceptuais. Por esse caminho é que nesta pesquisa, o *mas* é concebido como uma construção e como tal se vincula a outras e pertence a domínios conceptuais do texto e do discurso.

Segundo Neves (2010), ao considerar um caráter sempre emergente da gramática, a teoria funcionalista propõe o reconhecimento de uma fluidez de zonas a perturbar as tradicionais categorizações rígidas, fato que tem levado a uma relativização da dicotomia entre coordenação e subordinação. Nessa perspectiva, para análise da construção *mas* em contextos de interação, no uso, torna-se imprescindível o conhecimento do sentido construcional maior, em que fatores linguísticos e extralinguísticos se interconectam com vistas a desvelar os sentidos e os efeitos de sentido produzidos por cada construção, seja atômica ou complexa.

Para Traugott e Trousdale (2013), a gramática é vista como sistema de conhecimento linguístico hipotético, incluindo a morfossintaxe, a semântica, a fonologia, a pragmática e as funções discursivas. Essa concepção converge com o modelo construcional de Croft (2001), o qual é disposto simbolicamente por um elo de correspondência entre a forma (propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e o sentido (propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais), de modo que não há limites precisos entre os níveis, porquanto são diluídos entre si. Segundo Oliveira (2017), é da articulação integrada dessas propriedades, em maior ou menor grau, que se confere *status* construcional às unidades linguísticas.

Nessa perspectiva funcional da língua, tratando-se da articulação de orações e de frases, Neves (2018c) chama atenção para a reflexão sobre as direções que podem tomar as análises dos enunciados quando se tem no foco de exame o conjunto de propósitos para se estudar a língua em uso, o que implica considerar, sobretudo, um caráter não discreto na organização das categorias. Corroborar que, na análise da língua em uso, há o envolvimento de diversos níveis predicacional (complementos sintáticos), proposicional (semântico) e ilocucional (pragmático),

além dos diversos ângulos que a atividade linguística envolve, o que requer a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático-discursivo. Nesse sentido, essa autora salienta sobre a necessidade de se integrar à agenda funcionalista questionamentos sobre o corte rígido entre coordenação e subordinação.

Givón (1990, apud NEVES) nega a rigidez categorial entre coordenação e subordinação e

[...] assim também sugere um *continuum* na hierarquia de integração de orações, negando a existência de uma simples fronteira rígida entre coordenação e subordinação: entre os postulados, estão os de que nenhuma oração é totalmente independente de seu contexto oracional imediato, e de que existe uma relação icônica entre a integração das orações e a integração dos eventos. [...] do ponto de vista semântico, podem ser estabelecidas entre uma oração e seu contexto imediato as noções retóricas da temporalidade, condicionalidade, causalidade, concessão, propósito, razão, etc. Do ponto de vista lógico, estabelecem-se noções de junção, disjunção, paráfrase, tautologia e contradição. (NEVES, 2018d, p. 231).

Lehmann (1988) traz a proposta de um contínuo que vai de um grau máximo a um grau mínimo, tanto de autonomia sentencial, quanto de integração sentencial. Num extremo fica a coordenação (grau máximo de estatuto de sentença) e noutro extremo fica o encaixamento (grau máximo de perda do estatuto de sentença, a qual se torna simplesmente um constituinte de outra oração). Na zona intermediária, e com limites difusos, estão as orações de tempo, de causa, de condição, de concessão etc. (LEHMANN 1988 apud NEVES, 2010, p. 133).

Segundo Neves (2018c, p. 228), a proposta de uma ‘gramática funcional’ de Halliday (1985) “põe em xeque” a dicotomia coordenação *versus* subordinação. Na proposta hallidayana, a organização dos blocos enunciativos complexos fundamenta-se na conjugação de dois eixos, tático e lógico-semântico, os quais definem as realizações da seguinte forma:

- a) um sistema tático, que diz respeito à interdependência entre os elementos, e que se resolve em parataxe (relação entre elementos de igual estatuto) e hipotaxe (relação entre elementos de diferente estatuto);
- b) um sistema lógico-semântico, que se refere à relação entre os processos, desvinculada do modo de organização e estruturação do enunciado, e que se resolve por uma ‘expansão’ ou por uma ‘projeção’, relações que cumprem diverso papel semântico-funcional. (NEVES, 2018c, p. 228).

Para Neves (2018 a), reduzir o valor de *mas*, ao contraste entre uma afirmação e uma negação [...] nada mais é do que um exemplo extremo do contexto de uso dessa CONJUNÇÃO COORDENATIVA que tem sido chamado de **adversativa**”. (NEVES, 2018 a, p. 829).

Quanto à natureza da relação coordenada adversativa, essa autora afirma que a conjunção coordenativa *mas* marca uma relação semântica de desigualdade entre dois

segmentos coordenados e sem recursividade, de modo que a construção fica sempre restrita a um par de segmentos. E nesse contexto, segue acrescentando que “como coordenador, o *mas* marca exterioridade, independência sintática entre os dois segmentos coordenados, sem remissão, e é a partir daí que ele coloca o segundo segmento como diferente do primeiro”, de sorte que a natureza da desigualdade é demonstrada pelo contexto situacional e /ou textual (NEVES, 2018a, p. 830-831, destaques originais).

Semanticamente, nos termos de Neves (2018a), na marcação coordenada de desigualdade, o *mas* é utilizado tanto para organizar a informação como para estruturar argumentos, pois “o *mas* pode indicar desigualdades diversas, às vezes com total oposição (e até com eliminação do segmento anterior); outras às vezes não. Podem indicar-se, entre outras tantas: as relações de contraste, compensação, restrição, negação e inferência”. (NEVES, 2018 a, p. 832). Portanto, a desigualdade reside como traço sêmico comum em usos com o *mas*, a qual pode se estabelecer sob dois eixos semânticos, o da contraposição e o da eliminação. Na eliminação, a oração que *mas* inicia elimina o membro coordenado anterior de forma suposta ou expressa, sendo que o elemento eliminado pode ou não ser substituído.

Dentre as várias relações semânticas assinaladas por Neves (2018a, p. 834 e 837, exemplos com destaques originais) com o uso de *mas*, atemo-nos aqui, por envolver manobras argumentativas, às referentes a: *i) Contraste sem oposição; ii) Contraposição na mesma direção e; iii) Contraposição em direção independente*. Nestes termos:

- i) Contraste sem oposição:* Nas relações semânticas de contraste sem oposição ou contraste entre simplesmente diferentes, a desigualdade estabelecida fica na total dependência do contexto, como em: “[...] *sem muito alarde mas de forma constante. (FSP-J)*”; *ii) Contraposição na mesma direção:* Na contraposição na mesma direção, há um argumento ou informação que se segue de outro mais forte, sendo que essa acentuação pode vir reforçada por um adjunto ligado ao segundo segmento como em: “*Ouvira muitas vezes Firmino Paca comentar sobre a região infestada de feras, mas principalmente perigosa por causa do índio. (GRO-R)*”; *iii) Contraposição em direção independente:* Na contraposição em direção independente um argumento ou informação ainda não considerado é introduzido na oração iniciada por *mas* sendo que o argumento ou informação anterior é admitido, mas o que é acrescentado tem mais relevância, como por exemplo: “*As pessoas vivem procurando trabalhos intelectuais mas o importante é ser útil*”. (NEVES, 2018a, p. 833 e 837, destaques originais).

Ainda em Neves (2018a), a autora trata da relação de coordenação em que o *mas* inicia nova frase (declarativa, interrogativa, exclamativa) e marca um novo turno conversacional emergindo várias funções semântico-pragmáticas para essas frases, como: pedido de

informação; reclamação ou protesto, sugestão de um novo dado ou um novo argumento, mudança de foco. A exemplo de Mudança de foco como em: “*Algun bem sempre virá disso para a Humanidade. Mas, voltando ao nosso assunto, só o método positivo é que nos permitirá analisar os fatos sociais em suas inter-relações. (TV-R)*”. (NEVES, 2018 a, p. 838-839, destaques originais).

Assim como Neves (2018a), Bagno (2012, p. 890), ao traçar o caminho semântico de *mas* (oriundo do advérbio comparativo de quantidade e superioridade) repousa seu ponto de vista no traço sêmico da diferença como marca da oposição.

[...] usado inicialmente em construções comparativas de superioridade, mais passou a significar não só superioridade de *quantidade*, mas também de *qualidade*: se x é mais do que y, então existe *diferença* entre x e y e, por conseguinte, existe *oposição* entre x e y. (BAGNO, 2012, p. 890, destaques originais).

Castilho (2019, p. 351), ao tratar das coordenadas adversativas ou contrajuntivas ligadas pela conjunção *mas* acrescenta que a **negação de expectativas** é o valor básico dessa conjunção, justificando-a em razão do valor adversativo ter decorrido de processo metonímico em que *mas* (*magis*) aparecia precedido de palavra negativa (*sed*) – *sed magis*.

Importa destacar, nos termos de Neves (2011), que alguns eventos só podem estar em contraste ou em oposição dentro de uma unidade maior, que é o texto, e assim, faz-se necessário considerar as expectativas que o texto cria no leitor com relação a cada evento narrado separadamente. Diante de uma antonímia lexical ou não, em alguns casos há necessidade de recorrer ao texto para entender o porquê do apontamento do contraste/oposição.

Para Neves (2018c), o *mas* tem papel significativo na organização textual e por estabelecer desvios, exige uma certa fixação no contexto precedente, para o apoio da discriminação. E conclui:

Por isso mesmo ele é elemento de eleição privilegiada na abertura de caminhos novos, que ele marca como, de algum modo, divergentes e discrepantes. Com ele surgem novos e diferentes temas, diferentes focos, diferentes lugares, diferentes tempos, enfim, com ele se abrem novas cenas que, deixando outras para trás – com a marca explícita da alteração – conduzem o texto para rumos marcadamente desviantes. (NEVES, 2018c, p. 254).

Neves (*op. cit.*), ao analisar o conto “O búfalo” de Clarice Lispector, diz tratar-se de um conto inteiro caracterizado pelo *mas*, “[...] que faz do texto um negociar constante [...]”. Esse conto é iniciado com a oração “Mas era primavera” e todo seu desencadear narrativo é marcado por paradoxos: o que se busca e se quer é o negativo, o que se encontra – e que frustra – é o

positivo. Antecipa-se a frustração pelo mal que não se obteve, antecipa-se a força positiva – face à realidade – do que é negativo, e a força negativa – face aos impulsos – do que é positivo. O *mas* nega o ódio, nega o mal, nega o negativo: “*Mas* era primavera”. “*Mas* isso é amor”. “*Mas* a girafa era uma virgem de tranças recém-cortadas”. “*Mas* o elefante suportava o próprio peso”. Dessa forma, paradoxalmente o positivo tem a marca de *mas*. E, paradoxalmente, ainda, essa contrariedade do que se busca antecipa todo o desenvolvimento do jogo dessas desigualdades, e vem como abertura do texto. Conclui a autora que o *mas* chega ao requinte de se apresentar como adversativo do adverso e, por antecipação, num jogo desconexo de paradoxos, ao final as forças contrastantes que se enfrentam resolvem as suas desigualdades e o *mas* deixa de ter razão de ser. (NEVES, 2018c, p. 255-257).

Infere-se, com base em Neves (2018c), que a construção *mas* é textual e tem como uma de suas funções deixar em *stand by* a primeira parte porque o texto não precisa de todas as informações, uma vez que são pressupostas. Ela antecipa jogos significativos, antecipa o desenvolvimento dos jogos de sentidos que se quer construir. A construção *mas* no nível da coordenação gera sentido; e em níveis maiores, textuais e discursivos, gera efeitos de sentido. Nesse alinhamento é que podemos dizer que no plano do discurso o falante é muito criativo e possui um repertório cognitivo que o capacita a aproveitar os sentidos e os efeitos de sentido que decorrem do discurso. Se na progressão discursiva surge uma informação que permite ao falante construir efeitos de sentido, dentre os diversos possíveis como o enfatizador e suavizador, a construção *mas* será usada porque se presta a essa finalidade, ainda que não haja um suporte material que conduza a essa finalidade na primeira oração. Para essa autora o discurso só se materializa no texto e o texto só faz sentido se for para materializar o discurso. Discurso é mais abstrato, são recursos de ideias materializados dentro do texto.

Torna-se, portanto, imperiosa a atribuição de tratamento escalar e *continuum* às relações de coordenação e subordinação, e, por consectário, quanto à integração sintática e (in) dependência semântica em enunciados com a construção *mas* no discurso, no uso. Nesse sentido, a construção *mas* não pode ser reduzida aos termos gramaticais que estabelece o contraste entre uma afirmação e negação sintagmaticamente. Ela é concebida aqui como integrante de domínios discursivos maiores, e a descrição completa da atuação dessa construção só é possível a partir desses domínios.

A Parataxe, de que se tratará a seção 2.5, é um eixo de organização textual-discursiva em que as relações de coordenação são relativizadas pela menor integração sintática e baixa dependência semântica. É nesse cenário que propostas de língua em uso inserem a noção de

gradiência nas análises, de modo a desconstruir categorizações rígidas estabelecidas pela tradição gramatical.

2.5 Parataxe: Domínio Conceptual

Segundo Câmara Junior (2011, p. 104, destaques originais), a “[...] Coordenação, ou PARATAXE, é a construção em que os termos se ordenam numa SEQUÊNCIA e não ficam conjugados num sintagma [...]. Embora de perspectiva tradicional, esse gramático fez menção à noção de sintagma e não vinculou a coordenação ao âmbito do período composto, como costuma fazer a gramática tradicional.

Para Bagno (2012), a colocação das palavras dentro da sentença pode ocorrer de duas maneiras principais: a parataxe e a hipotaxe e define a parataxe a partir de sua base etimológica: O prefixo grego *para* – significa ‘ao lado de’ (como em paralelo, por exemplo). Assim, a parataxe é o processo sintático em que as palavras e os sintagmas se colocam uns ao lado dos outros, sem hierarquização. (BAGNO, 2012, p. 884, destaques originais). No mesmo sentido, Lima e Casseb - Galvão (no prelo) dizem: a Parataxe é a relação entre termos, sintagmas, orações, porções textuais discursivas maiores, num mesmo nível hierárquico.

Du Bois *et al.* (1973, p. 456), no Dicionário de Linguística, conceitua a Parataxe como

[...] um processo sintático que consiste na justaposição das frases sem explicitar, seja por uma partícula de subordinação, seja por uma partícula de coordenação, a relação de dependência que existe entre elas, num enunciado, num discurso, ou numa argumentação (...). (DU BOIS, *et al.*, 1973, p. 456).

Neves (2006) considera a Parataxe para além de um eixo puramente sintático ou sistêmico que organiza informações exclusivamente sintáticas, mas um eixo de organização textual-discursiva. É nessa perspectiva que Neves (2018a) pondera pela necessidade de se ampliar a noção que um *mas* traz aos enunciados.

Na perspectiva hallidayana (1985), já referenciado por Neves (2018a) em 2.4, na organização de blocos de enunciados complexos conjugam-se os eixos tático e lógico-semântico, sendo aquele relacionado à interdependência entre os elementos de igual (Parataxe) ou de diferente (Hipotaxe) estatuto. E no eixo lógico-semântico relaciona-se à relação entre processos que cumprem diverso papel semântico-funcional e que podem verificar-se entre

cláusulas que integram frases complexas e abrange dois tipos de relações: a expansão e a projeção.

A expansão de uma oração primária pela secundária pode se dar por elaboração, extensão ou realce. Na elaboração, quando esse último tipo de oração constitui, por exemplo, uma paráfrase, um comentário, uma justificativa, etc. Na extensão, quando a sentença secundária exprime uma adição, uma exceção ou uma alternativa. E, no realce, quando a sentença secundária indica uma circunstância de lugar, tempo, causa, condição, finalidade, etc.

A projeção de uma oração primária pela secundária pode gerar uma ideia (construções de significados) ou uma locução (construções de palavras). Para Halliday (1985), uma construção paratática apresenta uma relação paritária, em que cada oração é potencialmente independente, sendo ainda considerada como uma relação de simples continuação entre elementos, sendo um que inicia e o outro continua. Tanto o elemento que inicia quanto o que continua são funcionalmente autônomos, “livres”, ou seja, de pouca integração sintática, expressando-se de forma independente e de modo que cada um pode se expressar como um todo.

Referindo-se à proposta de Matthiesen e Thompson (1988) quanto ao desenvolvimento da compreensão de como as orações se organizam em uma frase complexa, Neves (2018 c), assim explana:

Considera-se aí que a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e a hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode resolver-se totalmente no nível interno à frase. [...] [...] estudiosos têm insistido num caráter contínuo das diferenças que separam as diversas orações que se articulam em um texto, diferentemente de Matthiesen & Thompson (1988), que consideram que propostas desse tipo apenas substituem a preocupação de determinar o lugar do *continuum* em que a oração deve ser colocada. Para eles o problema é a falta de discussão da função discursiva da combinação de orações. (NEVES, 2018 c, p.229-230)

Segundo Rosário e Barros (2018), a LFCU não concebe a língua como uma estrutura autônoma, não faz a separação rígida entre língua e fala, e, tampouco, exclui da análise das estruturas linguísticas as influências que lhes são externas. Estes autores e em Lima e Casseb-Galvão (no prelo), de forma diversa das abordagens tradicionais, apresentam a proposta de *continuum* estabelecida por Hopper e Traugott (2003), os quais estabelecem um *cline* entre Parataxe, Hipotaxe e Subordinação. Nesse sentido, quanto ao tratamento dicotômico coordenação e subordinação, Rosário e Barros (2018) entendem que

sob a ótica da LFCU, a dicotomia coordenação/subordinação não é suficiente para explicar as estruturas de período complexo que emergem da interação comunicativa, já que estas envolvem, além da forma, relações semântico-pragmáticas que não condizem com a classificação restrita e dicotômica apresentada por gramáticos e outros autores tradicionalistas. Há de se estabelecer, portanto, um *continuum*. [...]. Partindo dessa ideia, Hopper e Traugott (2003) estabelecem três pontos essenciais de um *cline*: parte-se da parataxe, tendo a hipotaxe como processo intermediário, até a subordinação (ou encaixamento). [...]. Enquanto as abordagens tradicionais consideram tais vocábulos como sinônimos de subordinação e coordenação, respectivamente, Hopper e Traugott (2003) **explicam que a parataxe está relacionada à relativa ausência de dependência e de encaixamento, ao passo que a hipotaxe apresenta relativa dependência e menos encaixamento. O último ponto desse *continuum*, a subordinação, por sua vez, é caracterizada pela dependência e pelo encaixamento total.** (ROSÁRIO e BARROS, 2018, p. 365, destaques não originais).

Nestes termos, Hopper e Traugott (2003) propõem um esquema representativo do *continuum* entre as orações articuladas considerando a Parataxe, Hipotaxe e Subordinação por meio de uma gradação combinatória entre dependência e encaixamento.

Esquema 1 - *Continuum* de Hopper e Traugott (2003)

PARATAXE	HIPOTAXE	SUBORDINAÇÃO
- dependência	+ dependência	+ dependência
- encaixamento	- encaixamento	+ encaixamento

Fonte: Hopper e Traugott (2003, p. 170).

Nesse esquema, Hopper e Traugott (2003) mostram a escalaridade estabelecida em três grupos em um *cline* de combinação de orações, com características definidas por meio da combinatória de traços de dependência e encaixamento: parte-se da parataxe, tendo a hipotaxe como processo intermediário, até a subordinação. Percebe-se ainda, nesses graus de combinação das orações: na parataxe, as relações sintáticas são mais frouxas; nas subordinadas, as relações sintáticas são mais integradas.

No mesmo seguimento, para Rodrigues (2017),

[...] a parataxe implica independência relativa, ou seja, o vínculo entre as orações depende apenas do sentido e da relevância da relação entre elas, e a hipotaxe implica dependência entre um núcleo e margens, mas não encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Já subordinação implica dependência completa entre núcleo e margem (ns) e, portanto, encaixamento de toda a margem em um constituinte do núcleo. (RODRIGUES, 2017, p. 12).

Neves (2018c) cita também estudos de Lehman (1988) para quem as orações articuladas se distribuem num *continuum* que vai de um grau máximo a um grau mínimo de autonomia sentencial (*continuum* de rebaixamento, a partir da parataxe), e, no reverso, de um grau máximo a um grau mínimo de integração sentencial. Esse *continuum* representa a hierarquia entre um grau extremo no estatuto de ‘sentença’ (coordenação) e um grau extremo da perda desse estatuto (dessentencialização), aquele em que o estatuto se torna um simples constituinte de outra oração. (NEVES, 2018c, p. 230).

Givón (1979 apud ROSÁRIO 2015, p. 46 e ROSÁRIO e BARROS, 2018, p. 368) afirma que “a maior integração semântica ou pragmática acarreta também maior integração sintática. Assim, a estruturação sintática estaria imbricada com a significação veiculada pelas sentenças da língua”.

É nos contornos das orações complexas, seja na modalidade escrita ou falada, que construções como o *mas* assumem desde usos com sentidos mais prototípicos aos menos prototípicos, isto é, mais discursivos. Prototipicamente o *mas* representa o domínio da Parataxe, especialmente da Coordenação, e em alguns usos nos níveis textual e discursivo adquire outros efeitos de sentido, dentre os quais, o intensificador e o suavizador. Nestes usos menos prototípicos, fatores extralinguísticos cooperam para a produção de diversos efeitos de sentido, haja vista que o discurso é mais abstrato, co-ocorrendo recursos e ideias que se materializam dentro do texto. E, é por isso, que a construção *mas* está a serviço da PA, de interdependência sintática, mas numa relação lógica de travamento.

Nesse alinhamento teórico, quando se articulam duas orações, o valor dos pares articulados não é a soma do todo ou o todo não tem o mesmo valor da soma dos pares. Trata-se, de representação sintático-semântica de um estado de coisas. É, assim, uma construção abstrata, que se apresenta por meio de uma configuração sintático-semântica, e que sempre funciona para cumprir uma função pragmática. Por isso, sua descrição deve abranger seus componentes sintáticos, seus papéis semânticos e suas implicações pragmáticas. (LIMA e CASSEB-GALVÃO, no prelo).

Considerando o *cline* proposto por Hopper e Traugott (2003), configurado na relativa ausência de dependência e integração (encaixamento), um macroesquema de articulação de orações com coordenação prototípica pode ser definido como: [(+) independência semântica e (-) integração sintática].

O esquema coordenação é representado pela (junção, disjunção, contrajunção, conclusão e explicação), sendo a coordenação, a parataxe propriamente dita, ou seja,

PARATAXE = de mesmo nível hierárquico (*para + taxis*) e COORDENAÇÃO = ordenação no mesmo nível (“co-ordenação”/ relações em paralelo – co-articuladas).

Considerando que as relações paratáticas propriamente ditas são as relações com (+) independência semântica e (-) integração sintática como nas relações de junção, disjunção, contrajunção, pode-se dizer, conforme ponderado por Lima e Casseb - Galvão (no prelo) que as relações explicativas e conclusivas, não estabelecem uma relação paratática porque explicação e conclusão são dependentes de uma informação já introduzida no discurso. Segundo essas autoras, trata-se de categoria funcional da estrutura textual, por meio da qual se estabelecem relações discursivo-argumentativas. E concluem que, em contextos específicos de relações conclusivas e explicativas vistas em *continuum* são mais integradas, quase hipotaxe.

Pezatti e Longhin (2016) definem a construção coordenada na perspectiva da equivalência funcional:

A construção coordenada consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação. Isso implica que nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado aos demais ou dependente em relação a eles. Equivalência funcional significa que os membros devem ter as mesmas funções semântica, sintática e pragmática. (PEZATTI e LONGHIN, 2016, p.13).

Na construção de enunciados complexos coordenados, com menor integração sintática, supostamente, a informação mais relevante deve iniciar a construção, porque cada informação acrescentada expande, em sequência, a informação anterior. A ordem é, então, geralmente, fixa. Neves (2018a) defende que a coordenação é, em princípio, uma construção recursiva e irreversível.

Os marcadores de coordenação prototípicos são *e*, *mas*, *ou*. Geralmente, eles são posicionados fora do esquema de predicação, e fazem a “conjunção”/articulação externa à organização sintática de cada frase completa. Como esse ponto, normalmente localizado no início do segundo membro do par, coincide com o início de unidades maiores (parágrafo, capítulo, texto), pode-se dizer que esses marcadores extrapolam a organização puramente sintática, sendo articuladores de alto valor semântico-discursivo. (LIMA e CASSEB-GALVÃO, no prelo). Nesse alinhamento, em estudos sobre a coordenação de orações complexas, essas autoras tratam da perspectiva textual e ponderam que no dinamismo do texto (que avança e recua), os marcadores de coordenação operam como elementos de avanço. Pontuam ainda que quanto aos aspectos morfossintáticos da coordenação, as orações

geralmente apresentam a correlação modo-temporal, ou seja, a mesma configuração modo-temporal como, por exemplo, presente do indicativo + presente do indicativo. Na coordenação pode haver apagamento de estruturas sintáticas que são paralelas, nos membros coordenados, como por exemplo, sujeito + elipse de sujeito. No que se refere à ordem, em alguns enunciados, observa-se uma motivação icônica na ordenação dos elementos coordenados, que reproduzem, estruturalmente, a sequência temporal dos eventos.

Na Parataxe ou Coordenação propriamente dita, as relações de junção, disjunção e contrajunção são distribuídas sob um *continuum* que envolve a relativização da integração sintática e (in) dependência semântica integradas às funções discursivo-pragmáticas. Nesse cenário, torna-se possível o uso da construção *mas* orientando a direção da força argumentativa do que é enunciado e quando está nesse nível, que não é só no nível da contrajunção, pode atuar com efeitos de sentido intensificador e suavizador, pode vir no início do texto, que dá conta de trabalhar no pressuposto. O *mas* não é apenas uma conjunção, mas uma conjunção de um nível maior que parte das relações maiores para as menores.

2.6 Contrajunção

Como mencionado na seção 2.3, Halliday e Hasan (1976 apud NEVES, 2018d, p. 223) ao tratarem sobre conjunções estabelecem que a conjunção ou junção é um processo textual de relação semântica pelo qual se especifica a conexão entre o termo antecedente e o posterior em um enunciado; conexão que abrange diversos tipos de estruturação de superfície. Trata-se, pois, de um conjunto de relações semânticas entre orações, explicitadas por elementos ditos ‘conjuntivos’, como as conjunções. Entretanto, “os elementos conjuntivos não são coesivos por si mesmos, mas de forma indireta, pois o significado deles pressupõe a presença de outros elementos no discurso”.

Said Ali (1966, p. 220), ao tratar da função da conjunção, assinala:

Não tem a conjunção valor de simples elo mecânico posto entre orações; mas serve à linguagem para evitar que duas proposições se apresentem ambas como iniciais. A partícula dá a uma delas o caráter de seqüente (...). **Mas a conjunção faz mais: assinala a relação lógica em que a seqüente está para com a inicial. É, pois, uma partícula que exerce sua influência, não como o advérbio e a preposição sobre um vocábulo, mas sobre uma oração em conjunto.** (SAID ALI, 1966, p. 220, destaques não originais).

As relações expressas pelo *mas* – convencionalmente – marcam enunciações que, embora integrem o mesmo enunciado, constituem segmentos distintos entre si. É o *mas* que assinala essa distinção, e o enunciador mostra esse conhecimento ao construir as unidades diferentes e ao estruturar a argumentação. (NEVES, 2018a).

Para Castilho (2019), a negação de expectativa é contrajuntiva e nas relações de contrajunção o valor argumentativo do segundo segmento é maior que o primeiro. A noção de contrajunção é estabelecida sob o ponto de vista lógico.

Nos atos de fala, as conjunções são essencialmente argumentativas. A semântica argumentativa é voltada para as relações de poder existentes entre os homens, os quais usam a linguagem como forma de afirmação ou negação dos discursos que o mundo lhes apresenta ou impõe. As relações de poder se manifestam na linguagem e esta, por seu turno, exerce, sobre tais relações, forte influência. Nesse sentido, a semântica argumentativa tem por escopo estudar a realidade dinâmica entre linguagem e realidade externa.

Dessa forma, a semântica argumentativa diverge das semânticas de orientação realista, como as formais que se interessam por verificações de verdade de sentenças que trabalham com conceitos de verdade e falsidade formulados, como também, da semântica de orientação mentalista voltada para operações cognitivas que ligam as estruturas linguísticas e conceptual. (ROCHA, 2009, p. 41-42).

Essa mesma autora (*op. cit.*) trata de classe e escala argumentativa, esclarecendo que:

Uma classe argumentativa, por sua vez, diz respeito a um conjunto de enunciados que podem igualmente servir de argumento para uma mesma conclusão. Já uma escala argumentativa se forma quando dois ou mais enunciados de uma classe se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão. (ROCHA, 2006, p. 42-43).

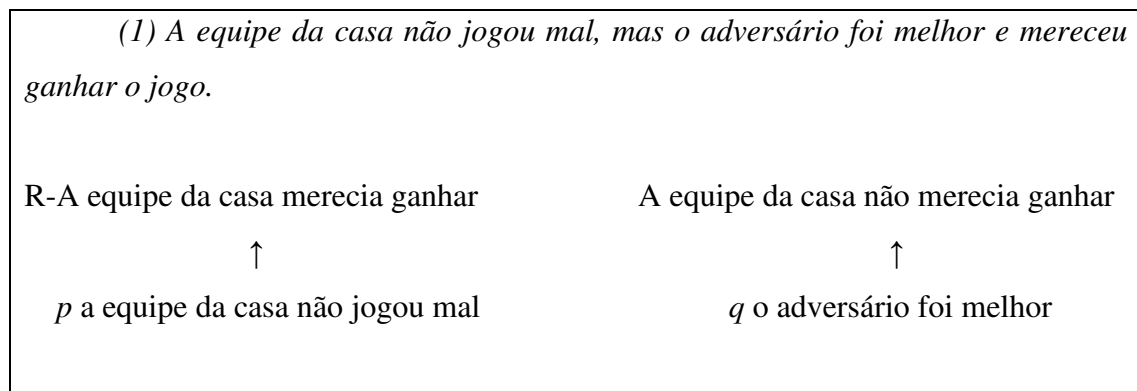
Em estudos sobre operadores argumentativos, Koch (2001, p. 30-34, destaques não originais) inspirada em estudos de Ducrot (1978, 1980), define operadores argumentativos como “[...] elementos da gramática de uma língua que **têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam.**” Essa mesma autora apresenta a divisão dos operadores argumentativos em diversos grupos, dentre os quais, os que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão (como por exemplo: *até, mesmo, inclusive*) e os que introduzem argumentos alternativos que conduzem a conclusões diferentes ou opostas (como por exemplo: *mas, porém, todavia, no entanto, embora, apesar de*, dentre outros).

Especificamente sobre o *mas*, e abalizada em estudos de Ducrot (1978, 1980), essa autora assim explana:

[...] o locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão *R*; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária não *R* ($\sim R$). Ducrot ilustra esse esquema argumentativo recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é que pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção (ou seja, entrechocam-se no discurso "vozes" que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes – é o fenômeno da polifonia). (KOCK, 2001, p. 35).

Kock (2001, p. 35) segue exemplificando com base na semântica argumentativa de Ducrot, do tipo [*A mas B*], sendo o argumento *A* favorável à conclusão *r*, e o *B*, argumento mais forte favorável a não *r*:

Quadro 1: Semântica Argumentativa com base em Ducrot



Fonte: Kock (2001, p. 35)

Nesse exemplo, o *mas* atua como operador argumentativo, porque tanto o locutor quanto o interlocutor não levam em consideração somente as duas proposições *p* e *q*, que são explícitas, mas os vários enunciados ditos e outros não ditos em um mesmo enunciado maior.

Quanto aos símbolos *p*, *q* e *r*, Neves (1984) esclarece:

p e *q* não são [...] entidades lógicas; designam simplesmente as frases coordenadas. Por outro lado, o primeiro termo da coordenação nem sempre é uma frase localizável, podendo ser toda uma configuração do texto anterior, ou ser, mesmo, um elemento da situação. Muito menos é necessário que *p* e *q* sejam contíguas. Observe-se finalmente, que, sendo recursiva a coordenação, *q* pode seguir-se a uma série já coordenada. (NEVES, 1984, p. 23).

Segundo Ducrot (1977), a língua possui elementos denominados operadores argumentativos que têm a função de encadear os enunciados, determinando a sua orientação discursiva. Entre os operadores argumentativos ou discursivos encontram-se elementos que têm a função de marcar uma relação de contrajunção entre os enunciados como: *mas*, *porém*, *contudo*, etc.

Castilho (2019) explana que, em estudos realizados por Ducrot e Vogot (1978), há explicações sobre o valor adversativo do item *mas* com base na Semântica Argumentativa, e conclui, no sentido de inexistir separação nítida entre os usos do *mas* adversativo e do *mas* discursivo/inclusivo, ponderando que:

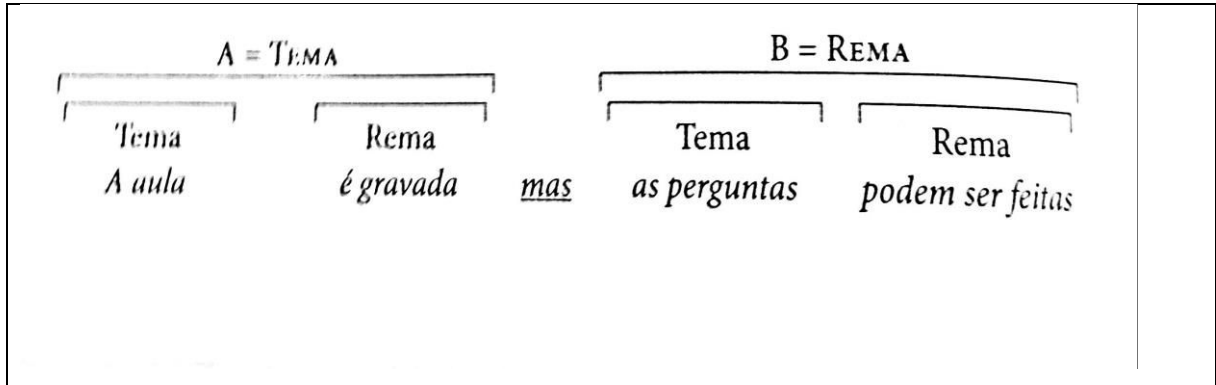
O valor inclusivo de *mais* o predispôs a atuar no sistema do discurso, como uma espécie de conectivo interacional e textual. Esse mesmo valor, após transformações metonímicas, preparou-o para atuar no sistema da gramática, como uma conjunção de contrajunção. Discurso e gramática, portanto, exploram propriedades léxico-semânticas de *mais*, dando origem a um conjunto de expressões sincrônicas, que poderíamos dispor num eixo que iria de /inclusão/ para /contrajunção/. Quero sublinhar que será ilusório supor que haja uma grande nitidez separando um do outro. (CASTILHO, 2019, p. 351, destaques originais).

Segundo esse autor, na estrutura adversativa, pode-se depreender de alguma maneira a expressão da diferença, que, por sua vez, corrobora a tese de Vogot e Ducrot (1980), para os quais a estrutura adversativa relaciona-se intimamente com a comparativa, já que a diferença só pode ser percebida pela comparação. Nas propriedades discursivas de *mas* são preservadas as propriedades semânticas de comparação e inclusão, remontando às origens de *magis*, e nas propriedades sintático-semânticas no sistema gramatical há perda das propriedades semânticas de comparação e inclusão e ganho da propriedade de contrajunção. Como já ponderado acima, não há como separar o valor inclusivo do contrajuntivo. É, portanto, *continuum* e elementos à direita do *continuum* preservam traços de origem.

Pezatti e Longhin (2016), aproximando-se à semântica argumentativa de Ducrot (1978, 1980) propõem um esquema em que a primeira oração “A” e a segunda oração “B” são membros coordenados [**A conjunção - B**] e consideram cada um como unidade funcional que se biparte em segmentos com papel comunicativo diferente, sendo “A” considerado tema, o ponto de partida de uma unidade informativa completa. Já “B”, é o rema, como o segmento que se acresce ao tema e possui maior carga informativa, como o centro de interesse da comunicação. Acrescentam ainda que dentro dessa divisão binária, “A” e “B”, há em cada membro uma subdivisão, igualmente concebida como tema e rema, agora em posição interna,

hierarquicamente abaixo de cada divisão da qual descende como se observa, abaixo, pela Figura 11.

Figura 11: Representação do esquema [A **conjunção** - B], proposto por Pezatti e Longhin (2016).



Fonte: Pezatti e Longhin (2016, p. 56).

Nessa relação, [A **conjunção** – B], o segmento “B” apresenta uma importância maior em relação ao segmento “A”, por ocupar uma posição comunicativamente mais focal (saliente) e nova (no sentido de não ter sido considerada anteriormente). Quanto a “A” ou parte dele é, de alguma forma, retomado em “B”, ainda que implicitamente. O traço [-] representado no esquema não recebeu significado pelas autoras. Pezatti e Longhin (2016) arrematam:

[...] Isso acontece porque, ao enunciar A, o falante leva o ouvinte a considerar um conjunto de informações que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informações, a ser trazida por B. **Nesse sentido, é previsível que os segmentos A e B de uma conjunção adversativa compartilhem informações.** (PEZATTI e LONGHIN, 2016, p. 57, destaques não originais).

Neves (2011), ao realizar estudos sobre o campo semântico de *mas*, distingue basicamente dois valores: contraposição ou eliminação, conforme já tratado em 2.4. Essa autora identifica ainda mais 23 subfunções semânticas para as múltiplas ocorrências do *mas*, sem, contudo, afastá-lo do sentido opositor (em maior ou menor grau):

- 1 - contraposição marcando contraste entre positivo e negativo; 2- contraposição marcando contraste entre negativo e positivo; 3- contraste entre expressões de significação oposta; 4 -contraste, simplesmente, entre diferentes; 5- marcando compensação não envolvendo gradação; 6- marcando compensação envolvendo gradação; 7- restrição acrescentando um termo; 8- restrição acrescentando um circunstante limitador; 9- restrição acrescentando uma qualificação; 10- restrição negando inferência; 11- contraposição na mesma direção; 12- contraposição em direção independente; 13- eliminação negando-se a subsequência temporal natural; 14- eliminação negando-se a subsequência temporal natural, mas recolocando um evento no primeiro membro; 15 - eliminação negando o que é enunciado no primeiro membro; 16- contraposição em início de turno; 17- restrição por pedido de informação a propósito do enunciado anterior; 18- em direção independente, é sugerido um novo argumento para consideração (...) e o argumento anterior, embora admitido, é considerado insuficiente; 19 - mudança de foco da narrativa ou da conversação (...); 20- introdução de um novo tema, que contrasta com o anteriormente selecionado; 21 -eliminação: o enunciado que o “*mas*” inicia elimina, de certo modo, o anterior; 22 - eliminação implicando recolocação; 23- a eliminação rejeita algum elemento da situação de enunciação (NEVES, 2011, p. 757-760).

É nesse *continuum* de relações marcadas de algum modo por traços de sentido contrajuntivo que a construção *mas* pode ser representada em rede de construções como uma microconstrução instanciada pelo Macroesquema da Parataxe, geral e abstrato, permitido aos falantes, via cognição, a possibilidade de imprimir a essa construção diversos efeitos de sentido. O foco desta pesquisa reside nesse *continuum* em que o valor contrajuntivo é uma relação lógica, haja vista que o significado de *mas* pressupõe a presença de outros elementos no discurso.

As relações de sentido contrajuntivo, assim como as de junção e disjunção, são paratáticas de fato por promover relações de co-ordenação, que é a PA propriamente dita. Na contração os elementos conjuncionais, como o *mas*, assinalam a relação lógica de travamento entre as orações e a relação semântica é inferencial. Lima e Casseb – Galvão (no prelo), conforme já explanado em 2.5, ponderam que as relações explicativas e conclusivas não são paratáticas, mas quase hipotáticas porque são dependentes de uma informação introduzida no discurso.

Nesse contexto, a construção *mas* instancia as relações de contração como nexos lógicos entre elementos de igual estatuto no nível interoracional (visto como elemento formal dentro do texto), assim como, na articulação de partes lógicas que trabalham no domínio da contração, em porções maiores, do texto e do discurso.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DE PESQUISA

Este capítulo trata da metodologia utilizada na realização desta pesquisa de natureza sincrônica e qualitativa e com suporte quantitativo, portanto, de cunho exploratório e interpretativo.

O caminho percorrido nessa pesquisa, cujo objeto incidiu na descrição e análise da construção *mas* no *corpus* FG/UFG, em seus variados usos, teve como ponto de partida os usos prototípicos – valor adversativo/contrajuntivo – para, então, se chegar ao foco analítico, os usos discursivos dessa construção, dentre os quais, os que auxilia o falante na produção dos efeitos de sentido intensificador e suavizador. Para tanto, a metodologia adotada nesse trabalho de base interpretativa se atrela aos parâmetros construcionais de análise postulados por Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), e também por Traugott e Trousdale (2013) e outros, segundo os quais a língua é uma rede de construções de qualquer tamanho, desde as simples às mais complexas, formadas pelo pareamento indissociável entre a forma e a função.

3.1 Escolha do corpus FG/UFG e bases metodológicas de análise: qualitativa com suporte quantitativo

É com base em parâmetros construcionais de análise que o pesquisador linguista de orientação funcionalista busca desvelar, no contexto de uso, a mudança na língua. O material empírico de suporte para análise foi o *corpus Fala Goiana* (FG/UFG), tendo como objeto a construção *mas*. As referidas escolhas deveram-se à pretensão de descrever e analisar, em uma perspectiva construcional, os usos de *mas* e de sua variante *mais*² no Português Brasileiro (PB), na modalidade falada, e o enfoque especial na variante falada em Goiás, em razão, primeiramente, pelo fato de os inquéritos discursivos já se encontrarem devidamente sistematizado em banco de dados pelo grupo de estudos funcionalistas da Universidade Federal

² No *corpus* eleito, o falante goiano não distingue no uso entre o *mas* adversativo e o *mais* quantificador. Na maioria dos usos, não diz *mas* e sim *mais*, intentando um sentido equivalente ao adversativo e não quantitativo.

de Goiás (UFG). Quanto à forma *mais*, diz respeito ao fato de o falante goiano não distinguir forma e sentido e é, portanto, considerado nesta pesquisa como *corpus* FG/UFG e, sobretudo, pelo fato de essa construção mostrar-se bastante produtiva no falar goiano, fato que conduz a potenciais possibilidades de novas adaptações ao discurso. No estudo sobre a mudança da língua, o *como* (de que forma) e o *porquê* (a motivação) constituíram os questionamentos embrionários dessa pesquisa.

Para a escolha da construção *mas*, objeto de investigação, observou-se no *corpus* eleito, numa análise preliminar, que essa construção estava sendo recrutada pelos falantes goianos de forma recorrente e com várias nuances de sentido. Nesse contexto, instigou-se ainda que, dentre os vários efeitos de sentido, o valor contrajuntivo adversativo não estava necessariamente na representação linguística, mas nos contornos discursivos, extrassentencialmente.

Tendo em vista essa observação preliminar e considerando que: *i*) sob a perspectiva da gramática tradicional o *mas* é prototipicamente uma conjunção coordenada adversativa, mas que, segundo Neves (2018c), é uma conjunção que está a serviço do texto e não da sintaxe. O *mas* já nasce com mobilidade textual, sendo que o nível do texto é o da realização do discurso; e estando a serviço do texto tem ainda mais probabilidade de atuar discursivamente conforme a pragmática dos atores da interação verbal; *ii*) os falantes se valem do corpo e da mente e demais elementos do contexto pragmático e adaptam a língua às necessidades discursivas e *iii*) na relação discursiva emerge um jogo de complexas construções cognitivas em que falantes e ouvintes interagem mediados por fatores linguísticos (morfo-sintáticos, fonológicos e semânticos) e extralinguísticos (pragmático-discursivos e funcionais).

Refletindo acerca dessas considerações, projetou-se para esta pesquisa a seguinte hipótese:

O mas é uma microconstrução reguladora de carga significativa de força textual atuante tanto no nível interacional promovendo relações de coordenação, quanto no nível discursivo auxiliando na constituição dos efeitos de sentido.

Nesse seguimento, o evento fala chama para a análise de estruturas linguísticas outros elementos além da forma (morfológico, fonológico, sintático, semântico), como os discursivo-pragmáticos e funcionais.

A adoção metodológica é eminentemente qualitativa (teórico-descritiva), na perspectiva da sincronia atual. Segundo Goldberg (2006), qualquer padrão linguístico é reconhecido como

uma construção, contanto que algum aspecto de sua forma ou função não seja totalmente previsível a partir das partes que o compõem ou de outras construções existentes. Além disso, as construções são formadas a partir de um pareamento entre a forma e o significado. Formas de superfície diferentes são tipicamente associadas a funções discursivas e/ou semânticas diferentes. O que significa que, em havendo um uso, esse uso já é uma implementação de mudança na língua.

Embora essencialmente qualitativa, recorreu-se aos dados quantitativos para atestar a frequência de uso, evento significativo para atestar a produtividade de uma construção e o seu nível de implementação. Dessa forma, também buscamos apresentar a quantificação dos dados observados no *corpus* FG/UFG.

Os pressupostos teóricos e a sustentação da análise deu-se com as seguintes abordagens:

1. Mudança Linguística - Inicialmente realizaram-se alguns apontamentos de cunho epistemológico permeados de perspectivas antropológicas, históricas, linguísticas e psicolinguísticas, entre outras acerca da origem da língua e as motivações sócio-históricas, culturais e linguísticas envolvidas em sua mudança. Considerou-se, com base em Goldberg (2006) e outros, que a mudança linguística ocorre durante o uso linguístico ao circular por nossas mentes e corpos e passar de um falante para outro. E que a língua não é reflexo direto do mundo, mas como os falantes percebem e conceptualizam as coisas e os eventos do mundo, dentre outras explanações atinentes à mudança linguística de cunho epistemológico;

2. Gramática de Construções - buscou-se, em continuidade dessa perspectiva, apresentar as bases teóricas da GC, especialmente as postuladas por Croft (2001), Goldberg (2006) e Traugott e Trousdale (2013), entre outros autores afiliados à descrição de língua em uso, de que a língua é uma rede de construções, independentemente do tamanho, formada pelo binômio indissociável forma - função.

Foram apresentados os modelos de redes construcionais, como os da estrutura simbólica na Gramática de Construções Radical, de Croft (2001); da “Trajetória de mudança construcional”, de Traugott (2008); das Relações Conceitual e Hierárquicas entre construções, conforme Traugott e Trousdale (2013) e os da Representação da rede construcional, segundo Langacker (2008);

3. Na persecução da hipótese-guia, recorreu-se em teorias que tratam de relações entre domínios hierárquicos e herança: *i)* explanações sobre a representação da rede hierárquica proposta por Traugott e Trousdale (2013) que, em termos de generalização, os esquemas se estabelecem num *continuum* e na direção do mais abstrato ao mais concreto. Entretanto, a mudança ocorre em geral do mais concreto para o mais abstrato e; *ii)* explanações acerca da

noção de herança, considerando que é por meio da relação de hereditariedade que se traçam as características transmitidas pelas construções em uma rede;

4. Após apresentou-se as definições sobre Mudanças Construcionais e Construcionalização, conforme os postulados de Traugott e Trousdale (2013) acerca do binômio forma - função em que havendo alteração só na forma ou apenas no sentido ocorre a mudança e, para haver a construcionalização, é necessária a mudança em ambas (forma e sentido). Aqui possibilitaram-se análises do *como* possa ter ocorrido a mudança. Trouxe também para o esboço teórico as propriedades de uma construção como: esquematicidade, produtividade e composicionalidade, também indispensáveis às análises;

5. Integração das dimensões sociais e cognitivas na análise de estruturas linguísticas: Linguística Cognitiva e Funcionalismo Clássico envolvendo as concepções funcionalistas e os processos cognitivos de domínio geral, como a categorização e a prototipicidade, a iconicidade, a informatividade, a memória rica e a associação transmodal e, por fim, apontamentos sobre a teoria dos espaços mentais: domínios conceptuais e projeções entre domínios. Aqui há bases teóricas para se explorar as motivações conceptuais do processo de mudança da construção *mas*;

6. Estudos sobre a construção *mas* na formação de enunciados complexos com ponderações iniciais acerca da perspectiva da tradição gramatical com breves considerações acerca da dicotomia coordenação *versus* subordinação e sempre indicando a insuficiência dessa proposta para um tratamento mais complexo da funcionalidade discursiva. Incursões históricas e discussões sobre estudos já realizados sobre motivações conceptuais de seu processo de gramaticalização como conjunção coordenada adversativa prototípica no Português Brasileiro (PB); como também em usos discursivos, *locus* em que essa construção auxilia na produção de variados efeitos de sentido, e, portanto, onde ocorre a mudança. Considerações acerca da relação paratática e da relação de contrajunção que envolve o discurso.

O suporte quantitativo dos dados foi extraído do *corpus* FG/UFG por meio de um *software* denominado *Wordsmithtools*, eminentemente quantificador de dados, por meio de suas ferramentas *concord*, *wordlist*, *keywords*, *collocates*, dentre outras.

Com destaque para as ferramentas *concord* e *collocates*, por serem as mais utilizadas nesta pesquisa na separação e quantificação dos dados, segundo Sardinha (2009):

O programa Concord produz concordâncias. Concordâncias são listagens das ocorrências de um item específico (chamado termo de busca ou nóculo, que pode ser formado por uma ou mais palavras) acompanhado do texto ao seu redor (o contexto).[...] Collocates [...] são palavras que estão perto do termo de busca. Se a caixa estiver selecionada, os colocados serão processados pelo programa e estarão à disposição do usuário quando da feitura da concordância por meio do acionamento do botão *Collocates* ou *Re-compute Collocates*, (SARDINHA, 2009, p. 83 e 93, destaques originais).

A janela do *Concord* é a principal do programa, onde são exibidos os resultados da busca. O nóculo é a palavra de busca, que no presente caso é o *mas*, e pela ferramenta *concord* as quatro palavras à esquerda e as quatro palavras à direita que estão contíguas ao nóculo, são os colocados (*colocattes*).

Para alimentar o programa, primeiramente foi necessário converter todos os inquéritos de fala para o formato “*txt*”, e após inseri-los no programa, observando as sequências de *links*: *concord* → *settings* → *choose text* → localizar no arquivo os textos de inquéritos narrativos já salvos em formato *txt* → incluir todos os textos no quadro *Files available* → clicar na fronteira entre o quadro *File available* e o *Files selected* e colocar a palavra ou a construção a ser pesquisada e mais um elemento justaposto, se preferir, como por exemplo: “*mas tão*”; “*mas assim*”. A partir daí o programa captura em todo o *corpus* a construção selecionada e, inclusive, todo o contexto de uso correspondente a essa construção, em quantitativos de ocorrências e outros dados de cunho quantitativo. A visualização da relação de usos apresentada pelo programa facilitou a separação dos dados para a realização da análise da construção exploratória e interpretativa, portanto, qualitativa.

Foram encontradas, no *corpus* eleito um total de 2.246 (duas mil e duzentas e quarenta e seis) ocorrências da construção *mas* diluídas em seus variados usos. Integrando esse conjunto gradiente de usos, foram observados 273 (duzentos e setenta e três) usos de sentido prototípicos e 1973 (um mil e novecentos e setenta e três) usos de efeitos de sentido não prototípicos ou discursivos, dentre estes 22 (vinte e duas) ocorrências da construção *mas* em usos de efeitos de sentido intensificador e 176 (cento e setenta e seis) usos de efeitos de sentido suavizador.

O *corpus* de análise é de pequeno porte, integrado de 21 inquéritos constituídos por narrativas orais fornecidas por informantes adultos de nível fundamental completo e incompleto, ou mesmo sem escolarização, faixa etária entre 20 e 72 anos de idade e de três informantes com idades não informadas (INI), residentes nas cidades de Goiás, Aparecida de Goiânia e Goiânia (capital), todas do estado de Goiás.

Nos excertos transcritos nesta pesquisa, como referência, constam as siglas FG/UFG – F ou M, significando FG/UFG o *corpus*, F – sexo feminino e M – sexo masculino, seguidas da idade do (as) informantes.

A descrição e análise, de cunho eminentemente interpretativo, foram realizadas em cada evento comunicativo.

Buscou-se, enfim, com a metodologia essencialmente qualitativa e com suporte quantitativo evidenciador de tendências e alicerçados em teorias de língua em uso, LCU com foco na GC, os caminhos teórico-metodológicos para um embasamento seguro e, sobretudo, comprometido com uma pesquisa de descrição de língua em uso, a qual envolve a interdependência dos componentes sintático-semânticos, pragmático-discursivos e funcionais.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta, com base em banco de dados – *corpus* FG/UFG - a análise qualitativa da construção *mas* em usos prototípicos e usos não prototípicos – mais inovadores – discursivos, dentre estes, em usos de efeitos de sentido intensificador e suavizador. Com vistas à demonstração dos usos de *mas* em rede de construções, toma-se como ponto de partida análises em nível interoracional (usos prototípicos), para, em sequência, analisar os usos em níveis discursivos, aqueles com atuação além das orações.

Defende-se aqui que é a partir de seu sentido de base, adversativo prototípico, na coesão entre elementos de igual estatuto sintático (relação paratática ou de coordenação propriamente dita), que os demais usos da construção *mas* operam em níveis maiores, textual-discursivos, numa rede formada de diferentes *types* de diferentes sentidos e efeitos de sentido. Atrela-se ao pressuposto de que os variados efeitos de sentido produzidos em níveis maiores descendem de uma base central de significados, prototípica, por elos de herança, como uma extensão semântica polissêmica da construção mãe, conforme pondera Goldberg (1995).

Essa rede se movimenta e se reorganiza no momento do uso, em que os atores da interação verbal, inconscientemente, por meio de associações mentais e de projeção entre domínios conceptuais, elaboram, face às pressões de uso, representações de suas abstrações, o que ratifica o fato de que a representação mental de uma instância de uso será sempre mais abstrata do que a própria instância. É nesse contexto marcado por complexidades, permeado por conhecimentos linguísticos e não linguísticos, que a construção *mas* atua em diferentes níveis e domínios linguísticos, notadamente, por ser uma construção bastante recrutada pelos falantes, *in casu*, pelos goianos (nos limites do *corpus* eleito). Logo, potencialmente sujeita às adaptações no momento do uso. Durante o processo descritivo-analítico, a construção *mas* é vista sob o olhar funcional-cognitivo, tendo, sobretudo, como suporte de análise os postulados da GC, haja vista ser esta um amplo modelo teórico de análise de língua em uso.

Para a GC, a língua é concebida como uma rede de construções, que são de qualquer tamanho e formadas pelo pareamento indissociável Forma-Função. E assim é concebido o *mas* – uma construção a serviço da gramática da língua. É com base nesse esteio teórico que a funcionalidade da construção *mas*, em seus diferentes níveis, é possível de ser explorada, porque analisa-se não somente a sua estrutura (fonológica e morfossintática), mas também, os

fatores ligados ao seu sentido (semântico-pragmáticos e discursivo-funcionais), numa visão holística. As propriedades ligadas ao pareamento Forma-Função são integradas entre si, diluídas, sem sobreposições, conforme definição clássica de construção, a partir de Goldberg (1995, 2006), de Croft (2001) e também de Traugott e Trousdale (2013). Nesse alinhamento, este capítulo termina com a proposta de representação da construção *mas* em rede construcional com base na rede hierárquica e conceitual de Traugott e Trousdale (2013).

Tendo-se o que foi dito acima como eixo de princípios norteadores, este capítulo se desdobra em 3(três) seções e respectivas subseções. A seção 4.1 (A construção *mas* e sua funcionalidade nos domínios discursivos) e a subseção 4.1.1 (Os domínios da Parataxe (PA) e da Contrajunção e a rede hierárquica), abordam a construção *mas* e sua funcionalidade dentro do sintagma e no discurso com vistas a corroborar, por meio de dados do *corpus* eleito, sua múltipla atuação nestes níveis, assim como, de sua mobilidade em vários domínios linguísticos, como o da Parataxe (PA) e o da Contrajunção, e essa mobilidade mostra a sua atuação em rede de construções. Para cada novo uso, há o surgimento de nova forma e/ou um novo sentido, e, referindo-se à construção *mas*, novos efeitos de sentidos emergem no/do uso como extensão semântica do sentido prototípico, por elos de herança. As análises trazidas para a seção 4.1 têm como parâmetro o modelo da estrutura simbólica, Forma-Significado, representado na Gramática de Construções Radical de Croft (2001), como também, é considerado o *continuum* de combinação entre orações complexas proposto por Hopper e Traugott (2003). A seção 4.2 (A produtividade de *mas* em níveis e sentidos distintos) e seus desdobramentos conforme subseções: 4.2.1 (A funcionalidade de *mas* nos diferentes níveis da língua); 4.2.1.1(A construção *mas* em nível interoracional); 4.2.1.2 (Usos inovadores: intensificador e suavizador); 4.1.2.1(Usos de efeitos de sentido intensificador e suavizador), cuidam da atuação da construção *mas* nos diferentes níveis e sentidos distintos, com mostras de análises de seu sentido prototípico e de outros usos discursivos, com foco em análises em usos de efeitos de sentido suavizador e intensificador.

A seção 4.3 apresenta a rede idealizada nesta pesquisa, representativa da construção *mas* e baseada na rede hierárquica e conceitual de Traugott e Trousdale (2013), leva ao entendimento de que: dentro da rede, os efeitos de sentido produzidos no discurso afastam-se, em gradiência, do sentido de base contrajuntor prototípico, e, de consequência, à probabilidade de estar havendo uma mudança construcional na língua.

4.1 A construção *mas* e sua funcionalidade nos domínios discursivos

Reportando às bases teóricas de língua em uso que aliam os postulados da GC às análises linguísticas, como às de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006) e Traugott e Trousdale (2013), a língua é concebida como uma rede de construções, tornando-se imprescindível à sua análise o postulado clássico assentado na integração das propriedades morfossintáticas, fonológicas, semântico-pragmáticas e discursivo-funcionais, sem sobreposições.

A construção *mas*, assim concebida nesta pesquisa, não é vista apenas com atuação no nível do sintagma (interoracional), como uma conjunção coordenativa adversativa prototípica, - uso reconhecido aqui como prototípico – mas, sobretudo, com o olhar voltado para sua atuação além do sintagma, no texto, no discurso que revela nível de maior abstração. É durante os atos de fala – uso da língua em si –, no discurso, que co-ocorrem os conhecimentos linguísticos e não linguísticos. Atuando, pois, em usos prototípicos e discursivos, essa construção se materializa no uso, em famílias de construções, dispostas em rede construcional, onde para cada novo uso emergem novos sentidos e efeitos de sentido, impactando, de algum modo, a forma e/ou sentido.

Nessa esteira, considerando a atuação da construção *mas* em diversos níveis, análises ligadas apenas à forma não alcançam os vários efeitos de sentido que se constroem durante o uso (no discurso), haja vista que, no nível discursivo, abstrato e complexo, há o envolvimento de todo entorno construcional: semântico-pragmático e discursivo. Croft (2001), representa, simbolicamente, em seu modelo de Gramática de Construção Radical, duas dimensões: Forma (propriedades morfossintáticas e fonológicas) e Significado (semântico-pragmáticas e discursivas), as quais devem ser consideradas em mútua e correlacionada dimensão no contexto comunicativo.

Nos excertos seguintes, de (4 à 7), observa-se a atuação da construção *mas* nos níveis interoracional e discursivo:

(4) [...] Inf.: Ah... meus parente de Goiânia **vei aqui me buscá, mais eu num quis ir não**, falei ah morá na casa de parente é fria. [...].(FG/UFG – F 43 anos).

Em (4), a construção *mas* atua na coesão de dois enunciados de mesmo estatuto sintático, numa relação paratática. Sob o ponto de vista puramente sintático são independentes. Entretanto, sob a perspectiva funcional e tratando-se de construção em uso, os contextos semântico-discursivos e pragmático-circunstanciais integram-se às propriedades estruturais da língua sem sobreposições, conforme demonstra a representação em rede croftiana (2001).

Quanto ao significado, a construção *mas* marca a relação de oposição/contrajunção não como um simples “elo mecânico”, mas “assinala a relação lógica” exercendo influência sobre uma oração em conjunto, como sabiamente esclarece Said Ali (1966). Há de se observar também que a construção *mas*, independente do nível de sua atuação, é uma construção que já traz em si a carga pressuposta, de antecipação dos sentidos e efeitos de sentido do que é enunciado. Nesse enunciado, as próprias estruturas lexicais que o compõem possuem marcas explícitas da negação, como as partículas negativas *num* (variante falada do advérbio de negação “não”) e *não* (advérbio de negação), fato que, remonta à própria motivação metonímica do processo de gramaticalização de *mas* no PB, em que *magis* era um advérbio de comparação usualmente contíguo à partícula negativa *sed* e que acabou por substituí-la. A adversidade também se verifica pela mobilização contrastada entre elementos de mesma categoria linguística, os verbos *vir* e *ir*, semanticamente opostos, estabelecem no domínio do conteúdo, de forma explícita, uma relação de oposição. O sentido opositor nestes segmentos discursivos é, portanto, altamente marcado pela oposição sintático-semântica.

Pragmaticamente, a própria quebra de expectativa é resultado da intencionalidade do falante que apresenta a informação e logo após rejeita-a nos explícitos do discurso. Assim, os verbos *vir* e *ir* e o advérbio de negação *não/num* (variante falada de não) reforçam, em cooperação discursiva, o sentido contrajuntor/opositor. Neste contexto de uso, assinalado pela prototipicidade, as propriedades relacionadas ao Significado e à Forma são integradas, conforme disposto na Rede de Construção Radical de Croft (2001).

Segundo o *continuum* proposto por Hopper e Traugott (2003), representativo das relações entre orações complexas e distribuídas entre três grupos: Parataxe, Hipotaxe e Subordinação, pode-se dizer que dentro das relações paratáticas, neste excerto representada pelo *mas* em sua atuação mais prototípica, a escala segue o *continuum* de [(+) independência semântica (-) encaixamento (integração)], ou, noutros termos, com relativa ausência de dependência e de encaixamento.

(5) [...] Inf.: [...] derrame, que **aí que ela vei adoecer. Mais ela era muito sadia.** [...] (FG/UFG – F 43 anos).

Nesse contexto discursivo, (5), o uso da construção *mas* está coordenando dois enunciados marcados pela interrupção de fala. Essa ocorrência da construção *mas*, na sintaxe de superfície, caracteriza-se pelo ponto final e o *mas* é considerado interfrásico, em que a própria ocorrência dessa construção descaracteriza o efeito de pausa de final de frase que a antecede, cujo efeito é encerrar o primeiro segmento coordenado dentro do limite indicado pela

pausa. Para Neves (1984, 2018c, p. 246), essa pausa denomina-se “pausa dramática”, por ter efeito no drama da linguagem, nestes termos: “[...] um encerramento que, afinal, não se efetua, e assim o acréscimo do segundo segmento ao primeiro tem efeito dramático”. Segue ainda pontuando: esse acréscimo do segundo segmento é diferenciado por marcar mais diretamente uma intenção do enunciador e o inesperado da sentença chama atenção para o próprio fato de haver sequência. (NEVES, 2018 c, p. 246). A pragmática, portanto, fornece os elementos de todo evento comunicativo, elementos explícitos ou pressupostos. Neste excerto, além do efeito dramático caracterizado pela interrupção seguido de sequência, o sentido contrajuntor está explícito no discurso – doença x saúde – e a construção *mas* assinala essa distinção.

Neves (2018 c) esclarece o valor dos elementos interfrásico e intrafrásico, nestes termos:

- a) o valor básico desses elementos (intrafrásicos e interfrásicos) é a co-ordenação de segmentos, isto é, a apresentação de um segmento como acréscimo a um anterior, sendo ambos os elementos de igual estatuto em sequência:
- b) o *e*, o *mas* e o *ou* interfrásicos são elementos capazes de garantir essa co-ordenação, já que corrigem o efeito de pausa final de frase que ocorre após o primeiro segmento e que, por si, o marcaria como segmento último (último elemento de uma série). (NEVES, 2018c, p. 248).

Essa autora observa ainda que o valor semântico básico de *mas* é a desigualdade “[...] cada um deles não só é **o externo ao outro** (co-ordenado), mas, ainda, **é, marcadamente, diferente do outro**”. (NEVES, 2018c, p. 248, destaques não originais).

Atuando na coesão entre cláusulas co-ordenadas, o *mas*, é, portanto, uma construção que assinala a diferença na relação entre elas, explicitando-a. São relações lógico-semânticas de contrajunção licenciadas pelo domínio da PA, podendo-se concluir que em usos mais prototípicos as orações co-ordenadas pela construção *mas* está a serviço tanto do domínio da PA, quanto no domínio da Contrajunção.

Segundo Neves (2018 d, p. 233), com base em Halliday e Hasan (1976), os elementos conjuntivos não são coesivos por si mesmos, mas indiretamente, em razão de seus significados pressuporem a presença de outros elementos no discurso.

(06) [...]. Inf. Ah::: eu fiquei desesperada... num dava conta de tirá... **já tinha abotoado o cinto dele... não dava conta de tirá o cinto dele... fiquei apavorada... mais apavorada mesmo... achei que nós dois ia morrê naquela hora assim... [...]. (FG/ F – 28 anos, Goiás –GO).**

Em (06), o emprego da construção *mas* extrapola os limites de nível contrajuntivo prototípico e assume efeito de sentido intensificador. Nesse contexto de uso, a construção *mas*, ao auxiliar o falante na produção desse efeito de sentido, não se contrapõe à informação do

segmento precedente, que seria uma quebra de expectativa explícita. A quebra de expectativa nesse nível discursivo não é cancelada em sua integralidade, haja vista que o sentido prototípico é recuperado nos implícitos do discurso, como na situação de tranquilidade/ normalidade x situação de desespero/anormalidade. Essa construção foi motivada pelo contexto discursivo - pragmático, em que a informante estabeleceu associações de conhecimentos e experiências prévios estocados em sua memória e realizou compartilhamentos entre os domínios conceptuais para dar conta do ato comunicativo. Por estabelecer elos de ligação com o domínio da PA (geral e abstrato), este permite ao falante adaptar a língua com vistas ao atendimento aos seus propósitos discursivos, dentro de sua instabilidade, com construções ligadas ao sentido contrajuntor em gradiência, por elos de herança.

(7) [...]. Inf. [...]... *eu era custoso mais num era custoso assim pra direto... professora vê não...* [...]. (FG /UFG M 38 anos).

Em (7), o falante recruta a construção *mas* em seu discurso para imprimir-lhe efeito de sentido suavizador. As expectativas, assim como em (6), não são totalmente canceladas e a construção *mas* atua no pressuposto antecipando os efeitos de sentido que emergem do jogo discursivo, haja vista que o falante ao enunciar, já conduz o ouvinte a fazer associações entre domínios conceptuais e abstrair, como no presente caso, tudo que pode ser considerado “menos custoso”. Nesse contexto discursivo, a construção *mas* orienta a direção da força argumentativa do que é enunciado na produção de efeitos de sentido suavizador do discurso. O sentido contrajuntor é extraído dos implícitos do discurso como: em ser quieto ou menos/pouco custoso x custoso ou muito custoso. Assim, a construção *mas* afasta-se em graus do seu sentido prototípico adversativo e assume no discurso efeitos de sentido não prototípicos.

Nos excertos de (4) a (7), a construção *mas* está a serviço dos domínios da Parataxe e da Contrajunção, ambos abstratos, em que as relações de contrajunção são distribuídas dentro de um *continnum* e envolve a relativização da integração sintática e (in) dependência semântica, as quais são integradas às funções discursivo-pragmáticas. O que vai ao encontro da proposta da estrutura construcional croftiana (2001), a qual atribui ênfase tanto ao contexto interno e estrutural, quanto ao contexto circunstancial.

Assim, atuando em diferentes níveis, o *mas* não é apenas um item linguístico que se presta a promover a coesão entre elementos linguísticos de igual estatuto numa relação semântica de contraste e/ou oposição, mas de uma construção mobilizadora complexa de vários domínios linguísticos, como o da Parataxe (PA) e o da Contrajunção.

4.1.1 Os domínios da Parataxe (PA) e da Contrajunção e a rede hierárquica da construção *mas*

Reportando aos apontamentos e análises da seção 4.1, como também, ao aporte teórico do capítulo 2, a dicotomia concebida pela gramática tradicional, Parataxe (Coordenação) *versus* Hipotaxe (Subordinação), mostrou-se insuficiente para dar conta de todas as possibilidades de codificação de sentenças que emergem no/do uso da língua, menos insuficiente ainda para refletir sobre os diferentes efeitos de sentido das codificações os quais são sempre em graus.

Estudos de base funcionalista, como os de Halliday (1985), Matthiesen e Thompson (1988) e Hopper e Traugott (1993), entre outros, num caráter de complementaridade, ampliaram ou redefiniram essa dicotomia tratando sob um *continuum* o processo de combinação de orações, de modo que as variadas combinações construídas durante o uso da língua, podem ser vistas em seus diferentes níveis/graus de vinculação entre as cláusulas por elas articulados, que vão de um mínimo ao máximo de vinculação. Nesse *continuum*, o domínio da Parataxe (PA), geral e abstrato em que as relações sintático-semânticas são relativizadas, possibilita a construção de várias combinações de orações e a complexa atuação da construção *mas* é, sobretudo possível, por pertencer a esse domínio.

Nessa esteira, o enunciador, ao recrutar a construção *mas* em usos discursivos toma como ponto de partida o conhecimento de seu sentido prototípico, e, a partir deste conhecimento, novas construções emergem e assumem novos sentidos e efeitos de sentido, haja vista serem fortemente motivadas pela pragmática. O que demonstra que a língua é formada em rede de construções. No discurso, o domínio da PA (de maior abstração e esquemático) licencia novos usos com a construção *mas* articulando relações lógico-semânticas no domínio da Contrajunção.

Isso acontece porque a língua é um sistema construcional e, na rede construcional de *mas*, o sentido contrajuntivo/opositor (prototípico), é a base da qual descende os usos discursivos por uma extensão semântica, em maior ou menor grau, por elos de herança. Segundo Goldberg (1995), são redes que se organizam radialmente, como famílias de construções, em torno de uma construção central básica, da qual a herança se irradia.

No *corpus* de análise desta pesquisa, FG/UFG, foram encontrados um total de 2.246 (dois mil e duzentos e quarenta e seis) usos da construção *mas*. Dentre estes, 273 (duzentos e setenta e três) usos apresentaram-se mais prototípicos com relações lógico-semânticas contrajuntivas perceptíveis nos explícitos discursos e 1.973 (um mil e novecentos e setenta e três) usos, dentro de um *continuum* de relações lógico-semânticas discursivas (não

contrajuntivas nos explícitos discursivos). Em usos discursivos, foram encontrados 22 (vinte e dois) usos da construção *mas* de efeitos de sentido intensificador e 176 (cento e setenta e seis), de efeitos de sentido suavizador, recortes de análise desta pesquisa.

Conforme abordado em 1.3.1 acerca dos processos cognitivos de domínio geral, a categorização e a prototipicidade são processos que envolvem a capacidade de associação e memória. Segundo Oliveira (2017), a categorização é prototípica e baseia-se num conjunto de traços que podem estar mais ou menos presentes nos membros da categoria. Considerando que categorizar é fazer agrupamentos significativos relacionados à similaridade ou à identidade entre membros de uma classe, e, protótipo, corresponde a um conjunto de traços que podem estar mais ou menos presentes nos membros da categoria (quanto mais traços da categoria mais prototípico e menos traços menos prototípico), a construção *mas*, na atuação em nível discursivo, o sentido contrajuntor perde a força sintático-semântica prototípica e opera no discurso efeitos de sentido não prototípicos, afastando-a, em gradiência do sentido prototípico. Nas palavras de Barros (2016, p. 46), “[...] na constituição linguística nada é absoluto, os fenômenos da língua se mostram em graus, em *continuum*, o que faz com que o limite entre uma e outra categoria seja tênue”.

Seguem alguns excertos demonstrando o *cline* de combinação de cláusulas proposto por Hopper e Traugott (2003), como em:

(8) Inf.: [...] Então ele *foi preso, mas depois foi solto*, foi pra Portugal. [...]. FG/UFMG – M idade não informada.

(9) Inf.: [...] eu lembro que *eu comi ... mais a comida não descia* ...[...]. FG/UFMG – F 36 anos.

Nestes enunciados, (8) e (9), a construção *mas* opera no discurso sentido prototípico. O valor contrajuntivo é corroborado nas negações explícitas, sendo expressas pelas palavras lexicais “preso” x “solto”, em (8), e pelo advérbio “não”, em (9). Em ambos os enunciados a construção *mas* funciona como um bloqueador da oposição do segundo segmento ao primeiro e marca a oposição e/ou quebra de expectativa do que foi dito no primeiro segmento.

Outros efeitos de sentido produzidos pela construção *mas* podem ser encontrados em: (10, a, b, c), (11) e (12):

(10 a) Doc.: [...] que o senhor achô que ia morrer ... *mais de repente* ::...tudo deu certo...[...]. FG/UFMG – M 72 anos.

(10 b) a casa da mãe dela né? menino do céu... *mais que susto*... e... eu tinha ... [...]. FG/UFMG – F 28 anos

(10 c) Inf.: [...] e vez em quando ó surrava nós no cor ... *mais valeu* ...nossa quando minha mãe me bate... [...] FG/UFMG – F 70 anos.

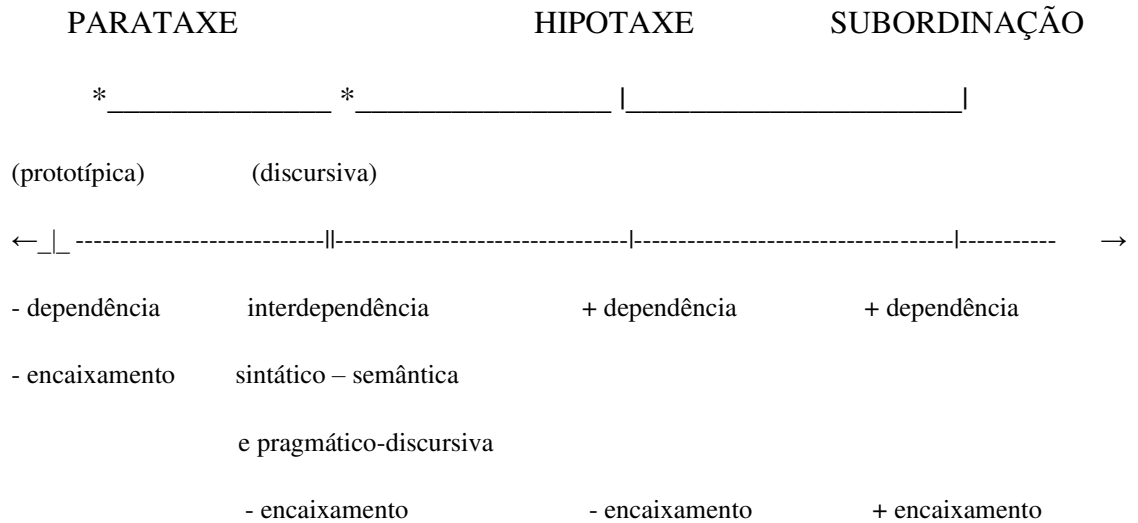
Nestes excertos, (10 a, b, c), a construção *mas* imprime ao discurso efeitos de suspense, de pausa, e, ao mesmo tempo, assegura o turno discursivo do falante. Nesse jogo discursivo, pode-se sugerir que a força argumentativa da construção *mas* reside no efeito de suspense em que a própria sequência discursiva em poder do falante quebra a expectativa de uma possível troca de turno discursivo. Nesse ponto de vista, o sentido contrajuntor pode ser recuperado, tanto pelo fato da manutenção da sequência discursiva em poder do próprio falante em face da pausa e/ou suspense orientados pela construção *mas*, quanto pelos implícitos do discurso. Essa inferência ora sugestionada toma como parâmetro “os efeitos de pausa dramática” ponderados por Neves (2018 c) ao tratar das orações interfrásicas, em que a oração que antecede o *mas* é marcada pelo ponto final e a sequência discursiva quebra a expectativa assinalada pelo ponto final. O *mas*, como uma construção que já traz em si carga pressuposta, antecipa os efeitos de sentido dos jogos discursivos. Não há quebra de expectativas explícitas do segundo segmento em relação ao que é enunciado no primeiro.

(11) Inf.: [...] choro... só chorando agora hoje *eu choro mais é bem mais pôco* graças a Deus ...[...]. FG/UFG –F 33 anos.

(12) Inf.: [...] a gente corria ... *era bõo demais. Mas na fazenda era bõo* pra gente . [...] . FG/UFG –F 43 anos.

Em (11) e (12), a construção *mas* atua no discurso orientando a direção da força argumentativa do falante sem negar, explicitamente, o que é enunciado no primeiro segmento. Nestes contextos de uso, a construção *mas* articula as relações lógico-semânticas do que é enunciado. Em (11), produz no discurso efeito de sentido suavizador e em (12) efeito de sentido intensificador. Em ambos os enunciados, a construção *mas* extrapola a organização sintática para posicionar-se como articuladora de alto valor semântico-discursivo.

Nos excertos de (10 a, b, c ao 12), tomando-se como parâmetro o esquema de *continuum* proposto por Hopper e Traugott (1993), as relações entre os enunciados discursivos articulados pela construção *mas* em níveis interoracional (sentido prototípico) e discursivo (efeitos de sentido discursivos) podem ser representadas num *continuum* de interdependência sintático-semântica e pragmático-discursiva. Nesse sentido, considerando o *continuum* de Hopper e Traugott (2003), essas construções discursivas podem ser representadas da seguinte forma:



No *cline* de dependência e encaixamento (integração) estabelecido por Hopper e Traugott (2003), a construção *mas* de sentido contrajuntivo prototípico possui baixa dependência semântica e baixa integração sintática (encaixamento), ao passo que, em usos discursivos há uma interdependência sintático-semântica e pragmático-discursiva. Nestes usos discursivos co-ocorrem recursos de ideias, conhecimentos linguísticos e não linguísticos e operam em contextos mais abstratos situando-os num *cline* de interdependência sintático-semântica aliados à pragmática e à situação discursiva. Há uma relativização das propriedades sintático-semânticas posto que se diluem com a pragmática dentro de um contexto discursivo específico.

Observa-se pelos quantitativos de usos apresentados que a construção *mas* no *corpus* eleito é muito utilizada pelos falantes, com maior frequência em efeitos de sentido não prototípicos, o que leva a ratificar que se trata de uma construção bastante produtiva. Bybee (2010), ao tratar da produtividade, faz a distinção em “frequência do tipo” ou *type* (o número de expressões diferentes que um determinado padrão possui) de “frequência do símbolo” ou *token* (o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto).

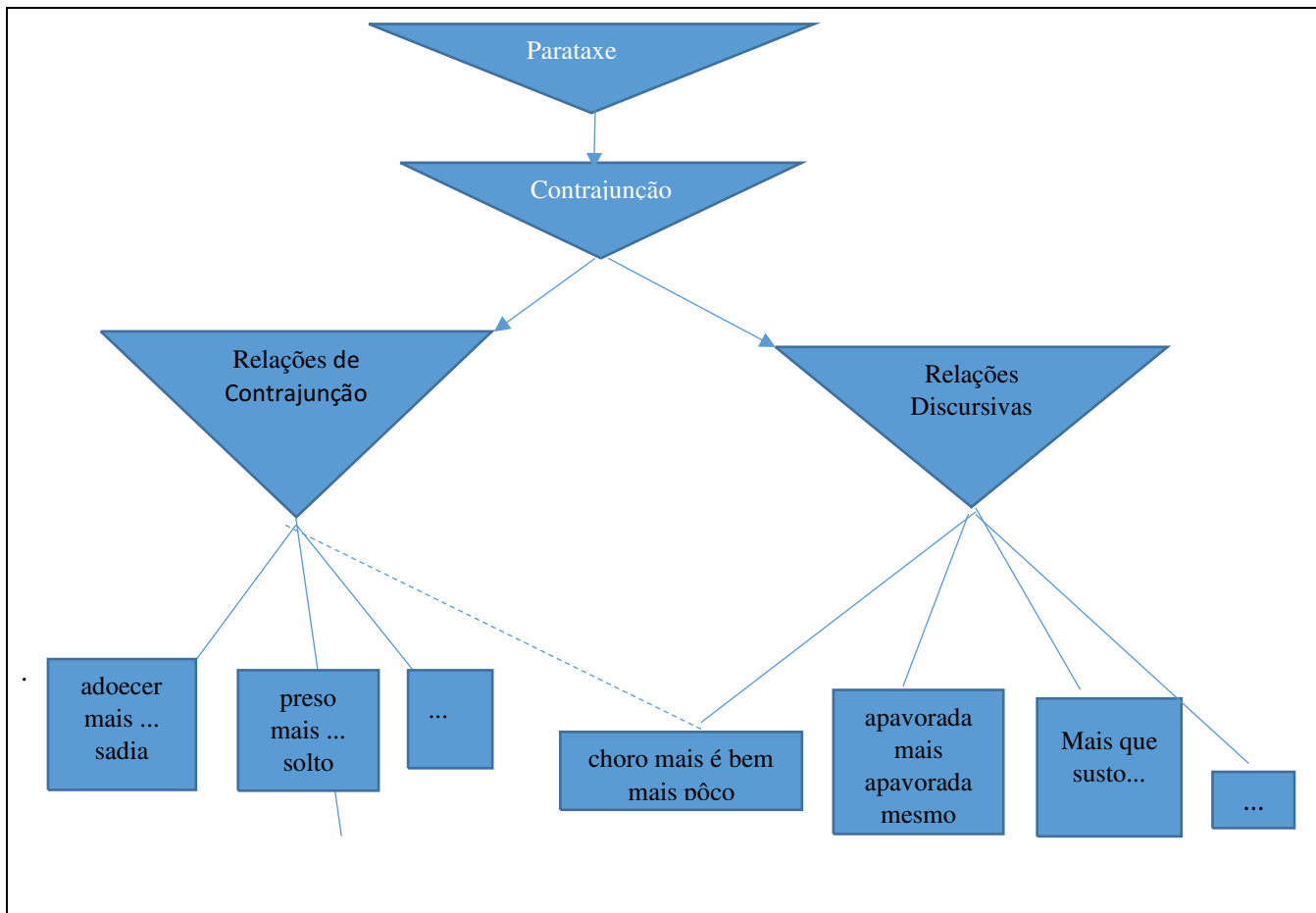
A atuação da construção *mas*, portanto, multifuncional, não se limita às relações de contrajunção no nível da cláusula, mas alarga sua atuação para níveis maiores, discursivos. Essa trajetória, de sair de um nível menor para outro nível de maior abstração, encontra na pragmática a motivação de processos que cumprem diverso papel semântico – funcional. É no domínio da Contrajunção, que operam as relações lógico-semânticas de contrajunção como instanciação de uma das relações licenciadas pelo domínio da PA. Logo, é o domínio da PA que licencia as várias relações contrajuntivas estabelecidas num *continuum* que vai desde sentido contrajuntivo prototípico aos discursivos. Trata-se de uma construção, e como tal é concebida, atua em rede de construções, e, dentro dessa rede, as novas construções que

emergem dos jogos discursivos são instanciadas a partir de domínios hierarquicamente - abstratos, que no caso da construção *mas* são os domínios da PA e da Contração.

Domínio na perspectiva da GC são esquemas gerais e abstratos de onde se instanciam novas construções, são sempre parcialmente esquemáticos e possuem uma categoria que reúne a maioria das características que o representa. A PA, concebida como um domínio abstrato e esquemático, caracterizado nos termos de Hopper e Traugott (2003) pelo *continuum* da relativa ausência de dependência e encaixamento ou interdependência sintático-semântica e de motivações pragmáticas, representa o macrodomínio de onde são instanciadas as novas construções dentro das relações de contração estabelecidas no domínio da Contração (também abstrato) operando tanto sentido prototípico contrajuntor no nível interoracional e outros efeitos de sentido no nível discursivo.

Assim, ancorando no pressuposto de que a língua é uma rede de construções que se organiza em redes conceituais e hierárquicas (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), a construção *mas* pode ser representada da seguinte forma:

Figura 12: Rede de *mas*, segundo rede conceitual de Traugott e Trousdale (2013).



Fonte da autora com base em Traugott e Trousdale (2013).

Nessa Figura (12), é apresentado o Domínio da Parataxe com alto grau de esquematicidade e abstração, de onde podem ser instanciadas várias outras construções menos esquemáticas e mais específicas como construções do tipo: “*adoecer mais... sadia*”; “*preso mais ... solto*”; “*choro mais é bem mais pôco*”; “*apavorada... mais apavorada mesmo*”; “*mas que susto...*”. Nessas relações lógico-semânticas operadas no domínio da contrajunção, observa-se que o falante, com base no conhecimento prévio que possui do sentido prototípico da construção *mas*, realiza associações mentais e projeção entre domínios conceituais para elaboração de novas construções de efeitos de sentido distintos que se afastam em graus do sentido prototípico contrajuntor. Nos termos de Goldberg (2006), a criatividade de um usuário se dá em função do seu conhecimento sobre esquemas abstratos, a partir dos quais novas instanciações são moldadas no uso linguístico e essas novas instanciações e respectivos efeitos de sentido produzidos no momento do uso resultam de extensões semânticas do sentido prototípico, por elos de herança. Nesse contexto está a construção *mas* discursiva, em que as expectativas do primeiro segmento discursivo não foram totalmente canceladas e a construção *mas* orienta a direção da força argumentativa do que é enunciado produzindo efeitos de sentido não prototípicos, uma vez que é guiada pelo contexto pragmático. Na figura acima, a linha tracejada demonstra claramente que construções discursivas guardam traços do sentido contrajuntor em gradiência.

4.2 A produtividade de *mas* em níveis e sentidos distintos

Para Traugott e Trousdale (2013), conforme já mencionado no capítulo 1, existem dois tipos de mudança que envolvem as construções: mudança construcional e construcionalização. Aquela quando subcomponentes de uma construção são afetados, ou seja, mudanças apenas na forma ou apenas no sentido e não operam a construcionalização; e, esta, quando há mudança, em que novas combinações de signos são criadas a partir de pequenos passos de neónálises de forma e função. Para o entendimento do processo de mudança três propriedades são apresentadas pelos autores como: esquematicidade, composicionalidade e produtividade, as quais se caracterizam pelo *continuum*, podendo-se admitir construções mais ou menos esquemáticas, mais ou menos composicionais e mais ou menos produtivas.

As discussões trazidas pelo capítulo 1, subseções 1.2.3.1 à 1.2.3.3, tratam das propriedades de uma construção: esquematicidade, composicionalidade e produtividade, as quais se definem por si mesmas pela gradiência.

A esquematicidade diz respeito às abstrações e generalizações e a gradiência refere-se aos níveis de suas extensibilidades e ao ponto em que são restringidas (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013 e LANGACKER, 2009). Assim, quanto mais alta for a esquematicidade, maior é a possibilidade de instanciar subesquemas; destes as microconstruções e, sucessivamente, construtos.

A composicionalidade refere-se ao grau de transparência da relação entre forma e sentido da construção. Uma construção é mais composicional quando o significado das partes é recuperado no significado do todo e menos composicional quando não é possível esse processo de recuperação das partes pelo todo.

A produtividade, na perspectiva de Traugott e Trousdale (2013), refere-se à gradiência de uma construção e pertence a esquemas parciais no que tange às suas “extensibilidades”, ao ponto em que sancionam outras construções menos esquemáticas (subesquemas ou microconstruções), e quanto ao ponto em que são restringidas, ou seja, quanto ao grau em que os esquemas são limitados. Na perspectiva de Bybee (2010) a produtividade diz respeito à “frequência do tipo” ou *type* (o número de expressões diferentes que um determinado padrão possui) de “frequência do símbolo” ou *token* (o número de vezes que a mesma unidade ocorre no texto). E na perspectiva de Himmelmann (2004, apud TRAUGOTT E TROUSDALE, 2013), produtividade relaciona ao fenômeno da expansão da classe hospedeira.

A construção *mas* pertencendo aos domínios discursivos da Parataxe e da Contrajunção, atua nos níveis sintáticos (interoracional) e também em níveis maiores, discursivos. Na relação sintagmática, conforme Neves (2018a), o *mas* marca a desigualdade entre os elementos coordenados. No nível discursivo, assume diversos efeitos de sentido que se afastam em graus do sentido prototípico e a construção *mas* não assinala a desigualdade explicitamente. O sentido contrajuntor é inferido dos implícitos discursivos, haja vista que a quebra de expectativas contrajuntivas não são totalmente canceladas. Sendo, pois, uma construção caracterizada pela multifuncionalidade possibilita sua expansão da gramática para o discurso. É o que procuraremos demonstrar, por meio de análises de excertos do FG/UFG, na subseção seguinte.

(4.2.1)

4.2.1 A funcionalidade de *mas* nos diferentes níveis da língua

No nível interoracional, a construção *mas*, posicionada no início do segundo par do segmento, coincide com início de unidades maiores e assim, segundo Lima e Casseb-Galvão (no prelo), extrapola a organização puramente sintática, sendo articuladores de alto valor semântico-discursivo.

No nível discursivo, percebe-se que a informação sequente possui o mesmo sentido da antecedente e o sentido contrajuntor da construção *mas* não necessita ser declarado nos explícitos da interação verbal. Assim, ao invés de refutar a informação que é veiculada no segmento que a antecede com explícita quebra de expectativa, atua na orientação do discurso, na produção de vários efeitos de sentido não claramente contrajuntivos.

Para Bybee (2010), instâncias de uso impactam a representação cognitiva. O conhecimento linguístico possui inúmeras expressões cristalizadas e sequências pré-fabricadas, enfim, fragmentos de uso linguístico concreto, automatizados pelo falante e fixados por obra da repetição. Nesse sentido, a proximidade entre o uso e o conhecimento é uma das perspectivas mais produtivas da Gramática de Construção Baseada no Uso. Langacker (1988, 2008) quanto ao processo de esquematização e Suttle e Goldberg (2011) quanto à indução, afirmam ser inegável que, quando o falante atua cognitivamente, por meio do processo de esquematização ou indução, resulta na construção de padrões abstratos, o que vem ao encontro da noção de que a representação mental de uma instância de uso será sempre mais abstrata do que a própria instância. Como já assinalado nesta pesquisa, com base em Neves (2018c), a avaliação do grau de interdependência de orações complexas tem de completar-se com as funções discursivas de modo que não se resolve totalmente no nível interno à frase.

Considerando, pois, a multifuncionalidade da construção *mas* em diferentes níveis de atuação, dois critérios de análise são apresentados, com vistas a demonstrar os diversos efeitos de sentido que essa construção opera no discurso goiano, nos limites dos dados do *corpus* FG/UFG, desde os sentidos prototípicos aos efeitos de sentido discursivos. Dentre os diversos efeitos de sentido, a análise recai em usos em que a construção *mas* auxilia na produção de efeitos de sentido intensificador e suavizador. Os critérios de análise se desdobram em: Construção *mas* em nível interoracional e usos inovadores: suavizador e intensificador.

4.2.1.1 A construção *mas* em nível interoracional

Com vistas a fazer um contraponto às análises da construção *mas* em níveis maiores, textual-discursivos, esta subseção também corrobora os apontamentos e análises da construção *mas* em nível interoracional já empreendidos neste capítulo, na seção 4.1 e subseção 4.1.1.

Justifica-se a escolha do nível interoracional como ponto de partida para análise da construção *mas*, sobretudo, pelo fato de essa construção ser a representante prototípica do domínio da Parataxe, e, por conseqüência lógica, do domínio da Contrajunção, posicionando-se assim, como elo central de onde se irradiam os demais usos em famílias de construções. No domínio da Contrajunção há o envolver de diversas relações lógico-semânticas contrajuntivas e a construção *mas* no nível sintático é vista e analisada apenas na frequência *type* (o número de expressões diferentes que um determinado padrão possui).

Conforme abordado na seção 4.2 a produtividade, na perspectiva de Trugott e Trousdale (2013), é um parâmetro gradiente e está relacionada à ampliação ou à restrição dos (sub) esquemas de uma construção, considerando que as microconstruções em geral são associadas a *types* de uma construção mais abstrata. Esses autores (*op. cit.*), consideram relevantes a produtividade tanto sob o ponto de vista de Bybee (2010), no que diz respeito à frequência *type*, quanto sob a perspectiva de Himmelmann (2004), ao relacioná-la ao fenômeno da classe hospedeira e concluem que ambos posicionamentos correlacionam-se ao conceito de produtividade, uma vez que se referem ao gradativo aumento de categorias que se agregam à rede de uma dada construção matriz, sendo configuradas novas relações semânticas e sintáticas não previstas na relação prototípica forma-função dessa construção.

Considerando que toda estrutura linguística é uma construção, em usos mais prototípicos o pareamento forma - função caracterizador da construção *mas* denota que o sentido de base gramatical morfossintático e fonológico é mediado pela semântica, segundo motivações pragmático-discursivas, de modo que em toda análise faz-se imprescindível a combinação do pareamento forma - sentido. Noutra perspectiva, análises puramente sintáticas, como proposto pela GT e mesmo pelo funcionalismo clássico, de perspectiva mais redutora, se limitam a descrever a atuação de uma construção apenas no nível interoracional, metodologia que não alcança as múltiplas atuações e efeitos de sentido diversos produzidos em níveis maiores. Deve-se, pois, incorporar às análises em seus diferentes níveis, a dimensão contextual e o pareamento forma-função numa visão holística.

Pezatti e Longhin (2016, p. 53), em estudos sobre o *mas*, afirmam que “a coordenação adversativa estabelece entre duas unidades sintaticamente autônomas e pragmaticamente

interdependentes uma relação de contraste, que é particularizada de várias maneiras, segundo condições contextuais”. Verifica-se essa relação de independência no nível da cláusula e interdependência pragmática e também semântica em usos mais prototípicos, em que a construção *mas* atua na ligação binária entre palavras, sintagmas, sentenças autônomas entre si, mas semanticamente promove uma quebra de expectativa acerca da informação proferida no segmento que a antecede, conforme se verifica nos excertos de (13 à 15):

(13) Inf.: [...] falei: **cês me mata aqui agora...! mais num põe a mão nela não...**[...]. (FG/UFG – F 65 anos).

Em (13), o enunciado é prototipicamente adversativo, em que o significado contrajuntor da construção *mas* pressupõe a presença de outros elementos no discurso e assinala a relação lógica de contrajunção, de quebra de expectativa entre: matar x não matar ou não molestar. A força pressuposta de *mas* ao introduzir o segundo par do enunciado é complementada pelo advérbio de negação “não”. Há, portanto, uma relação de sentido contrajuntivo do que é veiculado e os enunciados são independentes.

(14) Inf. [...] eu tenho que pegá ônibus... ficar DUAS horas da minha casa pra vir pru campus... **então é essa parte que eu NÃO gosto em Goiânia... mas eu gosto daqui muito...** eu falo muito bem... e aconselho todo mundo a vir visitar... sô apaixonada pela cidade...[...]. (FG/UFG – F 20 anos).

Em (14), a construção *mas* assinala a relação lógico-semântica de contrajução. No próprio contexto discursivo há marcas explícitas que orientam para o sentido contrajuntivo/ opositor como o advérbio de negação “não” presente no primeiro segmento discursivo predicando o verbo *gostar*, além de semanticamente já reportar a fatos negativos que integram a pragmática dos interlocutores. Neste excerto, há quebra de expectativas porque mesmo diante de situações e fatos negativos descritos pela informante, os quais conduzem o ouvinte a concluir pelo desgosto da cidade, o segundo segmento possui conclusão contrária à conclusão expectada, ou seja, levando à conclusão “não *r*”: à de que mesmo diante de fatos negativos, a informante continua gostando de Goiânia. Reporta-se aqui ao princípio da semântica argumentativa de Ducrot (1978, 1980), o qual considera o *mas* um operador argumentativo que tem por função indicar a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam. Há, portanto, quebra de expectativa introduzida pela construção *mas* ligada a informações dadas ou velhas do próprio enunciado.

Observa-se ainda neste excerto que, a presença do advérbio de intensidade *muito* corrobora também a força argumentativa da construção *mas* assinalando um efeito de sentido

intensificador, em menor grau. Nessa complexa atuação, marcada pela contrajunção e por nuance de sentido intensificador, ambos nos explícitos do enunciado, mostra, claramente, que seria “ilusório” em análise de língua em uso delimitar categorias linguísticas, haja vista que as relações lógico-semânticas se formam num *continuum* de relações morfossintática, fonológica e discursivo-pragmáticas. Nesse uso específico, a força contrajuntiva da construção *mas* em conjunto com os demais elementos presentes no discurso, o coloca numa gradiência mais prototípica.

(15) Inf.: [...] religião... vai firmano mais religião que uns **fala que é católico mais num é católico nada né? fala que é católico mais só pra falá que é católico mais num frequenta a igreja...** num frequenta nada [...]. (FG/UFG – M 38 anos).

Em (15), todo o contexto discursivo é marcado por enunciados complexos ligados pela construção *mas* e cujas relações entre as cláusulas por ela articuladas são relações lógico-semânticas típicas contrajuntivas e corroboradas pelo advérbio de negação “não”. A presença de elementos lexicais em oposição como: católico x não católico; falar x fazer; frequentar x não frequentar corroboram o sentido contrajuntor.

Nestes excertos, de (13 à 15), a construção *mas* atua na coesão de enunciados numa relação de independência sintática e interdependência semântico-pragmática. Portanto, numa relação paratática ou de co-ordenação prototípica, sem sobreposições. Considerando o *cline* proposto por Hopper e Traugott (2003), um macroesquema de articulação de orações com coordenação prototípica pode ser definido como:

[(+) independência semântica e (–) integração(encaixamento) sintática].

Em termos gerais, destacam-se nas análises que:

No nível sintático, geralmente, apresentam a mesma configuração modo-temporal. Nestes excertos, todos os verbos estão no modo indicativo e tempo presente. Em (14), verifica-se apagamento de estruturas sintáticas paralelas, no caso do objeto direto representado pelo substantivo Goiânia, como também, de sua substituição por outro termo equivalente que possui o mesmo estatuto sintático, no caso pelo objeto indireto “cidade” (substantivo).

Em relação à ordenação dos elementos enunciados observa-se a motivação icônica dos elementos coordenados reproduzindo estruturalmente a sequência temporal dos eventos. (GIVÓN, 1990).

Semanticamente, a relação de contrajunção resulta de uma quebra de expectativa representada pela contrariedade da informação ou da não realização do que foi informado no primeiro segmento, sendo essa relação marcada pela construção *mas*.

No domínio epistêmico, a relação de contrajunção é explicada como resultado de um cancelamento de expectativas.

Atuando na coesão entre cláusulas co-ordenadas, o *mas*, é, portanto, uma construção que marca a diferença na relação entre elas, explicitando-a. Nessa atuação interoracional está a serviço do domínio da PA, haja vista a relativa ausência de dependência e encaixamento (integração).

4.2.1.2 Usos inovadores: intensificador e suavizador

A proposta de rede construcional hierárquica de Traugott e Trousdale (2013) representa como as construções atuam em rede numa ordem descendente, a partir de um nível de maior abstração e esquemático, perpassando por níveis menos esquemáticos até chegar aos mais concretos. Essa trajetória, demonstra, sobretudo, que as generalizações ou esquemas se estabelecem num *continuum*, na direção do mais abstrato ao mais concreto.

É, igualmente nessa perspectiva de abstrações e hierarquia que as características da forma e do sentido são herdadas, por descendência, dos níveis mais altos e esquemáticos aos mais concretos, conforme pondera Goldberg (1995).

Dentro da rede, a construção *mas*, de complexa atuação, permeia diversos níveis e domínios linguísticos, e novas construções emergem assumindo novos usos e decorrentes efeitos de sentido como construções integradas de forma e modos de significação semântico-pragmática. O que significa, com base em Goldberg (*op. cit.*), que as novas construções de diversos efeitos de sentido não prototípicos herdam traços da construção prototípica. Assim, não obstante produzirem nos explícitos do discurso outros efeitos de sentidos, carregam, por elos de herança, traços do sentido de base opositor/contrajuntor (prototípico). Pode-se dizer ainda, com fundamento nessa mesma autora, tratar-se de herança por polissemia em que uma construção é uma extensão semântica da construção-mãe. Nesse caso, enquanto a sintaxe se mantém, a semântica se altera.

A rede conceitual proposta por Traugott e Trousdale (2013), na qual é apresentada o item industrializado com alto grau de esquematicidade e abstração, de onde podem ser instanciadas várias outras construções menos esquemáticas e mais específicas como cadeira,

mesa, cinzeiro, piano e viola [...], é tomada como base para explicar como a construção *mas* comporta no uso e porque assume variados efeitos de sentido não prototípicos. Considerando que a construção *mas* descende do domínio da Parataxe, amplo, abstrato e altamente esquemático (macroesquema), possibilita que novas instanciações menos abstratas sejam construídas conforme relações lógico-semânticas de junção, disjunção, contrajunção, explicação e conclusão, sendo, particularmente, as duas últimas relações (explicação e conclusão) consideradas por Lima e Casseb-Galvão (no prelo) quase hipotáticas. Tratando-se da construção *mas*, as instanciações menos abstratas operam no domínio da contrajunção e envolve relações de contrajunção, com construções instanciadas por meio de subesquemas de vários tipos (no nível do *type*, nos termos de Bybee (2010)). E deste domínio de contrajunção (ou subesquema parcialmente abstrato) que são instanciadas as construções menos esquemáticas ou mais específicas como: *mas tão especial, mas mesmo assim, mas valeu, mas que susto, mas é bem mais pouco, mas não [...]*. Conjugam nestas construções fatores linguísticos e não linguísticos dentro de uma visão holística, de forma que o olhar do linguista se volte também para todo o entorno construcional, haja vista que os processos de mudança não ocorrem de modo isolado, mas sim em todo o entorno linguístico.

No caso da construção *mas*, em determinadas construções discursivas, aspectos ligados ao sentido sofrem alterações produzindo efeitos de sentido diversos do sentido prototípico e, assim, este sentido de base perde a sua transparência, sobretudo, por motivações pragmáticas. Pode-se dizer, portanto, que o sentido adversativo é recuperado nos implícitos do discurso, pragmaticamente.

Enfim, os diversos usos discursivos encontrados mostraram que a construção *mas* passa por um processo de mudança em decorrência de seu afastamento gradual de seu sentido contrajuntor prototípico. O *locus* da mudança é o discurso, os usos.

Considerando que cada construção emergente do uso pode configurar uma mudança construcional (quando algum componente da forma ou do sentido sofre alteração) ou uma construcionalização (quando componentes tanto da forma quanto do sentido sofrem alterações), como afirmado por Traugott e Trousdale (2013), a construção *mas* no *corpus* FG/UFG está em processo de mudança construcional, haja vista que seu sentido de base prototípico está sendo alterado no uso ao assumir efeitos de sentidos diversos, dentre os quais, como recorte deste pesquisa, efeitos de sentido suavizador e intensificador. Assim, importa dizer que a gramática, assim como a língua é uma regularidade dinâmica e fluida e, neste sentido, está em constante processo de mudança.

4.2.1.2.1 – Usos de efeitos de sentido Intensificador e Suavizador

Conforme abordado no capítulo 1 desta pesquisa, na relação entre gramática e cognição, a gramática é entendida como um conjunto de regularidades sobre como organizar os enunciados e se estrutura a partir da capacidade humana de perceber e conceptualizar o mundo. A língua é concebida da mesma maneira que o mundo é percebido e organizado na mente humana. Na língua, isso se reflete na forma integrada como os níveis de análise linguística são considerados: a sintaxe, a semântica e a pragmática são interrelacionadas e interdependentes.

A funcionalidade da construção *mas* a predispôs a atuar no discurso, em contextos de maior abstração, de forma que, neste nível, assume diversos efeitos de sentido não prototípicos fortemente orientados pela pragmática. Não obstante os variados efeitos de sentido que a construção *mas* possa apresentar em usos discursivos, o recorte descritivo-analítico objetivado nesta pesquisa está adstrito aos efeitos de sentido intensificador e suavizador. Essa construção auxilia o falante e o ouvinte na organização da interação verbal, ou, noutros termos, orienta a direção da força argumentativa do que é enunciado. Nesse sentido, a construção *mas* envolve o exercício de um contexto cognitivo maior via pressuposições que, ao contrário de usos prototípicos, as expectativas não são integralmente canceladas. A pragmática é a moldura determinante nessas construções, porquanto está estritamente ligada à intencionalidade do falante e às condicionantes do contexto discursivo. Para Neves (2018c), a pragmática é um componente integrado à gramática e não um simples acréscimo à sintaxe e à semântica dos enunciados. Ao elaborar um enunciado, o locutor direciona o discurso para determinadas conclusões, e assim intenciona, com o auxílio da construção *mas*. Segundo Castilho (2019), a multifuncionalidade da construção *mas* possibilita a expansão da gramática do plano da sentença para o plano do discurso. É no envolver discursivo, em um contexto heterogêneo, que a construção *mas*, motivada pelos contextos linguísticos e extralinguísticos, assume funcionalmente, para além do nível da cláusula ou sentença, a conexão de relações dentro do espaço discursivo. Nesse escopo discursivo assume diversos efeitos de sentido que se afastam, em graus, do sentido prototípico de contrajunção/oposição, de quebra de expectativa explícita entre uma proposição e outra, caracterizando-se num *continuum*: [(+) Discursivos e (-) Prototípicos].

Nos excertos de (16 à 23), a construção *mas* atua na articulação de enunciados, em nível discursivo, numa relação de interdependência sintático-semântica e com fortes motivações pragmáticas. É uma construção que descende de um domínio geral e abstrato, da PA, onde a formação de enunciados complexos são construídos de forma mais livre, dentro de um

continuum de relações lógico-semânticas entre as cláusulas co-ordenadas, sem sobreposições – [Or 1+ Or 2]. Nessas relações, a construção *mas* auxilia o falante em sua intencionalidade discursiva, como também atua no pressuposto, porquanto antecipa ou supõe antecipadamente informações que são de conhecimento de domínio comum ou da situação comunicativa específica, ou, noutras palavras, antecipa os sentidos e efeitos de sentido que emergem das relações lógico-semânticas do discurso.

Quanto à configuração sintática, os verbos apresentam-se pelo mesmo modo-temporal: indicativo-presente. E por acompanhar as vicissitudes do discurso, a construção *mas* pode assumir outras posições além da posição binária, mesmo porque é uma construção que já traz em si uma carga pressuposta, e, assim, dá conta de atender às proposições discursivas.

Semanticamente, o cancelamento de expectativas se dá de forma gradiente, não se opera totalmente, e o sentido contrajuntor é inferido do implícito. Neste sentido, pode-se dizer que a construção *mas* produz discursivamente efeitos de sentido diversos do sentido de base (contrajuntor). É por meio do conhecimento da forma abstrata prototípica que o falante constrói ou codifica sua intencionalidade em novos usos de diversos efeitos de sentido, como extensões semânticas polissêmicas herdadas da construção mãe, conforme Goldberg (1995) e na rede hierárquica de Traugott e Trousdale (2013).

Neste sentido, em usos como:

(16) [...]. Doc. ((risos)) o dia né? do nascimento? Inf. O dia? **Ah:: foi assim... um dia tão especial na minha vida... mais tão especial... qu/eu té:: esqueci qu/eu num tinha condição de criá:: e:::la... qu/eu ((risos))** Doc. O fato dela vivê... foi bem maior que...[...]. (FG/UFG –M- 48 anos, Goiás-GO).

Em (16), a construção *mas* assume função distinta da prototípica porque a relação contrajuntiva estabelecida não é perceptível na sintaxe de superfície, mas é subtraída do contexto pragmático, do implícito. Ao ser utilizada pelo falante (informante) atua como um reforço discursivo, com vistas a dar ênfase à informação direcionada ao ouvinte. Nesse nível de maior abstração (discursivo), a construção *mas* não é apenas uma conjunção que assinala a força contrajuntiva expressa pela relação lógico-semântica entre os enunciados, mas, sobretudo, auxilia na construção dos efeitos de sentido, ou seja, uma construção que orienta a força argumentativa ou o propósito argumentativo do que é enunciado. Neves (2018c) inspirada em Givón (2007) afirma que:

O ‘contexto discursivo’ é apenas um passo para algo mais profundo, que é o ‘propósito comunicativo’, já que os modelos mentais, construídos rapidamente e inconscientemente pelo falante durante o tempo real da comunicação, pertencem aos presumidos estados de crença e de propósito de ouvinte, naquele contexto de discurso específico. Trata-se, pois, da necessária implicação da representação do sistema conceptual na representação linguística. (NEVES, 2018c, p. 41, aspas originais).

Nesse uso, o falante reconhece o padrão abstrato prototípico dessa construção, representado no domínio da Contrajunção pelo subesquema contrajuntor [Or 1 *mas* Or 2]. Aqui a representação das abstrações mentais são tão abstratas quanto a própria construção mental e a construção *mas* auxilia o falante em sua intencionalidade, podendo, inclusive, assumir outras posições no discurso e sua mobilidade fica condicionada ao contexto pragmático-circunstancial. É neste sentido que se pode dizer que a construção *mas* atua no pressuposto, uma vez que dá conta das vicissitudes emergentes do uso.

Na rede de construções, o sentido contrajuntor é abstraído dos implícitos discursivos e cada novo sentido ou efeito de sentido do novo uso é resultado de ligações ou elos que se estabelecem dentro da rede. A contração, neste contexto específico partiu de experiências armazenadas na memória dos atores da interação verbal e que se referem à normalidade de dias comuns e as confrontam com dias especiais, que são incomuns. Há um contraponto entre especial/incomum x normal/comum e a construção *mas* está presente orientando a intensidade desse dia. São, pois, redes de significações motivadas pragmaticamente em que novas construções emergem durante o uso linguístico e que, de algum modo, carregam traços do sentido de base contrajuntivo/opositor prototípico. O que sugere, com base em Goldberg (1995), tratar-se de herança por polissemia, em que novas construções discursivas são consideradas extensões semânticas da construção-mãe (prototípica), no sentido de que traços contrajuntivos/opositor são perceptíveis nesses novos usos subtraídos dos implícitos discursivos. A motivação do uso da construção *mas* nesse contexto é altamente pragmática e circunstancial. Nas palavras de Neves (2018c, p. 44), o discurso “é sempre situado pragmaticamente”.

(17) [...] Doc. Então cê já é vovó? Inf. Já sô vovó... *ah mas eu chorei... mas eu chorei...* porque eu criei ela assim com... aberto sabe nós duas era muito aberta...[...]. (FG – F – 40 anos, Goiânia –GO). (FG/UFG – F 43 anos).

Neste excerto, (17), o efeito de sentido intensificador é apresentado pela expressão verbal [...]. *ah mas eu chorei... mas eu chorei* [...]. A ocorrência da construção *mas* auxilia o falante a dar intensidade ao conteúdo de sua informação. Essa nuance de efeito de sentido é reforçada pela repetição do verbo chorar e pela entoação marcada pela interjeição “*ah*” no

enunciado que a antecede. Embora o segmento que sucede à construção siga no mesmo sentido do primeiro segmento há contraexpectativa: chorar razoável com a notícia *x* chorar mais do que o esperado. Ser avó não se espera que se chore ou que se chore pouco. Assim, essa nova construção com novo efeito de sentido carrega traços do sentido de base contrajuntor, por elos de herança, e o novo efeito de sentido intensificador orientado pela construção *mas* afasta-se em graus do sentido adversativo prototípico. Nesse contexto de uso, ainda que a contrajunção/oposição não esteja representada nos explícitos da expressão verbal, está representada nos implícitos discursivos. A motivação do uso da construção *mas* também é pragmática e circunstancial.

(18) [...]. Doc.: - sei... Inf.: - eu...ah... o ((po)) branco lá da Prefeitura, o Zé Graiel, **esse povo me ajudô muito...** Doc.: - hunrum... **Inf.: - ...me deu muito apoio... mas MAAAIS mesmo foi Monsenhor Pedro e Dom Tomáz...** esses dois foi celente...[...]. (FG/UFG –F - 65 anos – Goiás –GO).

Em (18), a informante, ao fazer uso da construção *mas*, afasta-a de sua adversidade prototípica, a qual, ao dar início à mensagem do segundo segmento não nega a mensagem veiculada no primeiro, mas reafirma-a de forma intensificadora. O sentido intensificador, portanto, está nos explícitos do discurso e corroborado pela proeminência prosódica “**MAAAIS**” e pelo advérbio “**mesmo**”, ao passo que, o sentido adversativo prototípico pode ser inferido dos implícitos discursivos, como: numa situação de não apoiar ou apoiar pouco *x* apoiar muito. Assim, a construção *mas* é utilizada, sem negar o contexto apresentado, com efeitos de sentido intensificador do discurso, afastando-a em graus do sentido adversativo prototípico, do qual herda, por elos de herança, traços desse sentido de base prototípico. Ratifica-se o postulado da GC que concebe a língua como uma rede de construções ligadas pelo binômio indissociável forma-sentido. Tem-se que a pragmática determina a semântica, que, por sua vez, determina a sintaxe (propriedades semântico-discursivas e pragmáticas estão em interconexão em função do ato comunicativo).

(19) [...]. Inf. Tudo o que eu faço eu ganho... Doc. Hurrum... **Inf. Do serviço que eu faço... mas eu faço muito:... muita coisa... que já tão... praticamente... de eu ser o mais velho lá da firma...** ai já tem aquele costume de abri loja...[...]. (FG –M- idade não informada, Goiânia – GO).

Em (19), a construção *mas*, como nos excertos de (16 à 18), atua no pressuposto. Neste excerto, o informante ao usar a construção “**mas eu faço muito**” traz ao jogo discurso uma carga intensa de abstrações, onde tudo que se possa imaginar que é possível de se fazer é acionado na mente do ouvinte. Há uma antecipação, uma pressuposição de tudo que o informante possa fazer no trabalho. O sentido contrajuntor é abstraído dos implícitos do

discurso numa relação que pode ir de uma relação de: não trabalhar ou trabalhar pouco x de trabalhar dentro do esperado ou trabalhar mais do que o esperado, e, neste sentido, as expectativas não são totalmente canceladas.

(20) [...]. Inf. Aí chego tarde... aí tem os vizim que é bom dia bom dia e pronto... i:... tem muito mala né... também... tão num procuro me aproximá... Doc. [] ***mas assim...*** a violência tá pra todo lugar né... tá isquisito num tá... cê fala assim... tem muito mala... eu to falando mas todo lugar...[...]. (FG-M – idade não informada).

Em (20), ao fazer uso da construção *mas*, o falante remete aos conhecimentos pragmáticos e subjacentes que supõe ter o ouvinte sobre a violência que assola todos os lugares (pressuposições). O falante intencionou dar ênfase à informação remetendo à generalização da violência e corrobora a intensidade com advérbios como: ***muito*** e ***todo***. A contiguidade da construção *mas* ao advérbio de conformidade *assim* orienta, neste contexto específico, à intensidade do discurso. A contração é inferida do contexto pragmático, dos implícitos do discurso, como: paz x violência. No campo sintático–semântico, “***mas assim***” é uma locução adverbial de valor concessivo adversativo, mas que no uso ora analisado assume o efeito de sentido intensificador da relação discursiva. São redes de construções em que um mesmo elemento linguístico pode assumir vários usos com diversos efeitos de sentido.

(21) [...]. Inf. foram formando as famílias diferentes... e agora eles estão meio afastados... ***mas mesmo assim no Natal...*** pelo menos no Natal... eles vão pra minha casa ou pra casa da minha vó...[...]. (FG – F – 20 anos).

Em (21), a informante, ao recrutar a construção *mas*, imprime ao discurso efeito de sentido suavizador. O contexto discursivo reporta ao fato de as famílias estarem afastadas, recorrendo-se a informações subjacentes de que o Natal é época de confraternização, união de famílias, comemoração de cunho religioso que acontece em ambiência familiar. Acrescenta-se, nesse contexto, a expressão em posição catafórica “*pelo menos no Natal*”, a qual corrobora o sentido suavizador neste contexto específico. A contração está presente nos implícitos do discurso, pela comparação entre união familiar x segregação familiar. Assim, a construção *mas* afasta-se em gradência de seu sentido prototípico e assume no nível discursivo, efeitos de sentido suavizador. A proximidade da construção *mas* à locução adverbial “*mesmo assim*” auxilia o falante na produção de efeito de sentido suavizador.

(22) [...]. Inf. Créia Colagi () palitó... era o apelido que nós pois nela... e Créia Colagi () palitó cê num sabe o que que é? Doc. O que que é isso? Inf. Tremi dibaxo da cama cum homi. Doc. Ah é? Inf. ***É... mais nós era CRIANÇA tudo inocente*** nós pois esse apilido nela por causa disso... () inocente... ***mais criança cê já viu né?*** ...[...]. (FG/UFG – F 28 anos).

Em (22), o informante recruta a construção *mas* em seu discurso para auxiliar sua intenção suavizadora. Nesse excerto, a construção *mas* não nega ou contrapõe o conteúdo da informação discursiva que a antecede, explicitamente. O sentido contrajuntor é subtraído dos implícitos do discursivos como: malícia x inocência. Portanto, as expectativas não são totalmente canceladas e a construção *mas* trabalha no pressuposto.

(23) [...]. Inf.: - safado demais na rua... gastava demais na rua... ele era um pôco meio prigueiroso... só era malandro... Doc.: - ((Risos)) Inf.: - *Mas mesmo assim a gente virou esse tempo todo...* que...[...]. (FG /UFG F 65 anos).

Em (23), a construção *mas* é recrutada pela informante com vistas a suavizar sua condição de vida quando era casada. A contiguidade da construção *mas* à locução adverbial “*mesmo assim*”, como no excerto (21), auxilia o falante na produção de efeito de sentido suavizador. Mostra que a língua é uma rede de construções com links estabelecendo ligações com outras construções que, de algum modo, mantém entre si traços graduais em comum. A língua é fluida e a gramática da língua e o discurso estão em simbiose. (MARTELOTTA, 2017).

Em termos gerais, no *ranking* categorial, a partir do modelo contrajuntor prototípico, o afastamento do sentido prototípico da construção *mas* é gradiente e deve ser visto sob um *continuum*.

A descrição e análise da construção *mas* no *corpus* FG/UFG encontram abrigo nos pressupostos da GC, porquanto esta, como um amplo modelo teórico de análise de língua em uso, concebe-a como uma construção cujas propriedades ligadas à sua estrutura e ao seu sentido são integradas. Não há dicotomias e regras duras e a gramática da língua é moldada pelo uso dentro do que é instável. As construções se mostraram em redes ligadas por elos de *herança* cujos efeitos de sentido discursivos construídos são considerados extensões semânticas do sentido de base prototípico contrajuntor (adversativo). (GOLDBERG, 1995).

É, portanto, com base nas ciências cognitivas que fatores de natureza comunicativa e cognitiva se entrelaçam, propondo a incorporação das dimensões sociais e cognitivas nos estudos linguísticos. Nesse sentido, a proximidade entre o uso e o conhecimento é uma das perspectivas mais produtivas da GC, assim como, da noção de que a representação mental de uma instância de uso será sempre mais abstrata do que a própria instância.

Das análises acima empreendidas algumas ponderações foram observadas considerando a funcionalidade da construção *mas* nos níveis interacional e discursivo, conforme segue:

Quadro 2: Ponderações resultantes da análise:

CONSTRUÇÃO MAS	
<p>Descende do domínio da Parataxe (PA) - domínio geral e abstrato</p> <p>Relação entre elementos de igual estatuto</p> <p>Atuação nos níveis: Interoracional e Discursivo</p> <p>Multifuncionalidade</p>	
NÍVEL INTERORACIONAL SENTIDO PROTOTÍPICO	NÍVEL DISCURSIVO EFEITOS DE SENTIDO NÃO PROTOTÍPICOS
Nível interoracional – mais concreto [(+) independência semântica e (-) integração sintática]	Nível discursivo – nível abstrato que envolve um contexto cognitivo maior. [interdependência sintático-semântica e pragmático-discursiva]
Posição fixa	Mobilidade discursiva
Conector – enlaça o que já consta na estrutura sintagmática.	Articulador do discurso - (extrassentencial) orienta o falante na produção de diversos efeitos de sentido.
Sentido Contrajuntor prototípico	Efeitos de sentido que se afastam em graus do sentido prototípico
Cancelamento de expectativas	Expectativas não são canceladas na integralidade
A contrajunção está explícita nos limites da cláusula	A contrajunção é abstraída dos implícitos discursivos
Geralmente acompanhado pelo advérbio de negação “não” e outros elementos lexicais contrajuntivos	Corroborado por variados recursos linguísticos como repetições, entoações, saliências prosódicas e outros elementos extralinguísticos
Motivações pragmático-discursivas	
Atua no pressuposto	

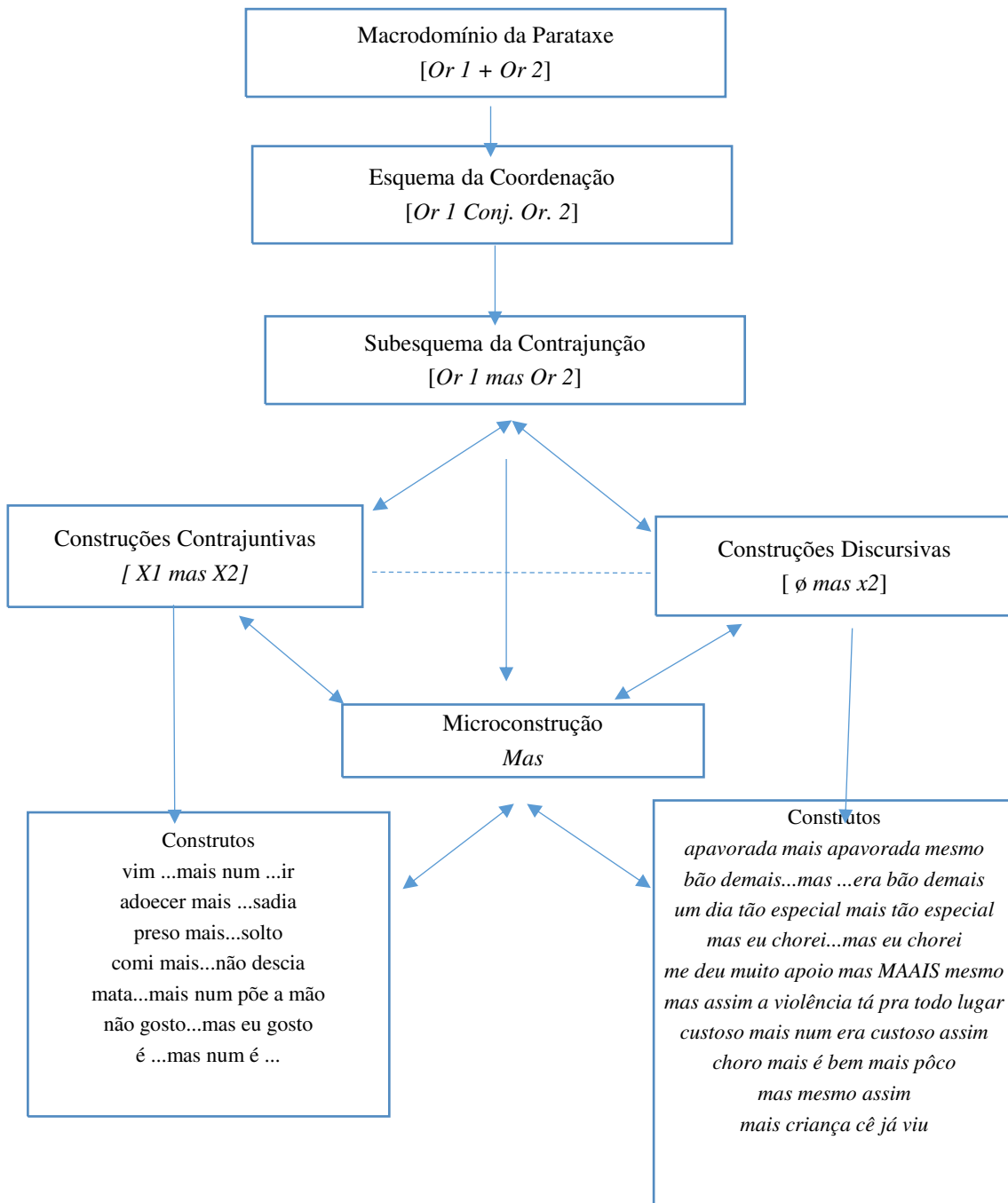
Fonte: da autora.

Nessa atuação multifuncional, a construção *mas* estabelece a coesão entre as orações tanto no nível do sintagma, quanto a articulação em níveis maiores, textuais e discursivos, atuando como reguladora do sentido e efeitos de sentido.

4.3 – Representação da rede construcional de *mas*

Segundo Barros (2016), a língua é um sistema construcional que se organiza em redes conceituais e hierárquicas nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Partindo desse pressuposto permite-se que se esboce a rede construcional de *mas*, conforme mostrado na figura a seguir:

Figura 13 – Representação hierárquica da Rede construcional de *mas*



Fonte: da autora com base na rede hierárquica de Traugott e Trousdale (2013).

Na rede construcional de Traugott e Trousdale (2013), a hierarquia é composta de três níveis: esquemas, subesquemas e microconstruções, na ordem do mais abstrato ao mais concreto. Nessa representação em rede construcional de *mas*, considera-se:

i) A PA como o Macrodomínio, esquemático e abstrato: [Or 1 + Or 2], o qual permite a mobilidade da construção *mas* em suas diversas atuações, seja dentro de sua relação de coordenação prototípica, quanto de outras relações lógico-semânticas em nível discursivo (usos não prototípicos);

ii) O Esquema da Coordenação, que é a PA propriamente dita, é, também, um domínio abstrato onde as relações de parataxe são representadas por nexos conjuncionais: [Or 1 Conj Or2]);

iii) O Domínio Contrajuntor, representado pelo Subesquema da Contrajunção, parcialmente esquemático: [Or 1 *mas* Or 2], figurando a microconstrução *mas* como a representante prototípica. Nesse domínio operam-se as relações lógico-semânticas de contrajunção e a microconstrução *mas* instancia diversos *types* de diversos sentidos, com relações lógico-semânticas contrajuntivas - construções contrajuntivas, e, por uma extensão semântica, com relações lógico-semânticas discursivas – construções discursivas. Nas relações de contrajunção a microconstrução *mas* marca a relação contrajuntiva e nas relações discursivas a microconstrução *mas* orienta a direção da força argumentativa do que é enunciado partindo, dessa forma, das relações maiores para relações menores. Entre as construções contrajuntivas e discursivas há um *continuum* marcado pela interdependência sintático-semântica e pragmático-discursiva, representado pela linha tracejada. Na representação esquemática [X1 *mas* X2], os *slots* [X1] e [X2] representam a [Oração 1] e [Oração 2], respectivamente, em que a combinatória das cláusulas coordenadas pelo *mas* marcam as relações lógico-semânticas típicas contrajuntivas nos explícitos da cláusula. Há quebra de expectativas em que [X2] contrapõe ao que fora enunciado em [X1] e a combinatória das cláusulas dos enunciados complexos é corroborada por elementos linguísticos contrajuntivos que se contrapõem no domínio do conteúdo como: verbos (*vir x ir*), advérbios: (*doente x sadia*/, *preso x solto*), etc., e pelo advérbio de negação “*não*”. Já na representação esquemática [\emptyset *mas* x2], a construção *mas* articula as relações lógico-semânticas discursivas, fora dos limites da cláusula, orientando na produção de efeitos de sentido não contrajuntivos. Assim, atuando em níveis de maior abstração, o *slot* vazio [\emptyset] refere-se aos enunciados ditos e não ditos e representa a vaguidade de coisas e eventos do mundo que são postos, durante o uso linguístico, em comparação e/ou associação pelo falante por meio de processos cognitivos de domínio geral e outros mecanismos linguístico-cognitivos, e, por conseguinte, marcando a diferença, a oposição nos implícitos do discurso. O *slot* [x2]

representa a extensão semântica, por elos de herança, do esquema prototípico [*X1 mas X2*]. Nesses usos não prototípicos, a construção *mas* antecipa efeitos de sentido orientados pela força argumentativa de *mas* e o sentido de base prototípico é recuperado nos implícitos do contexto discursivo. Neste sentido, [\emptyset] e [*x2*] não representam orações expectadas e contraexpectadas explicitamente;

iv) Os construtos, considerados os usos efetivos, a representação concreta, o *locus* da mudança.

Segundo esses autores, o esquema de nível mais alto é sempre parcialmente esquemático e abstrato e o Subesquema e a Microconstrução, menos concretos, permitindo a criação de novos usos linguísticos. Apenas os construtos são concretos e podem ser especificados.

O usuário da língua, conhecedor do esquema abstrato, e, sobretudo, intuitivo e criativo, constrói novas relações e altera padrões construcionais em atendimento das emergências discursivas. E, considerando os diversos efeitos de sentido produzidos discursivamente pela construção *mas* em prol de uma comunicação mais produtiva, pode-se dizer que essa construção, nos limites do *corpus* FG/UFG, passa por um processo de mudança construcional, haja vista que o sentido de base está sofrendo alterações no uso linguístico, e, assim, impactando um dos componentes do pareamento forma-função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada nos pressupostos teóricos da LCU e da Gramática de Construções, notadamente nos postulados de Croft (2001), Goldberg (1995, 2006), Traugott e Trousdale (2013), Bybee (2003, 2010), Fauconnier (1985, 1994, 1997), Hopper e Traugott (2003), entre outros, esta pesquisa analisou os usos na sincronia atual da microconstrução *mas* envolvendo a integração dos componentes sintático, semântico e pragmático-discursivos e também os processos cognitivos que envolvem as construções.

Foi realizado o recorte da investigação, dentre os diversos usos discursivos assumidos pela construção *mas*, em usos de efeitos de sentido intensificador e suavizador a partir dos trabalhos de Silva (2004), Lima (2004), Silva (2010), Rocha (2006), Pezatti e Longhin (2016), Castilho (2019), Neves (2018 a, b, c, d), Lima e Casseb-Galvão (no prelo), dentre outros.

Na análise empreendida, essa microconstrução mostrou-se bastante produtiva no contexto discursivo dos goianos; os falantes recrutam-na com variadas nuances de sentido reforçando, com isso, a funcionalidade e alta produtividade da construção no discurso.

Nessa relação discursiva, percebeu-se que essa construção se afasta em graus do sentido adversativo prototípico em razão de não compartilhar semanticamente, de forma transparente nos explícitos do discurso, os traços contrajuntivos da oposição que a caracteriza como adversativa prototípica. No *continuum* composicional semântico o sentido do todo não resulta do sentido das partes individualmente, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). A construção *mas*, no nível discursivo, atua no pressuposto antecipando os jogos de sentido e efeitos de sentido que emergem das relações lógico-semânticas estabelecidas e de acordo com a pragmática. Portanto, é uma construção de alto valor semântico textual-discursivo que orienta a força argumentativa do que é enunciado.

O falante, criativo por natureza e conhecedor da gramática de sua língua, constrói, a partir do conhecimento de esquemas abstratos, novas construções conforme o contexto pragmático-discursivo. Nesse jogo discursivo, vale-se de processos cognitivos de domínio geral como a categorização e a prototipicidade, a iconicidade, a memória enriquecida, a associação transmodal e outros mecanismos cognitivos e também linguísticos. Em razão de todo esse movimento de base conceptual, novos usos com a construção *mas* emergem, impactando a estrutura semântica prototípica.

É, pois, no momento do uso que a língua é alterada, seja em sua forma e sentido ou em uma dessas propriedades. A construção *mas*, a partir do subesquema abstrato contrajuntivo [*Or*

I mas O2], opera no discurso, por uma extensão semântica do sentido prototípico adversativo vários efeitos de sentido, dentre os quais, o suavizador e o intensificador. Trata-se de herança por polissemia, nos termos de Goldberg (1995). Fato que demonstra que a língua é formada em rede de construções e o *mas* é uma construção que está a serviço da gramática da língua.

Nessa relação construcional, a noção de herança foi especialmente justificadora do porquê dessa microconstrução manter ligação com o domínio da contrajunção, e ascendentemente do macrodomínio da Parataxe (PA), no sentido de que níveis mais concretos herdam traços de níveis mais abstratos. Considerando que a gramática de uma língua é uma rede de construções e que as construções não são listas aleatórias, os *links* que se formam na rede são estabelecidos pelo compartilhamento de propriedades ligadas à forma e ao sentido entre eles. Significa que, dentro da rede, a construção *mas* discursiva herda traços da construção central prototípica adversativa.

Nesse sentido, as bases teóricas de língua em uso possibilitaram a percepção de que nos usos discursivos de efeitos de sentido intensificador e suavizador, a construção *mas* está em processo de mudança, uma vez que a sua ocorrência na organização interacional ou textual-discursiva implica numa perda parcial de sua transparência semântica prototípica, impactando o pareamento forma-função, na medida em que, ao não se contradizer nos explícitos da cláusula, o sentido de base contrajuntor somente é recuperado nos implícitos do discurso. Isso significa que, mesmo diante da não negação explícita, inconscientemente, o falante faz conexões cognitivo-linguísticas face a uma situação ou contexto de oposição. Do mesmo modo, esse processo linguístico-cognitivo opera-se no ouvinte dada à pragmatização que permeia todo o contexto da interação verbal (linguístico e não linguístico).

A partir dessas ponderações, percebeu-se, sobretudo, que o macrodomínio da Parataxe caracterizado, segundo Hopper e Traugott (1993), pelo *continuum* de baixa dependência semântica e encaixamento (integração), possibilitou que a construção *mas* atue tanto nas relações de coordenação (nível interoracional) quanto em porções discursivas maiores, no nível textual-discursivo auxiliando o falante na sua intenção comunicativa produzindo, portanto, diversos efeitos de sentido. A motivação pragmática é a condutora de todo processo construcional da língua, haja vista que é um componente integrado na gramática da língua (NEVES, 2018, c).

Nessa pesquisa a construção *mas* foi representada com base na hierarquia da rede proposta por Traugott e Trousdale (2013), sendo o nível mais alto e abstrato representado pelo macrodomínio da Parataxe (PA) com o macroesquema – [*Or 1 + Or 2*]; o esquema da Coordenação, que é a PA propriamente dita, marcada por nexos conjuncionais - [*O1 Conj O2*];

o Subesquema da Contrajunção [*O1 Mas O2*], e a Microconstrução [*Mas*]. No Subesquema da Contrajunção a Microconstrução *mas* assume nas relações de coordenação, no nível Interoracional, o sentido contrajuntivo prototípico [*X1 mas X2*], como também neste Subesquema a construção *mas*, no nível do discurso [\emptyset *mas x2*], por uma extensão semântica do sentido de base prototípico, pode produzir outros efeitos de sentido, dentre os quais o intensificador e o suavizador. Os Constructos instanciados por essa Microconstrução, por serem mais concretos e identificáveis, são representativos dos diversos *types* do Subesquema da Contrajunção. Os variados efeitos de sentido que emergem discursivamente da construção *mas* são possíveis porque os níveis mais altos da hierarquia, partindo do Macroesquema à Microconstrução na rede hierárquica são mais abstratos. No subesquema da Contrajunção o *mas* atua no nível semântico e no nível pragmático.

Igualmente, as bases de análise assentaram-se na teoria dos espaços mentais de Fauconnier (1985,1994, 1997), que para compreensão de usos de efeitos de sentido não prototípicos a partir de usos de sentido prototípicos houve um movimento cognitivo maior, envolvendo o que se refere ao que acontece por detrás daquilo que se fala ou pensa. São construções complexas operando projeções de esquema em que um esquema geral (abstrato) é usado para estruturar uma situação no contexto.

Na construção *mas*, as projeções de esquema podem ser verificadas pelo processo de mesclagem, em que são necessários, no mínimo, dois espaços mentais (*inputs* 1 e 2) e destes, o espaço genérico, e, após, o domínio mescla. É no domínio mescla que tipicamente inclui, quando se constrói redes de significações, partes que são comuns aos *inputs* e que irão se mesclar incorporando estruturas parciais dos domínios-fonte; possui também uma estrutura emergente própria.

Desde que o domínio-mescla é estabelecido, podemos então operar cognitivamente neste espaço, o que nos permite manipular os vários eventos como uma unidade integrada. Enfim, é perceptível que a construção *mas* passa por um processo de mudança em que aspectos ligados ao seu sentido estão sendo modificados pelos falantes goianos e, possivelmente, está havendo uma mudança construcional.

Sabe-se que a análise realizada aqui não esgota as possibilidades de uso do objeto. Apenas foram lançadas aqui algumas considerações acerca das motivações conceptuais que possivelmente possam justificar os diversos efeitos de sentido operados pela construção *mas*, especialmente os de efeitos intensificador e suavizador. Cabem, no entanto, mais incursões investigativas a respeito dessa construção estar sendo replicada em outras modalidades e em

outras comunidades de falantes. Para o momento, é possível concluir que o usuário da língua altera padrões construcionais com vistas a atender às necessidades de seu discurso.

REFERÊNCIAS

- ABREU, H. de A. Entrevista: George P. Lakoff. *Linguística Cognitiva. Revista Linguística*, v.12, n.1, p. 9-16, 2016.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1952.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. Mudança linguística. *In: GöRSKI et al. BAGNO, M; CASSEB-GALVÃO, V. C.; REZENDE, T. F. R. (org.). Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p. 9-34.
- BARROS, D. M. de. **Aspectos funcionais relativos ao (des) uso do reflexivo na fala goiana**. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- BARROS, D. M. de. **Um estudo pancrônico da voz reflexiva em perspectiva funcional**. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- BARROS, D. M. de. O estudo escolar da voz na língua portuguesa a partir de uma visão funcionalista. *In: ASSIS, E. F. de. (org.). Caminhos para a educação linguística*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 91-120.
- BAZERMAN, C. O animal simbólico e a transformação cultural da natureza. *In: Teoria da ação letrada*. Tradução: Milton Camargo Mota, Ângela Paiva Dionísio, Judith Hoffnagel. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 7-28.
- BOAS, H. C.; SAG, I. **Sign-Based Construction Grammar**. Stanford: CSLI Publications, 2012.
- BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5. N. 9., p. 23-34, 2º sem. 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 036, de 28 de janeiro de 1959. Recomenda a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 40. Disponível em : <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2804130/pg-40-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-05-1959>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- BYBEE, J. Mechanisms of Change Grammaticization : The Role of Frequency. *In: JOSEPH, B.; JANDA R. (org.). A Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackweel, 2003. p. 602-623.
- BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- BYBEE, J. **Language Change**. Cambridge: Cambridge Press, 2015.
- BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. Tradução: Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- CAMARA JUNIOR, J.M. Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARVALHO, C. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Veredas** – Rev. Est. Ling. Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, p. 9-27, jan. /dez. 2004.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português brasileiro**. 1 ed., 5 reimpressão, São Paulo: Contexto, 2019.
- CEGALLA, D. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Nacional, 1994.
- Corpus Fala Goiana. Disponível em: <https://gef.letras.ufg.br>.
- CROFT, W. **Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, A. E. S. **Syntaxe Historica Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1933.
- DIK, S.C. The theory of Functional Grammar. Part I: **The structure of the clause**. Dordrecht: Foris, 1989.
- DU BOIS, J. et al. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DUCROT, O. **Princípios da semântica linguística [Dizer e Não Dizer]**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DUCROT, O., VOGT, C. De *magis* a *mais*: une hypothèse Sémantique. **Revue de Linguistique Romane**, p. 171-2, 317-41, 1979.
- EVERETT, D. L. **Linguagem: a história da maior invenção da humanidade**. Tradução de Maurício Resende. São Paulo: Contexto, 2019.
- FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FAUCONNIER, G. **Mappings in Thought and Language**. Cambridge University Press, 1997.
- FERNANDES, M. P. K dos S. **A formação das microconstruções *uma vez que, já que e assim que*: uma abordagem cognitivo-funcional**. 2019. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Linguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FERRARI, L.; PINHEIRO, D. Forma e Função: reflexões a partir da Linguística Cognitiva. *In*: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (org.). **Funcionalismo Linguístico: diálogos e vertentes**. Rio de Janeiro: Eduff, 2017. p. 67-89.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. 1 ed., 5 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

FURTADO DA CUNHA, M.A.; TAVARES, M.A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: EDUFRRN, 2007.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *et al.* Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, M. C. ; FURTADO DA CUNHA, M. A. **Linguística Centrada no Uso: Uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013, p. 13-40.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Volume Especial, dez de 2016, p. 55-67. ISSN 2238-975X 1. Disponível em: [<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>]. Acessado em: 06 jan. 2020.

GARCIA, O.M.[1967]. **Comunicação em prosa moderna**.15. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. V. I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. **Syntax. A functional-typological introduction**. v. II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins,1995.

GIVÓN, T. **Syntax**. V. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GÖRSK, E. M. *et al.* **Dinâmicas funcionais da mudança linguística**. BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V. C.; REZENDE, T. F. (org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. [1993] (2003). **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge, 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**.14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Space Grammar, analysability, and the English Passive Language**, Stanford: Stanford Iniversity Press, 1982.

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Stanford: Stanford Iniversity Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Cognitive Grammar**: a basic introduction. Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. W. **Essentials of Cognitive Grammar**. New York: Oxford University Press, 2013.

LIMA, A. M. C. de A.; CASSEB-GALVÃO, V. C. **Uma gramática da articulação de orações**. No prelo.

LIMA, F. F. Os valores textuais e interativos do conectivo *mas*. In: PEZATTI, E. G. (org.). **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 291-326.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. edição revista e atualizada. São Paulo: Globo, 2002.

MARTELOTTA, M. E. **Os circunstanciadores temporais e sua ordenação**: uma visão funcional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. 2 ed., 5 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

MELLO, G.C. D. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MIRANDA, N. S. Domínios conceptuais e projeções entre domínios: uma introdução ao Modelo dos Espaços Mentais. **Veredas: revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, 3 (1), 81-95. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/revistaveredas/file/2009/12/artigo 45.pdf](http://www.ufjf.br/revistaveredas/file/2009/12/artigo%2045.pdf)>. Acessado em: 22 mar.2020.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. **Ensino de língua e vivência de linguagem**: temas em confronto. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos de português**. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

NEVES, M. H. de M. Entrevista ao Blog da Editora Contexto. 2013. Disponível em : <http://blog.editoracontexto.com.br/maria-helena-de-moura-neves-em-defesa-de-uma-gramatica-que-funcione/>. Acesso em: 05 fev. 2020.

NEVES, M. H. de. Defino minha obra gramatical como. *In*: NEVES, M. H. de.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (orgs.). **Gramáticas contemporâneas do Português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 68-79.

NEVES, M. H. de. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo, SP: Ed UNESP, 2018 a.

NEVES, M.H.de M. **Gramática Funcional: Interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018 b.

NEVES, M.H.de M. **Texto e gramática**. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018 c.

OITICICA, J. **Manual de análise**. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. J. **A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista**. Matranga, Rio de Janeiro. v. 16, n. 24. p. 97-114, 2009. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matranga/matranga24/arqs/matranga24a04.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2020.

OLIVEIRA. M. R.; ROSÁRIO, I. da C. (org.). **Linguística centrada no uso**: teoria e método. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2015.

OLIVEIRA, M. R. de. Contexto: definição e fatores de análise. *In*: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I.C. **Linguística centrada no uso**. Teoria e método. Rio de Janeiro: Editora Lamparina: FAPERJ, 2015. p. 22-34.

OLIVEIRA, M. R. de. Linguística funcional centrada no uso e ensino. *In*: OLIVEIRA, M.R. (col.). CASSEB-GALVÃO, V. C.; NEVES, M. H. de M. (org.). **O todo da língua**: teoria e prática do ensino de português. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017. p. 15-34.

PENHAVEL, E. Funções do conectivo *e* na articulação do discurso. *In*: PEZATTI, E. G. (org.). **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 257-290.

PEZATTI, E.G. Apresentação. *In*: PEZATTI, E. G. (org.). **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 7-17.

PEZATTI, E.G.; LONGHIN, S. R. **As Construções Coordenadas**. *In*: CASTILHO, A. T. de. (coord.); NEVES, M. H. de. (org.). A construção das orações complexas. Vol. V. São Paulo: Contexto, 2016, p.53-68.

PINHEIRO, D.; ALONSO K. 30 anos (ou mais) de gramática de construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou). *In*: **Revista Linguística, Gramática de Construções- Construction Grammar – Gramática de Construções**, vol. 14, n. 1, p. 6-29, jan.- abr.2018, Rio de Janeiro. Disponível

em: DOI: <http://dx.doi.org./10.31513/linguística.2018.V.14.1.a.18644>. Acesso em 18 fev. 2020.

KOCH, I. **Argumentação e linguagem**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1987.

KOCH, I. **A inter - ação pela linguagem**. 6^a ed. São Paulo: Contexto. 2001.

ROCHA, A.P.A. **Gramaticalização das conjunções adversativas em português**: em busca da motivação conceptual do processo. 2006. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA LIMA, C. H. [1972]. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

RODRIGUES, V. V. Apresentação. In: RODRIGUES, V. V. (org.). **Articulação de orações**: pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p.13-16.

ROSÁRIO, I. da C. do. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M.R. de; ROSÁRIO, I. da C. do (orgs.). **Linguística Centrada no Uso** – teoria e método. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 36-50.

ROSÁRIO, I da C. do; RODRIGUES, V. V. Correlação na perspectiva funcionalista. In: RODRIGUES, V. V. (org.). **Articulação de orações**: pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 39-57.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática**: teoria. 14. ed. São Paulo: Atual, 1990.

SARDINHA, A. P. B. **Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 83- 270.

SILVA, C. R. Iconicidade no uso do conector mas: um estudo funcionalista. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. (org.). **Funcionalismo e gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Ideia, 2004. p. 65-94.

SILVA, H. H. B. da. **O processo de gramaticalização de e, aí, mas, assim e então em falantes de distintos graus de instrução**. 2013. Dissertação Mestrado da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

SILVA, L. A. da. **As bases corporais da gramática**: um estudo sobre conceptualização e metaforização no português brasileiro. 2012. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVA, T. M. da. **Gramaticalização dos juntivos adversativos na história do português**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em estudos linguísticos do Instituto de Biociências, Letras, e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto, São Paulo, 2010.

TANNEN, D. e WALLAT, C. Interactive Frames and Knowledge Schemas in Interaction: Examples from a Medical Examination/Interview. *In: Tannen, D. **Framing in Discourse***. NY: Oxford University Press, 1987.

TOMASELLO, M. **Constructing a language**: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

TOMASELLO, M. **The new psychology of language**: cognitive and functional approaches to language structure. V. 2. Mahwah, NJ/London: LEA, 2003.

TOMASELLO, M. **Origins of Human Communication**. A Bradford Book The MIT Press Cambridge. Massachusetts, London, England, 2009.

TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization, constructions and the incremental development of language**: Suggestions from the development of degree modifiers in English, in Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra, eds., Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008, p. 219-250. Disponível em < <http://web.stanford.edu/TraugottEckardtProofs.pdf> > Acesso em 28 fev. 2020.

TRAUGOTT, E. C; TOUSDALLE, G.T. Constructionalization and Constructional Changes. *In: ALLEN, C. (org). **Oxford Studies In Diachronic And Historical Linguistics***. New York: Oxford University Press, 2013, p. 1-44.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. **Arbitrariedade e iconicidade**. *In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística***. 2. ed., 5ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.